



Odivelas

CÂMARA MUNICIPAL

2025

RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

Este documento foi elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública (SNC-AP) e o Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

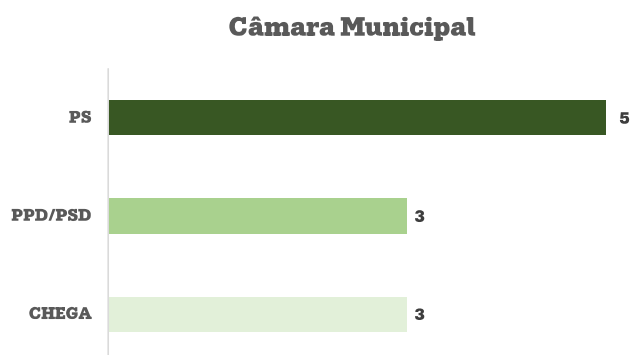
A autarquia de Odivelas, pessoa coletiva territorial, é dotada de órgãos representativos cujo objetivo é a prossecução dos interesses próprios das suas populações conforme estabelecido pelo art.º 237.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa. Os órgãos representativos do Município, por sua vez, são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

1. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1.1 EXECUTIVO MUNICIPAL

O executivo municipal é responsável pela gestão quotidiana e planificação da atividade do município. Sendo o órgão colegial do município, no caso da autarquia de Odivelas, é composto por um presidente e 10 vereadores/as (um dos quais designado vice-presidente).

Os 11 mandatos que resultaram das eleições realizadas no dia 12 do mês de outubro de 2025, tomaram posse no dia 31 de outubro de 2025 e foram distribuídos da forma apresentada abaixo.

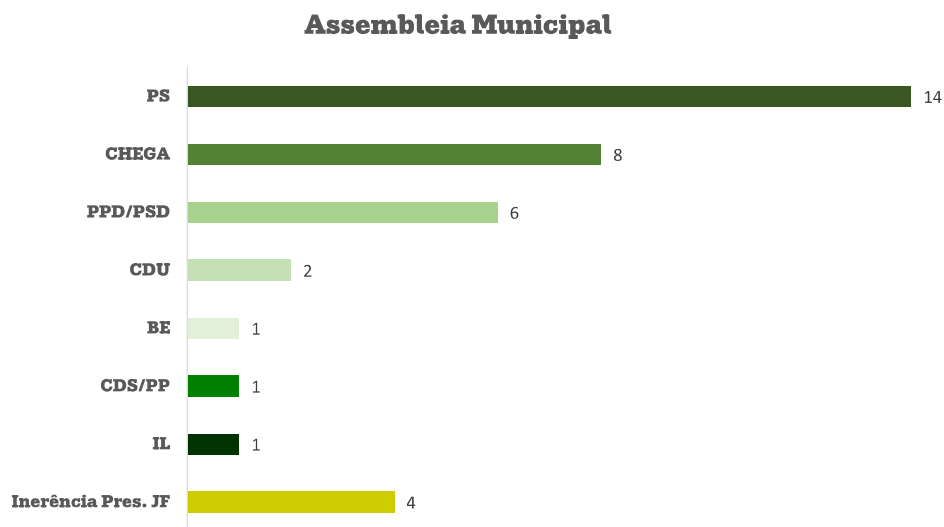


1.2. Assembleia Municipal

As principais competências da Assembleia Municipal podem ser elencadas da seguinte forma: acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara; aprovar o Plano de Atividades e o Orçamento, bem como o Relatório de Prestação de Contas; aprovar taxas, posturas e regulamentos; aprovar o Plano Diretor Municipal e as suas retificações; defender, junto do Poder Central, os interesses da autarquia; delegar nas Juntas de Freguesia, quando necessário, atos de competências da Câmara Municipal.

Página | 11

A Assembleia Municipal (AMO) é composta por 33 eleitos/as diretamente, e apresentava-se, à data 31 de dezembro, de acordo com a seguinte representação gráfica:



2. RECURSOS HUMANOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

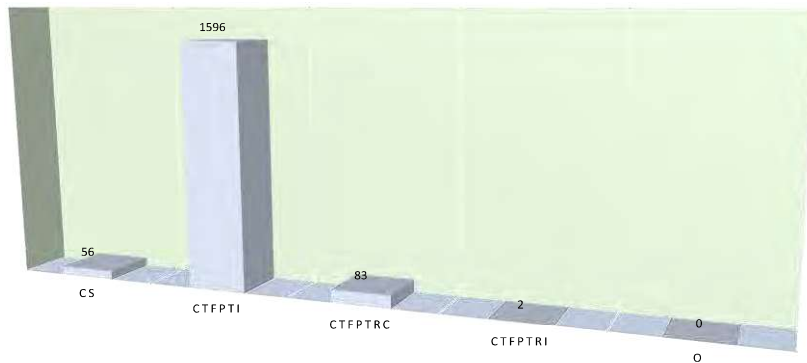
No ano civil de 2024 foi preparado e proposto para aprovação ao Executivo o mapa de pessoal para vigorar em 2025, com a relação dos postos de trabalho ocupados, necessários e previstos nos termos da lei em vigor.

No final de 2025, o número de trabalhadores/as da Câmara Municipal de Odivelas era de **1.737 efetivos**, o que representa face a 2024, no movimento de entradas e saídas, um saldo positivo de 100 trabalhadores/as.

2.1.1 DISTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS

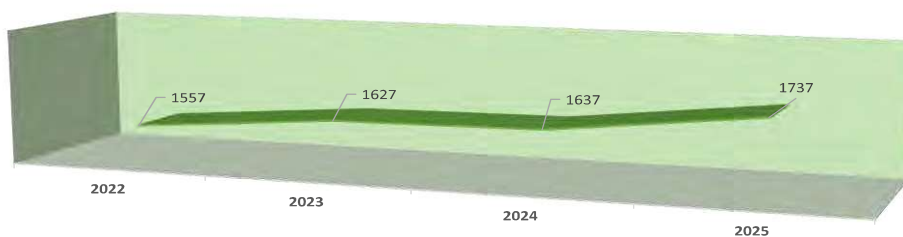
A 31 de dezembro de 2025 o total de efetivos na Câmara Municipal de Odivelas, conforme demonstrado no Gráfico 1, é de 1.737 trabalhadores, dos quais 1.596 em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFPTI), 83 em regime de Contrato de Trabalho de Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo (CTFPTRC), 2 em regime de Contrato de Trabalho de Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (CTFPTRI), 56 em Comissão de Serviço (CS).

Gráfico 1 | Distribuição de Efetivos



A evolução de trabalhadores efetivos representada no Gráfico 2 demonstra um aumento de 100 efetivos face ao ano anterior e um aumento de 110 efetivos relativamente a 2023, correspondendo a um aumento efetivo de 11,6% face a 2022.

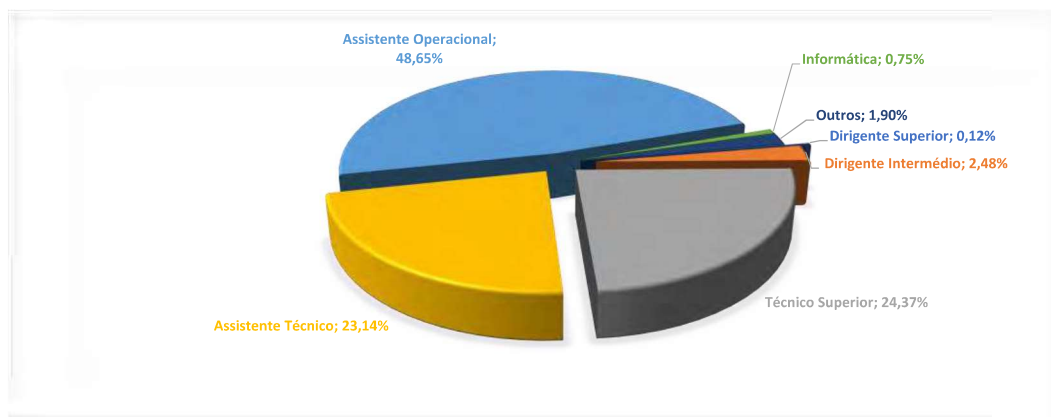
Gráfico 2 | Evolução de Trabalhadores Efetivos



2.1.2 POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Os efetivos da Câmara Municipal de Odivelas a 31 de dezembro de 2025 encontram-se distribuídos pelos diversos cargos/carreiras de acordo com o Gráfico 3.

Gráfico 3 | Distribuição de Trabalhadores por Grupo Profissional

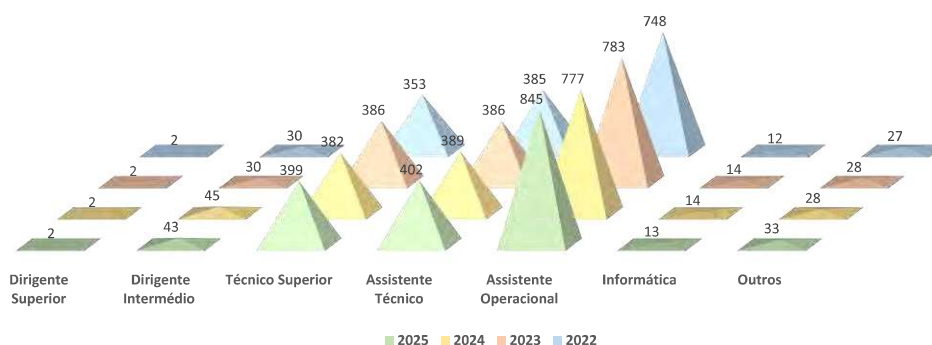


O grupo profissional “Assistente Operacional” detém o maior peso relativo no total de efetivos da Câmara Municipal (48,65%). Relativamente ao grupo profissional “Informática” representa em 2025 o menor peso relativo no total de efetivos, com 0,75% do total de trabalhadores, se excluirmos a categoria de Dirigentes.

Relativamente ao grupo profissional “Dirigente - Superior” representa em 2025 o menor peso relativo no total de efetivos, com 0,12% do total de trabalhadores.

O Gráfico 4 ilustra a distribuição dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas pelos diferentes grupos profissionais e a sua evolução nos últimos 4 anos.

Gráfico 4 | Evolução dos Efetivos por Grupos Profissionais



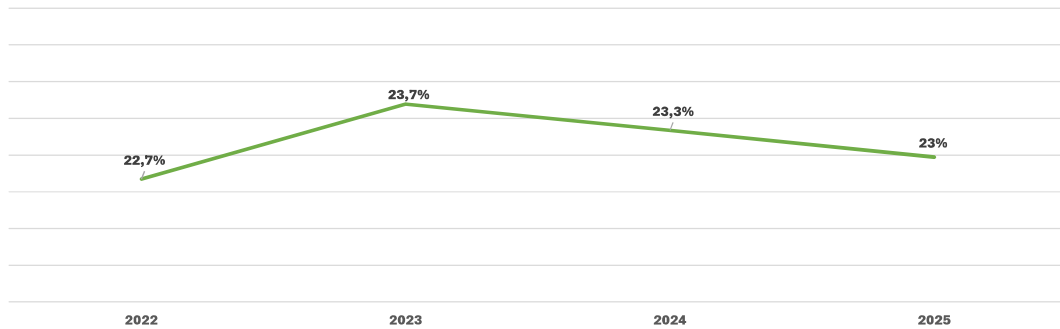
Comparativamente com o ano anterior, destaca-se um aumento de efetivos nos seguintes grupos profissionais: “Assistente Operacional” com 8,8%, “Técnico Superior” com 4,5% e “Assistente Técnico” com 3,3%.

Nos grupos profissionais “Dirigente - Intermédio” e “Informática” registou-se uma diminuição de 4,4% e 7,1%, respetivamente.

De referir ainda que no grupo profissional “Dirigente - Superior” não se verificou oscilação.

A evolução do índice de tecnicidade (total de técnicos superiores/total de trabalhadores) está representada no Gráfico 5.

Gráfico 5 | Evolução da Taxa de Tecnicidade

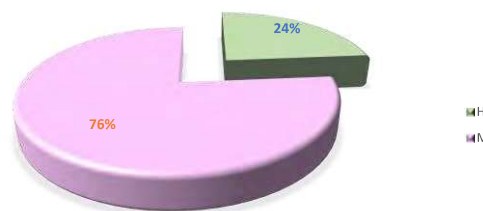


2.1.3 POR GÉNERO

Em 2025, a tendência do universo de trabalhadores mantém-se maioritariamente feminino, com uma representatividade de 76,4%, face aos 23,6% do universo masculino.

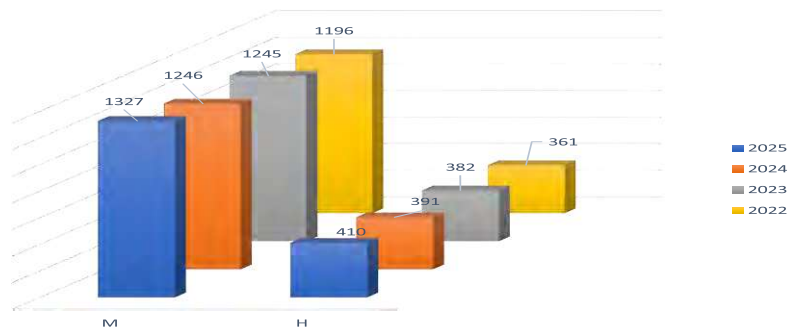
O Gráfico 6 representa a distribuição do número de trabalhadores por género.

Gráfico 6 | Distribuição de trabalhadores efetivos por género



O Gráfico 7 representa a evolução do número de trabalhadores por sexo nos últimos 4 anos.

Gráfico 7 | Evolução de trabalhadores efetivos por género

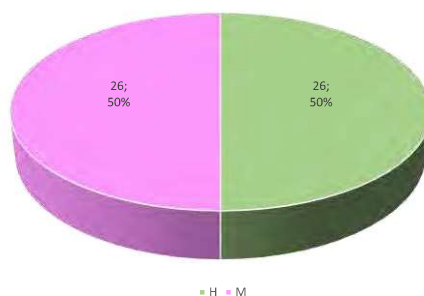


A maior representatividade mantém-se tendencialmente feminina, nos últimos 4 anos.

2.1.4 PRESTADORES DE SERVIÇO (PESSOAS SINGULARES)

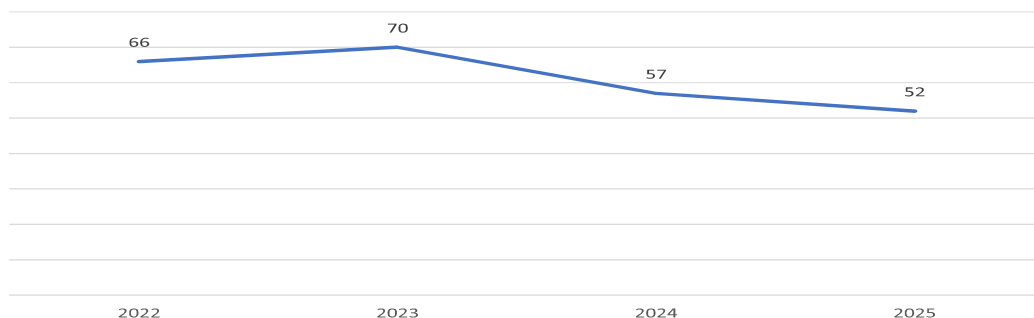
Conforme ilustra o Gráfico 8, em 2025, o total de pessoas singulares prestadoras de serviços na modalidade de avença é de 52.

Gráfico 8 | Distribuição de Prestadores de Serviço (pessoas singulares) / Sexo



De acordo com o Gráfico 9 verificou-se uma tendência de redução dos prestadores de serviços em relação aos últimos dois anos.

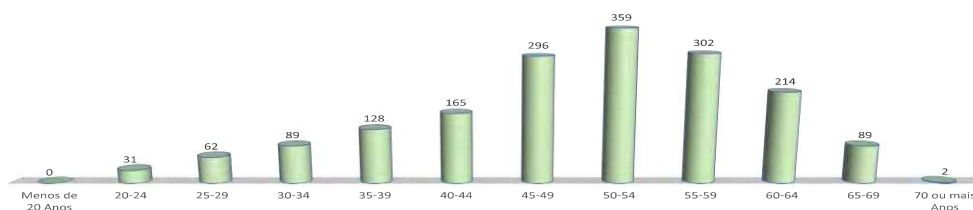
Gráfico 9 | Evolução de Prestadores de Serviço (pessoas singulares)



2.1.5 ESTRUTURA ETÁRIA

Em 2025 o intervalo etário é compreendido entre os 20 e os 70 anos ou mais e o “Nível Etário Médio” corresponde aos 50-54 anos. Conforme evidencia o Gráfico 10, em 2025, temos com maior representatividade nos escalões etários o intervalo “50-54”, com 20,7% dos trabalhadores.

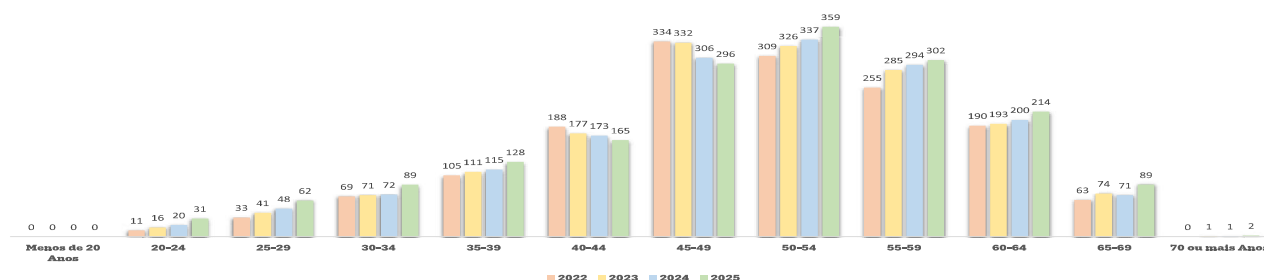
Gráfico 10 | Trabalhadores segundo o Escalão Etário



A “Taxa de Envelhecimento” dos trabalhadores, em 2025, é de 34,95%, representando um aumento de 0,37% face ao ano passado.

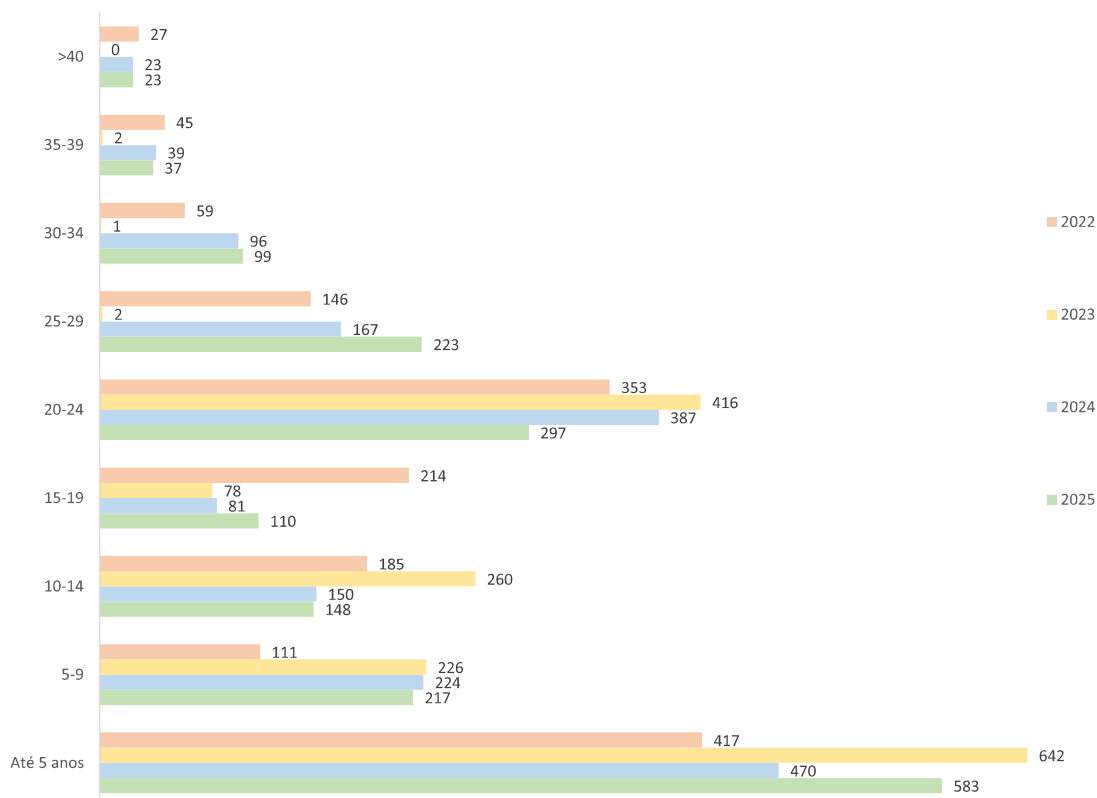
O Gráfico 11 ilustra a evolução do número de trabalhadores segundo o escalão etário, podendo constatar-se que o intervalo etário “20-24” registou o maior aumento, de 181,8%, quando comparado a 2022.

Gráfico 11 | Evolução Trabalhadores segundo o Escalão Etário



O Gráfico 12 representa a evolução dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas por níveis de antiguidade.

Gráfico 12 | Evolução de Trabalhadores segundo o Nível de Antiguidade

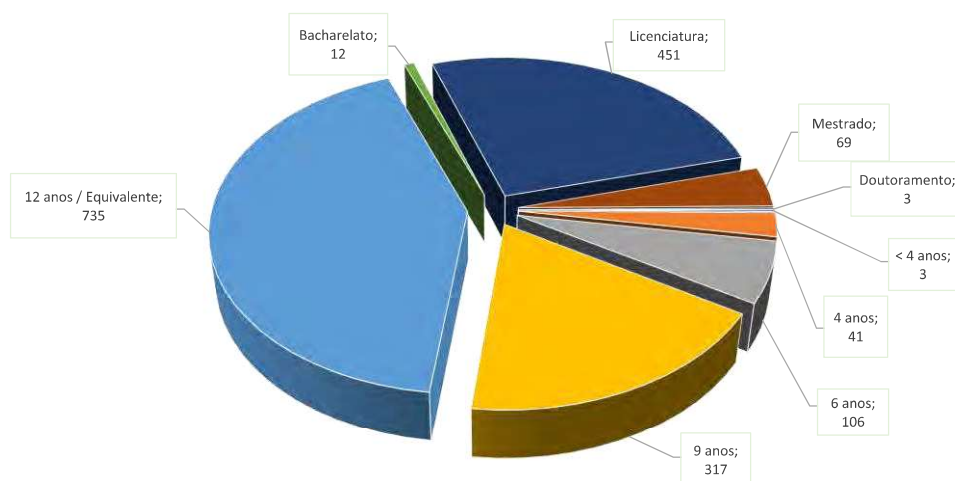


Comparativamente a 2022, verificou-se um aumento do número de trabalhadores nos níveis de antiguidade “até-5 anos” com 39,81%, “5-9” com 95,5%, “25-29” com 52,74%, e “30-34” com 67,8%. Por sua vez, os níveis “10-14”, “15-19”, “20-24”, “35-39” e “>40” apresentam uma diminuição de 20%, 48,6%, 15,86%, 17,78% e 14,81%, respetivamente.

2.1.6 ESTRUTURA HABILITACIONAL

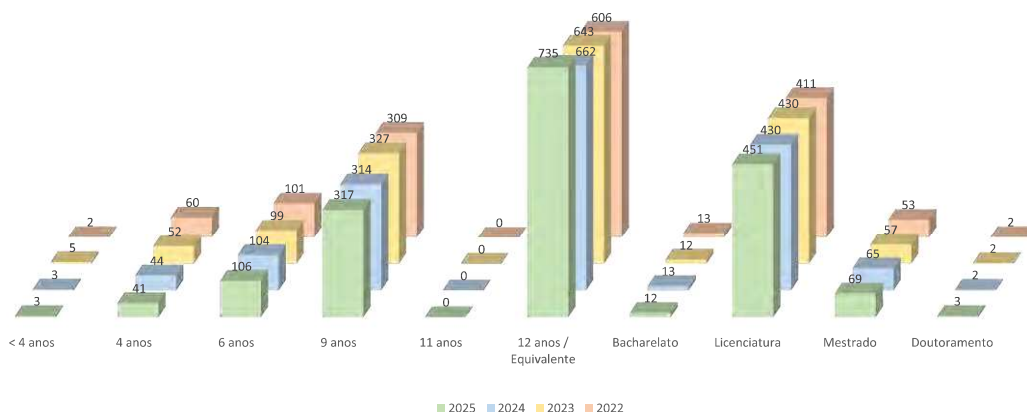
Em 2025, o nível de escolaridade dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas apresenta a seguinte distribuição:

Gráfico 13 | Distribuição de Trabalhadores Segundo o Nível de Escolaridade



A estrutura habilitacional demonstra que o grupo de trabalhadores com o nível de escolaridade mais representativo é o de “12 anos/equivalente” com 42,31% dos trabalhadores.

Gráfico 14 | Evolução de Trabalhadores segundo o Nível de Escolaridade

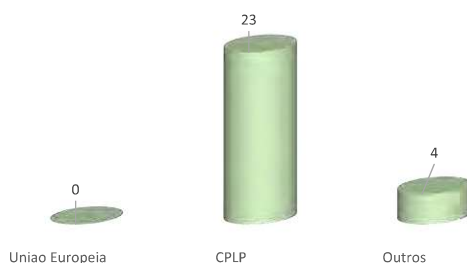


Em termos efetivos, comparando com 2022, o escalão que mais aumentou foi o “12 anos/Equivalente” com 129 trabalhadores, por sua vez o escalão “4 anos” foi o que apresentou a maior diminuição, com uma redução de 31,7%, com menos 19 trabalhadores.

2.1.7 TRABALHADORES ESTRANGEIROS

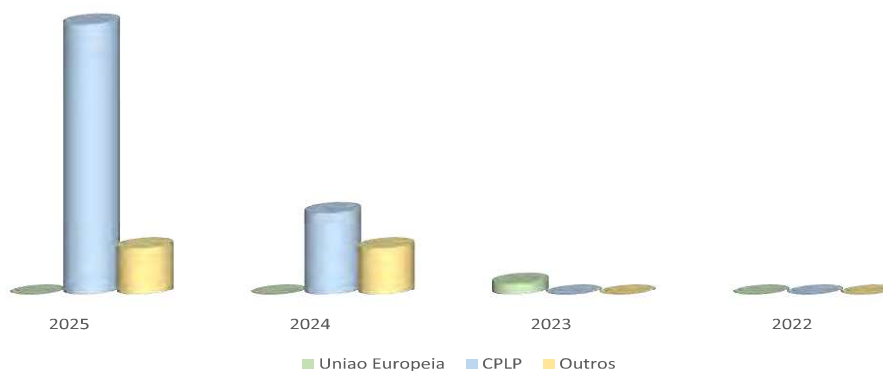
A 31 de dezembro de 2025 a Câmara Municipal de Odivelas tinha um total de 27 trabalhadores estrangeiros, sendo que a maior representatividade é a dos trabalhadores originários da “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”, conforme se verifica no Gráfico 15.

Gráfico 15 | Distribuição dos Trabalhadores Estrangeiros



O Gráfico 16 representa a evolução do número de trabalhadores estrangeiros de acordo com a sua origem (União Europeia, CPLP e Outros), verificando-se um aumento significativo ao longo dos anos mais recentes. Destaca-se que, em 2025, se regista um crescimento muito expressivo, sobretudo de trabalhadores provenientes da CPLP, comparativamente a 2024. Neste último ano, já se observava um aumento face a 2023, embora de forma mais moderada.

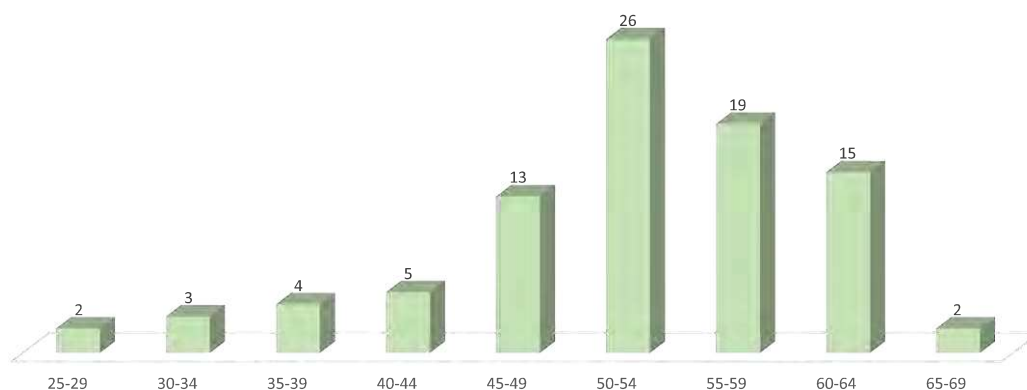
Gráfico 16 | Evolução dos Trabalhadores Estrangeiros



2.1.8 TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

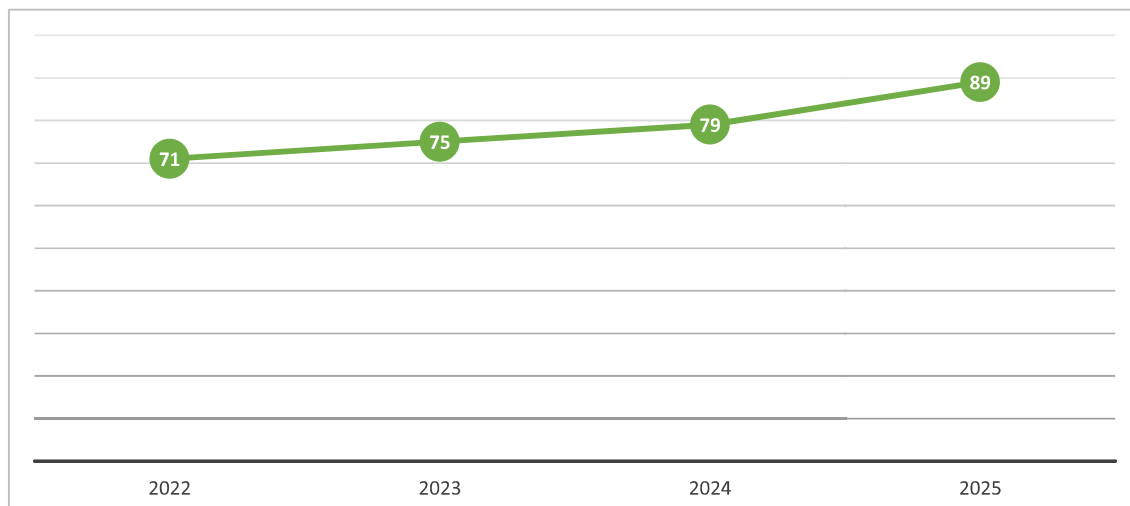
Os trabalhadores portadores de deficiência a 31 de dezembro de 2025 são, no total, 89 e representam 5,12% do total de trabalhadores da Câmara Municipal. No que respeita à sua distribuição por escalões etários, os trabalhadores com deficiência apresentam maior expressão no escalão etário “50-54”, existindo escalões que não têm representatividade pelo que não se encontram representados no presente Gráfico 17.

Gráfico 17 | Distribuição de Trabalhadores portadores de Deficiência segundo Faixa Etária



A percentagem de portadores de deficiência ao serviço da Câmara Municipal de Odivelas apresenta uma tendência crescente de 25,35% quando comparado com 2022.

Gráfico 18 | Evolução de Trabalhadores portadores de Deficiência

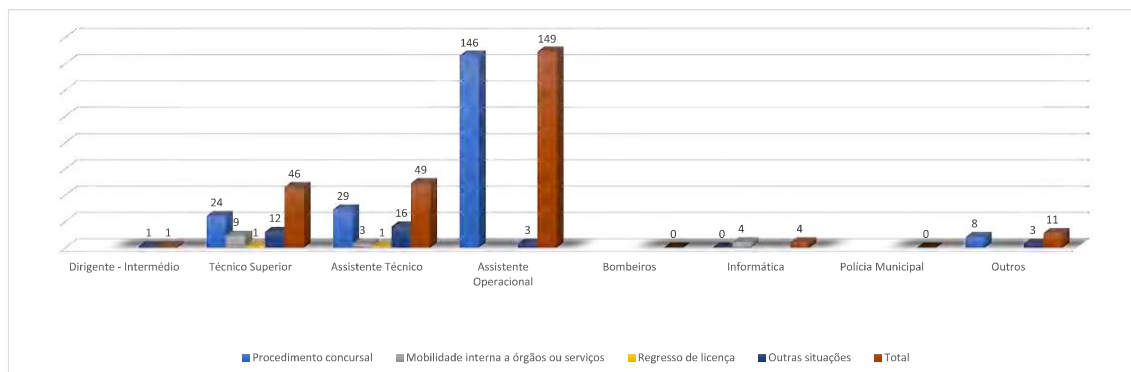


2.2 MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.2.1 ADMISSÕES E REGRESSOS

O Gráfico 19 representa o número de admissões e regressos de trabalhadores, ao serviço a 31 de dezembro de 2025, por carreira/cargo, podendo verificar-se quanto ao motivo “Procedimento Concursal” a admissão de 207 trabalhadores. Pelo motivo “Outras Situações” registaram-se 35 admissões, por “Mobilidade Interna” registaram-se 16 admissões, e 2 por “Regresso de Licença”.

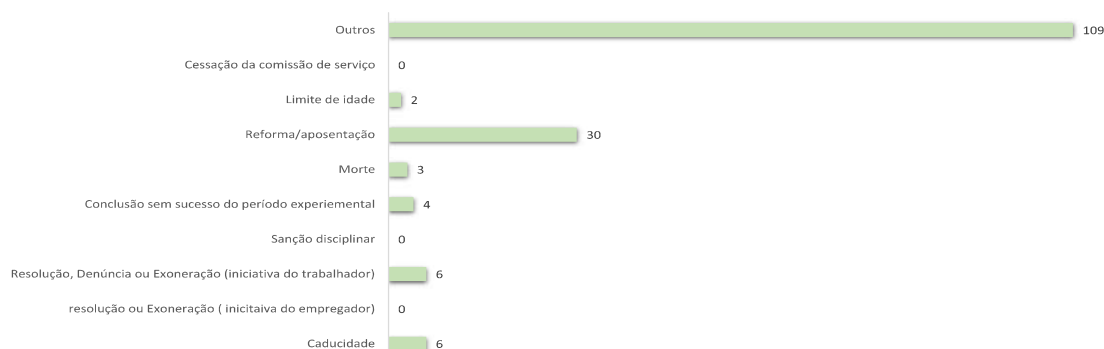
Gráfico 19 | Distribuição de Trabalhadores Admitidos e Regressados segundo Cargo | Carreira



2.2.2 SAÍDAS

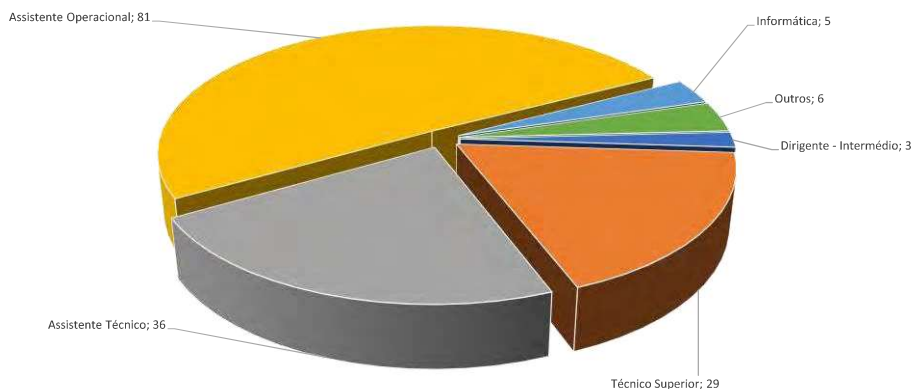
Em 2025 registaram-se um total de 160 saídas, destacando-se a maior representatividade do motivo “Outros” (Licenças sem remuneração; Mudanças de Carreira/Cargo e Procedimentos Concursais para outras Entidades) com 109 saídas, do motivo “Reforma/aposentação” com 30 saídas e do motivo Resolução ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)” com 6 saídas representando 68,13%, 18,75% e 3,75% respetivamente do total das saídas ocorridas, conforme ilustra o Gráfico 20.

Gráfico 20 | Distribuição de Saídas de Trabalhadores segundo o Motivo



Das carreiras em análise, a que regista maior saída de trabalhadores é a de “Assistente Operacional”, representando 50,63% do total de saídas, conforme Gráfico 21.

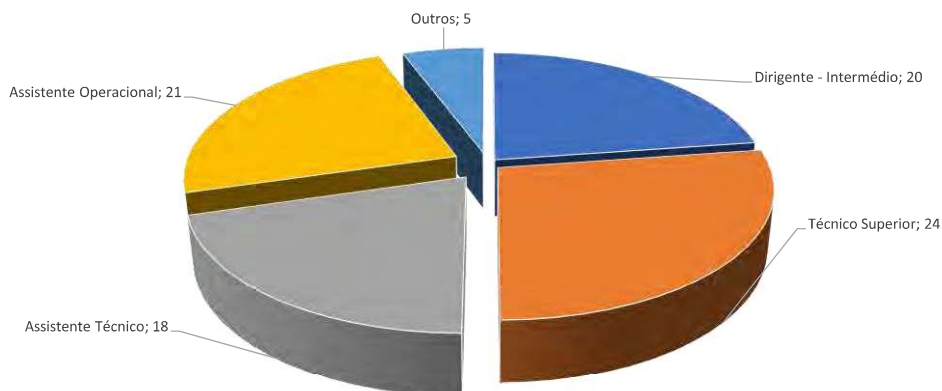
Gráfico 21 | Saída de Trabalhadores segundo a Carreira/cargo



2.2.3 POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS

A 31 de dezembro de 2025, no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, estavam por ocupar 88 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma, conforme Gráfico 22.

Gráfico 22 | Distribuição de Postos de Trabalho Previstos e Não Ocupados



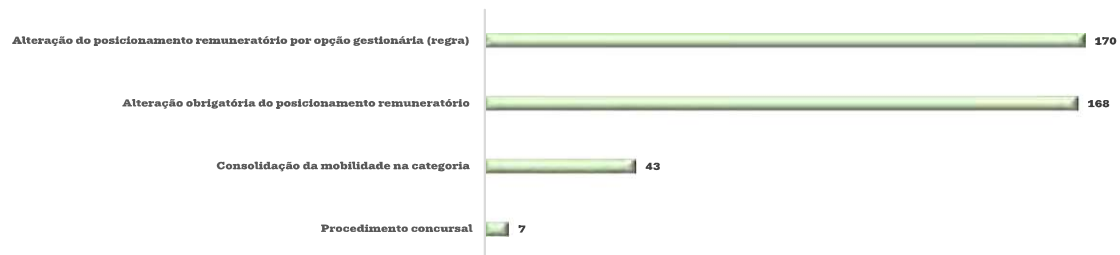
Os postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal da Câmara Municipal decorrem da necessidade de dotar os diversos serviços municipais com os recursos humanos imprescindíveis ao desenvolvimento das atividades decorrentes das atribuições do Município.

2.3 ALTERAÇÕES DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL

O número total das mudanças de situação ocorridas em 2025 é de 388.

Importa referir que o motivo “Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (regra)” apresenta o maior peso relativo de 66,94%. De salientar que as alterações do posicionamento remuneratório resultam da avaliação de desempenho, com ciclos avaliativos bienais. Assim, os valores registados em 2025 resultam da avaliação do biénio 2023/2024.

Gráfico 23 | Mudança de Situação dos Trabalhadores segundo o Motivo

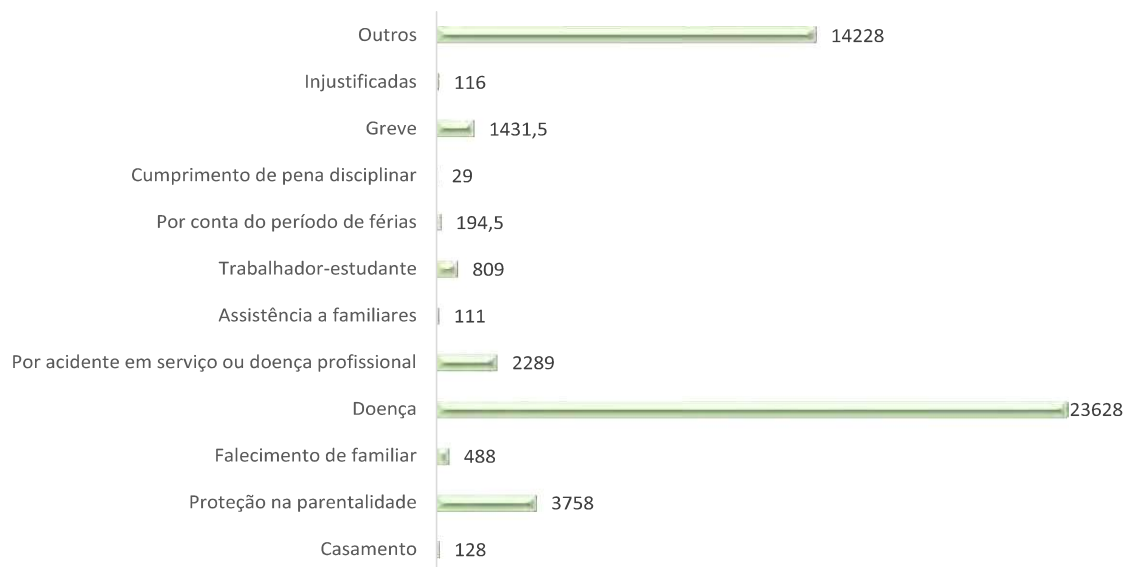


2.4 ABSENTISMO

O absentismo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas, em 2025, representou um total de 47.210 dias de ausência ao serviço.

Da análise aos motivos representados no Gráfico 24, destacam-se os 23.628 dias de ausência ao serviço por “Doença” com um peso relativo de 50,05%. Já o motivo “Injustificadas” regista o menor número (116), com um peso relativo de 0,25%.

Gráfico 24 | Distribuição de Dias de ausência segundo Motivo



O total de dias de ausência em 2025 (47.210) representa um aumento de 2,8% relativamente ao ano anterior (45.939) e um aumento de 38% (34.098), relativamente a 2022.

2.5 SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

2.5.1 ACIDENTES DE TRABALHO

Registaram-se, em 2025, 133 acidentes de trabalho. Os acidentes ocorridos neste ano, traduzem-se numa perda total de 3.987 dias de serviço efetivo prestado e uma taxa de incidência de acidentes no local de trabalho de 85,7% no total de acidentes registados.

Registaram-se 19 acidentes “In Itinere” que se traduzem numa perda total de 893 dias de serviço efetivo prestado e uma taxa de incidência de 14,3% no total de acidentes registados.

2.5.2 MEDICINA NO TRABALHO

No âmbito das atividades de medicina no trabalho, no decorrer do ano 2025, realizaram-se 1.237 exames médicos.

Os “Exames de Admissão” apresentam um aumento de 15,9%, quando comparado com 2024 (170).

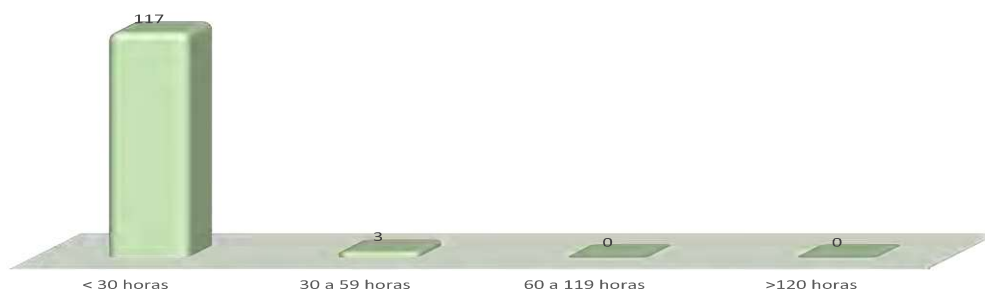
Em 2025 realizaram-se 36 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, abrangendo um total de 446 trabalhadores, registando-se um aumento de 350% face a 2024 (8).

2.6 FORMAÇÃO

2.6.1 FORMAÇÃO INTERNA

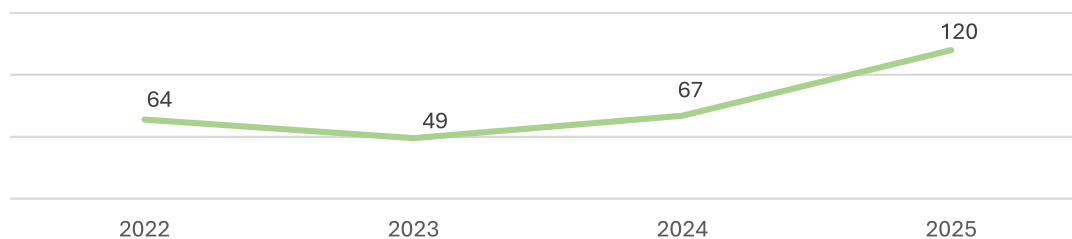
Em 2025 a Câmara Municipal de Odivelas promoveu 120 ações de formação interna, para 1622 trabalhadores, maioritariamente de curta duração (carga horária inferior a 30 horas) conforme consta do Gráfico 25.

Gráfico 25 | Distribuição do Número de Ações de Formação Profissional (Interna) segundo a Duração



As ações de formação profissional interna aumentaram 79,1% em relação a 2024.

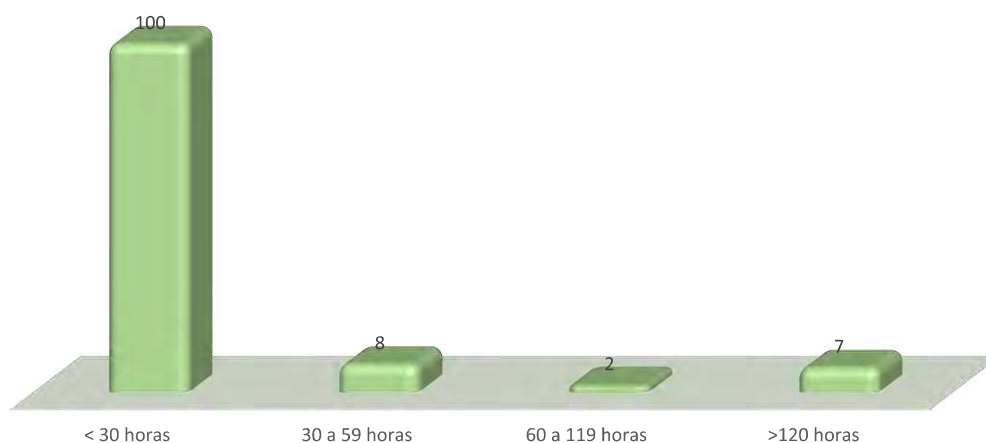
Gráfico 26 | Evolução do Número de Ações de Formação Profissional (Interna) segundo a Duração



2.6.2 FORMAÇÃO EXTERNA

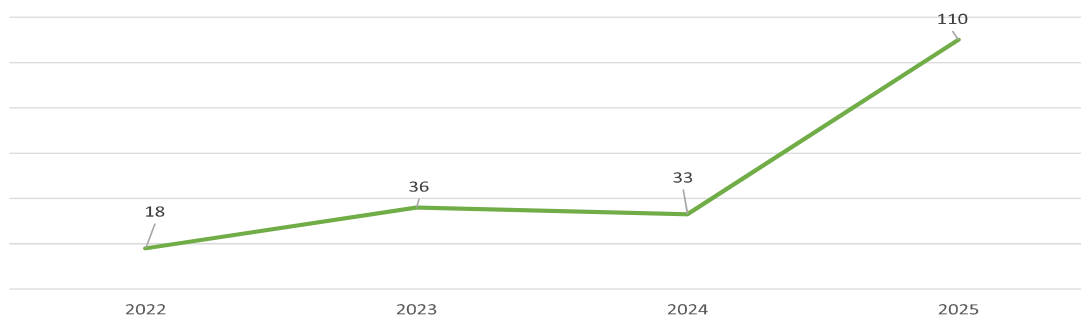
Registaram-se 110 participações em ações de formação externa, para 125 trabalhadores em 2025, realçando-se a maior participação em ações de formação profissional de “Curta Duração” (carga horária inferior a 30 horas), conforme consta do Gráfico 27.

Gráfico 27 | Distribuição do Número de Ações de Formação Profissional (Externa) segundo a Duração



As ações de formação profissional externa aumentaram 233,3% em relação a 2024.

Gráfico 28 | Evolução do Número de Ações de Formação Profissional (Externa) segundo a Duração



3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

3.1 ORÇAMENTO INICIAL

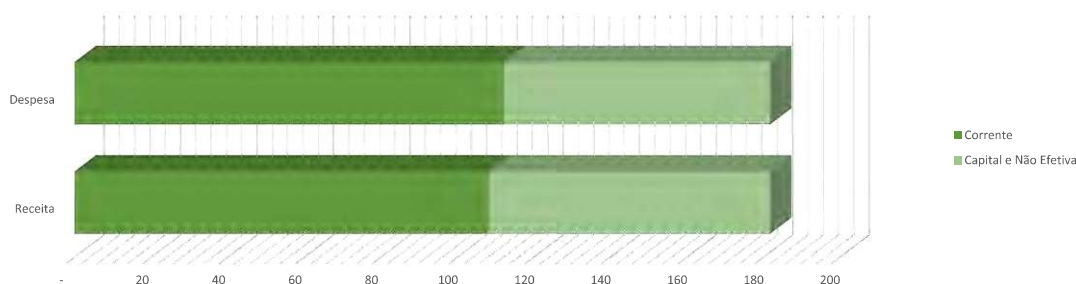
Na 22.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), realizada em 13 de novembro de 2024, foi apresentada a proposta de Orçamento 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2029, num total de Receitas e Despesas de **181.765.170,00 €**.

Página | 25

Os Documentos Previsionais foram aprovados pela Assembleia Municipal de Odivelas (AMO), no dia 12 de dezembro de 2024, na sua 5.^a Sessão Ordinária.

Como se pode verificar no gráfico abaixo apresentado, em relação à receita inicial prevista, **108.126.091,89 €** são **correntes** e os restantes **73.639.078,11 €** de **capital e não efetivas**. Em termos percentuais as receitas correntes representam **59,5%** e as de capital e não efetivas os restantes **40,5%**, do total do orçamento de receita.

Gráfico 1 | Dotações Iniciais



As despesas **correntes** estimadas totalizavam **112.134.467,36 €** ao passo que as de **capital** cifravam-se nos **69.630.702,64 €**, correspondendo a **61,7%** e **38,3%** do valor total do orçamento de despesa, respetivamente.

Desta mesma grandeza inicialmente, **139.069.193,00 €** estão espelhados nas Grandes Opções do Plano (GOP's), sendo que **67.587.266,59 €** se referem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e **71.481.926,41 €** ao Plano de Atividades Municipais (PAM).

O Quadro 1 mostra de forma sintetizada a evolução a 3 anos dos documentos previsionais, na sua vertente orçamental.

Quadro 1 | Orçamento e GOP's

Orçamento de Despesa	2023	2024	2025
Imputação Direta ao Plano	104 005 438,00	119 984 015,00	139 069 193,00
Orçamento Não Imputável ao Plano	36 759 350,00	40 481 800,00	42 695 977,00
TOTAL	140 764 788,00	160 465 815,00	181 765 170,00

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Verifica-se assim que, o valor inicial do Orçamento e GOPs para 2025 registou um aumento por comparação com os documentos previsionais de 2023 e 2024, representando um crescimento de 29,1%, face a 2023 e de **13,3%**, comparativamente a **2024**.

No Quadro 2 as GOP's, encontram-se desagregadas de acordo com a sua classificação funcional:

Quadro 2 | Estrutura Funcional – GOP's

Funções	Designação	Dotação Inicial
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	27 887 330,70
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	4 300 394,38
	<i>subtotal</i>	<i>32 187 725,08</i>
Sociais	2.1. Educação	25 211 206,61
	2.2. Saúde	5 458 866,25
	2.3. Segurança e Ação Sociais	7 440 893,87
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	39 142 827,29
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	7 803 855,44
	<i>subtotal</i>	<i>85 057 649,46</i>
Económicas	3.2. Indústria e Energia	3 373 626,43
	3.3. Transportes e Comunicações	9 062 491,08
	3.4. Comércio e Turismo	235 908,01
	3.5. Outras Funções Económicas	113 716,20
	<i>subtotal</i>	<i>12 785 741,72</i>
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	1 468 128,34
	4.2. Transferências entre Administrações	7 569 948,40
	4.3. Diversas não Especificadas	0,00
	<i>subtotal</i>	<i>9 038 076,74</i>
Total das GOP's		139 069 193,00

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

As Funções Sociais são as de maior expressão nas GOP's de 2025, representando 61,2 % do total inscrito.

No Quadro 3 são apresentadas as dotações que constituem o PPI (Plano Plurianual de Investimentos), para o ano em análise, segundo a sua classificação funcional verificando-se,

que as Funções Sociais voltam a ser as mais representativas, contribuindo com 78,5% no montante global do PPI.

Quadro 3 | Estrutura Funcional – PPI

Funções	Designação	Dotação Inicial
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	5 000 460,26
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	2 644 380,90
	<i>subtotal</i>	<i>7 644 841,16</i>
Sociais	2.1. Educação	11 107 725,34
	2.2. Saúde	5 235 919,88
	2.3. Segurança e Ação Sociais	5 728 419,74
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	26 118 738,79
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	4 841 164,27
	<i>subtotal</i>	<i>53 031 968,02</i>
Económicas	3.2. Indústria e Energia	21 626,43
	3.3. Transportes e Comunicações	6 787 639,78
	3.4. Comércio e Turismo	83 815,00
	3.5. Outras Funções Económicas	17 376,20
	<i>subtotal</i>	<i>6 910 457,41</i>
Total do PPI		67 587 266,59

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

3.2 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO INICIAL

No decorrer do ano em apreço registaram-se 33 Alterações orçamentais, repartidas da seguinte forma:

Quadro 4 | Alterações Orçamentais

Alterações	Modificativas	Permutativas
Orçamento da Receita	3	2
Orçamento da Despesa	5	28
Plano Plurianual	5	28
Total	5	28

3.2.1 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Da análise ao Quadro 5 evidencia-se um crescimento significativo da arrecadação prevista ao longo do período em análise. A previsão inicial da receita ascendia a 181.765.170,00 €, tendo sido revista para **211.767.950,00 €**, o que corresponde a um acréscimo de **16,5%**, equivalente a cerca de mais 30 milhões de euros.

Quadro 5 | Alterações Orçamentais à Receita

Designação	Previsões Iniciais		Alterações Orçamentais			Previsões Corrigidas		Variação
	Valor	Peso	Inscrições / Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Valor	Peso	
Receita Fiscal	46 620 850,00	25,6%	18 642 240,00	18 642 240,00		46 620 850,00	22,0%	0,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4 566 050,00	2,5%	70 549,58			4 636 599,58	2,2%	1,5%
Rendimentos de Propriedade	9 529 169,48	5,2%		4 616 246,20		4 912 923,28	2,3%	-48,4%
Transferências e Subsídios Correntes	43 150 026,00	23,7%	3 360 652,67			46 510 678,67	22,0%	7,8%
Venda de Bens e Serviços	4 038 286,41	2,2%	5 663,68			4 043 950,09	1,9%	0,1%
Outras Receitas Correntes	221 710,00	0,1%	4 616 246,20			4 837 956,20	2,3%	2082,1%
Venda de Bens de Investimento	60,00	0,0%				60,00	0,0%	0,0%
Transferências e Subsídios de Capital	66 652 951,86	36,7%	3 415 299,79	5 560 544,74		64 507 706,91	30,5%	-3,2%
Outras Receitas de Capital	10,00	0,0%				10,00	0,0%	0,0%
Reposições não abatidas nos Pagamentos	173 000,00	0,1%				173 000,00	0,1%	0,0%
Receitas com Ativos Financeiros	492 018,49	0,3%				492 018,49	0,2%	0,0%
Receitas com Passivos Financeiros	20,00	0,0%				20,00	0,0%	0,0%
Saldo de Gerência Anterior	6 321 017,76	3,5%	28 711 159,02			35 032 176,78	16,5%	454,2%
Total	181 765 170,00	100,0%	58 821 810,94	28 819 030,94		211 767 950,00	100,0%	16,5%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

As principais contribuições para o aumento da Receita decorreram do **Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais** cujas previsões passaram de 6.321.017,76 € para **35.032.176,78 €**, representando uma variação de **+454,2%**. Este crescimento expressivo resulta da incorporação em orçamento de cerca de 28,7 milhões de euros.

As **Outras Receitas Correntes** apresentaram uma variação positiva de 2.082,1%, impulsionada por reforços no montante de 4,6 milhões de euros, decorrentes de uma regularização de classificação contabilística. Estes valores, pagos pelos SIMAR ao Município de Odivelas no âmbito dos serviços prestados pelas Águas do Tejo e Atlântico, deixaram de estar classificados na rubrica 051007 – Redes de Saneamento, passando para a rubrica 08019907 – Reembolso de taxas e tarifas de Saneamento e Recursos Hídricos. Esta reclassificação foi determinante para o crescimento deste capítulo e contribuiu, simultaneamente, para a redução dos **Rendimentos de Propriedade**, que passaram de 9.529.169,48 € para 4.912.923,28 €, correspondendo a uma variação negativa de 48,4%.

O crescimento global da receita foi impulsionado sobretudo pela incorporação do saldo orçamental da gerência anterior e pelo aumento das transferências correntes. Ainda assim, verificou-se uma redução nas **Transferências e Subsídios de Capital** (-3,2%), associada à reclassificação de 3.233.003,00 € entre rubricas, nos termos do OE 2025 e da orientação da DGAL. Acresce ainda a inscrição de 1.369.484,47 € relativa ao cofinanciamento da EB1/JI da Amoreira, compensada por redução no Programa 1.º Direito, em resultado de recalendarizações. No global, o saldo corrigido registou um aumento de 16,5%.

3.2.2 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

O valor inicial da Despesa totalizava **181.765.170,00 €**, refletindo a distribuição prevista dos recursos. Contudo, ao longo do período, foram efetuados ajustamentos que conduziram a um aumento de **16,5%**, elevando o total da despesa corrigida para **211.767.950,00 €**.

Página | 29

As **Despesas Correntes**, que incluem despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, juros, transferências e outras despesas operacionais, passaram de **112.134.467,36 €** para **120.437.739,77 €**, registando um crescimento de 7,4%.

As **Despesas com Pessoal** sofreram um ligeiro crescimento de 0,6%, fixando-se em **44.534.586,22 €**.

Na **Aquisição de Bens e Serviços** houve um aumento de 7,3%, atingindo **55.232.025,81 €**. Os **Juros e Outros Encargos** obtiveram um crescimento de 2,2%, totalizando **461.801,42 €**, fruto do aumento das taxas de juro indexantes.

As **Transferências e Subsídios Correntes** subiram 26,8%, passando para **18.731.874,51€**, devido aos reforços efetuados, fundamentalmente, no âmbito dos seguintes projetos:

- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Descentralização de competências na área da Educação e da Ação Social;
- Projetos Educativos e Formação;
- Atribuição de Fichas Escolares;
- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF);
- Auxílios Económicos;
- Apoio às Pessoas em Situação de Sem Abrigo;
- PRR - Comunidades em Ação - OIL Pontinha – Famões;

As **Despesas de Capital** registaram um aumento de **31,2%**, refletindo um reforço do esforço de investimento, atingindo o montante de **91.330.210,23 €**. Todos os seus agrupamentos evidenciaram crescimento, com destaque para as **Transferências e Subsídios de Capital** que aumentaram **111,5%**, totalizando **2.111.443,00 €**, e para a **Aquisição de Bens de Capital** com um acréscimo de **29,5%**, alcançando **87.521.221,14 €**.

Quadro 6 | Alterações Orçamentais à Despesa

Descrição	Dotações Iniciais		Alterações Orçamentais			Dotações Corrigidas		Variação
	Valor	Peso	Inscrições / Reforços	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais	Valor	Peso	
Despesas com o Pessoal	44 279 501,80	24,4%	4 601 428,84	4 346 344,42		44 534 586,22	21,0%	0,6%
Aquisição de Bens e Serviços	51 458 449,20	28,3%	12 394 731,26	8 621 154,65		55 232 025,81	26,1%	7,3%
Juros e Outros Encargos	451 932,25	0,2%	11 000,00	1 130,83		461 801,42	0,2%	2,2%
Transferências e Subsídios Correntes	14 776 968,41	8,1%	4 908 466,84	953 560,74		18 731 874,51	8,8%	26,8%
Outras Despesas Correntes	1 167 615,70	0,6%	419 564,29	109 728,18		1 477 451,81	0,7%	26,5%
Aquisição de Bens de Capital	67 587 266,59	37,2%	52 972 598,26	33 038 643,71		87 521 221,14	41,3%	29,5%
Transferências e Subsídios de Capital	998 339,96	0,5%	1 333 605,05	220 502,01		2 111 443,00	1,0%	111,5%
Outras Despesas de Capital	30 000,00	0,0%	622 450,00			652 450,00	0,3%	2074,8%
Despesas com Passivos Financeiros	1 015 096,09	0,6%	30 000,00			1 045 096,09	0,5%	3,0%
Total de Despesas Correntes	112 134 467,36	61,7%	22 335 191,23	14 031 918,82		120 437 739,77	56,9%	7,4%
Total de Despesas de Capital	69 630 702,64	38,3%	54 306 203,31	33 259 145,72		91 330 210,23	43,1%	31,2%
Total de Despesas Efetivas	180 720 073,91	99,4%	76 641 394,54	47 291 064,54		210 070 403,91	99,2%	16,2%
Total de Despesas Não Efetivas	1 015 096,09	0,6%	30 000,00	0,00		1 045 096,09	0,5%	3,0%
Total	181 765 170,00	100,0%	77 293 844,54	47 291 064,54		211 767 950,00	100,0%	16,5%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

As **Despesas não Efetivas** aumentaram **3,0%**, passando para **1.045.096,09 €**, impulsionadas pelas despesas com passivos financeiros.

As alterações orçamentais na despesa foram caracterizadas por reforços no montante de 77.293.844,54 € e por anulações de 47.291.064,54 €, originando um saldo líquido positivo. Este resultado evidencia a necessidade de reforço em várias áreas, com particular incidência no investimento em despesas de capital.

O Orçamento da Despesa corrigido registou um crescimento expressivo de 16,5%, evidenciando a necessidade de ajustamentos para acomodar novas despesas e reforçar o investimento. Destaca-se o aumento mais acentuado das despesas de capital face às despesas correntes, refletindo uma aposta no investimento em infraestruturas e bens duradouros.

Em síntese, a análise do Quadro 6 demonstra uma gestão orçamental dinâmica, orientada para o reforço do investimento e para a realização de ajustamentos estratégicos em diversas áreas da despesa pública.

3.2.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI)

Em termos globais, as alterações orçamentais do Plano Plurianual de Investimento (PPI) evidenciam um crescimento substancial do investimento, com particular destaque para as áreas sociais, nomeadamente Habitação e Educação. O total das dotações corrigidas atingiu 87.521.221,14 €, correspondendo a um acréscimo de 19.933.954,55 € face ao orçamento inicial, ou seja, um crescimento de 29,5%

Página | 31

Quadro 7 | Alterações Orçamentais ao PPI

Funções	Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Alterações Orçamentais
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	5 000 460,26	6 905 272,93	1 904 812,67
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	2 644 380,90	2 723 221,54	78 840,64
	subtotal	7 644 841,16	9 628 494,47	1 983 653,31
Sociais	2.1. Educação	11 107 725,34	12 631 215,09	1 523 489,75
	2.2. Saúde	5 235 919,88	5 239 647,58	3 727,70
	2.3. Segurança e Ação Sociais	5 728 419,74	3 980 686,07	-1 747 733,67
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	26 118 738,79	32 787 642,60	6 668 903,81
	2.5. Culturais, Recreativos e Religiosos	4 841 164,27	6 060 963,39	1 219 799,12
	subtotal	53 031 968,02	60 700 154,73	7 668 186,71
Económicas	3.2. Indústria e Energia	21 626,43	174 658,62	153 032,19
	3.3. Transportes e Comunicações	6 787 639,78	16 730 352,12	9 942 712,34
	3.4. Comércio e Turismo	83 815,00	130 795,00	46 980,00
	3.5. Outras Funções Económicas	17 376,20	156 766,20	139 390,00
	subtotal	6 910 457,41	17 192 571,94	10 282 114,53
Total		67 587 266,59	87 521 221,14	19 933 954,55

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

As **Funções Gerais**, que incluem os Serviços Gerais da Administração Pública e a Segurança e Ordem Públicas, registaram um aumento de 1.983.653,31 €, passando de 7.644.841,16 € para **9.628.494,47 €**. Os Serviços Gerais da Administração Pública contribuíram com um acréscimo de 1.904.812,67 €, enquanto a Segurança e Ordem Públicas registou um aumento de 78.840,64 €.

As **Funções Sociais** que abrangem áreas essenciais como Educação, Saúde, Segurança e Ação Social, Habitação e Serviços Coletivos e Cultura, apresentaram um aumento global de 7.668.186,71 €, atingindo **60.700.154,73 €**. Destaca-se a Habitação e Serviços Coletivos, com um acréscimo de 6.668.903,81 €, bem como a Educação (+1.523.489,75 €) e a Cultura, Recreação e Religião (+1.219.799,12 €), enquanto a Segurança e Ação Social registou uma redução de 1.747.733,67 €.

Por sua vez, as **Funções Económicas** evidenciaram um crescimento de 10.282.114,53 €, totalizando **17.192.571,94 €**. O maior contributo adveio dos Transportes e Comunicações, com um aumento expressivo de 9.942.712,34 €, seguido pela Indústria e Energia (+153.032,19 €), Outras Funções Económicas (+139.390,00 €) e Comércio e Turismo (+46.980,00 €).

Globalmente, os dados evidenciam uma forte aposta no investimento económico e social, com destaque para a mobilidade, habitação e serviços coletivos.

3.3 ANÁLISE DA RECEITA

3.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Quadro 8 apresenta uma visão detalhada da arrecadação de receitas do ano de 2025, permitindo comparar a previsão inicial, as previsões corrigidas e a receita efetivamente cobrada, bem como os respetivos níveis de execução e o peso relativo de cada categoria no total arrecadado.

As **Receitas Correntes** representam a maior parte da arrecadação do ano de 2025, totalizando **119.332.683,68 €**, o que equivale a **88,9%** do total das receitas arrecadadas. O **grau de execução das receitas correntes** foi **107%**, indicando um desempenho altamente eficiente na arrecadação desta categoria.

Quadro 8 | Execução da Receita

Descrição	Previsão Inicial	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Grau de Execução	Peso do Capítulo
Receita Fiscal	46 620 850,00	46 620 850,00	55 595 702,60	119,3%	41,4%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4 566 050,00	4 636 599,58	4 014 860,59	86,6%	3,0%
Rendimentos de Propriedade	9 529 169,48	4 912 923,28	5 079 673,66	103,4%	3,8%
Transferências Correntes	43 150 026,00	46 510 678,67	46 896 785,41	100,8%	34,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 038 286,41	4 043 950,09	4 047 197,43	100,1%	3,0%
Outras Receitas Correntes	221 710,00	4 837 956,20	3 698 463,99	76,4%	2,8%
Correntes	108 126 091,89	111 562 957,82	119 332 683,68	107,0%	88,9%
Venda de Bens de Investimento	60,00	60,00	0,00	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	66 652 951,86	64 507 706,91	14 393 015,41	22,3%	10,7%
Ativos Financeiros	10,00	10,00	492 018,48	4920184,8%	0,4%
Passivos Financeiros	173 000,00	173 000,00	0,00	0,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	492 018,49	492 018,49	0,00	0,0%	0,0%
Capital	67 318 040,35	65 172 795,40	14 885 033,89	22,8%	11,1%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	20,00	20,00	17 061,39	85307,0%	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	6 321 017,76	35 032 176,78	0,00	0,0%	0,0%
Outras Receitas	6 321 037,76	35 032 196,78	17 061,39	0,0%	0,0%
Total	181 765 170,00	211 767 950,00	134 234 778,96	63,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

3.3.1.1 Receita Fiscal

A **Receita Fiscal** registou um grau de execução superior ao previsto (119,3%), atingindo **55.595.702,60 €**, e representando **41,4%** do total da receita arrecadada.

O Quadro 9 apresenta o desempenho da arrecadação dos impostos municipais em 2025, evidenciando a comparação entre a previsão corrigida, a receita efetivamente cobrada e o respetivo grau de execução. Os impostos diretos destacaram-se como a principal fonte de receita, refletindo um elevado nível de concretização face ao previsto.

Página | 33

A arrecadação total da **Receita Fiscal** atingiu **55.595.702,60 €**, representando 119,3% da previsão corrigida de 46.620.850,00 €. Este elevado grau de execução evidencia a eficácia na cobrança destes tributos e a solidez desta que é a principal fonte de receita municipal. A Receita Fiscal representou 41,4% da receita total arrecadada em 2025, reforçando a sua relevância no financiamento das despesas municipais.

Quadro 9 | Execução da Receita Fiscal

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	20 678 040,00	21 408 221,17	103,5%
Imposto Único de Circulação (IUC)	4 003 990,00	4 103 278,92	102,5%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	18 642 240,00	26 891 453,48	144,3%
Derrama	3 296 550,00	3 192 749,03	96,9%
Impostos Abolidos	30,00	0,00	0,0%
Total	46 620 850,00	55 595 702,60	119,3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Dentro do grupo da Receita Fiscal, destaca-se:

- Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com uma previsão corrigida de 20.678.040,00€ e uma receita cobrada de **21.408.221,17€**, a que corresponde um grau de execução de **103,5%**. O IMI foi o segundo maior contributo, representando 38,5% da arrecadação dos impostos diretos e evidenciando um nível de execução acima do previsto.
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), com uma previsão corrigida de 18.642.240,00 € e uma receita cobrada de **26.891.453,48 €**, a que corresponde um grau de execução de **144,3%**. O IMT, associado à compra e

venda de imóveis, foi o maior imposto arrecadado, com um impacto de 48,4 % na arrecadação da Receita Fiscal.

- **Derrama** apresentou uma previsão corrigida de 3.296.550,00 €, tendo registado uma cobrança de **3.192.749,03 €**, o que corresponde a um grau de execução de **96,9%**. Este imposto, enquanto adicional ao IRC incidente sobre o lucro tributável das empresas, ficou ligeiramente abaixo do valor previsto, evidenciando ainda assim um desempenho global positivo da atividade económica local.
- Imposto Único de Circulação (IUC), com um grau de execução **102,5%**, arrecadando **4.103.278,92 €** para uma previsão corrigida de 4.003.990,00€.
- Os Impostos Abolidos não tiveram qualquer arrecadação e encontram-se com rubrica aberta para precaver a cobrança de algum valor antigo não arrecadado.

3.3.1.2 Taxas, Multas e Outras Penalidades

O agrupamento **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, teve execução de **86,6 %**, gerando cerca de **4 milhões de euros** de receita.

Quadro 10 | Execução de Taxas, Multas e Outras Penalidades

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
TAXAS	4 150 320,64	3 476 177,51	83,8%
Loteamentos e obras	2 929 440,00	2 214 572,42	75,6%
Ocupação da via pública	911 610,00	963 141,79	105,7%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	67 550,00	78 588,63	116,3%
Outras Taxas	241 720,64	219 874,67	91,0%
Multas e Outras Penalidades	486 278,94	538 683,08	110,8%
Juros de Mora	137 970,00	206 678,91	149,8%
Juros Compensatórios	71 857,37	126 508,56	176,1%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	235 950,00	159 260,49	67,5%
Multas e penalidades diversas	40 501,57	46 235,12	114,2%
Total	4 636 599,58	4 014 860,59	86,6%

Na rubrica **Taxas**, com execução de **83,8 %**, o maior destaque vai para a receita proveniente de **Loteamentos e Obras**, com cerca **2,2 milhões de euros**, logo a seguir a receita de **Ocupação da Via Pública**, que gerou cerca de **963,1 mil euros**.

A rubrica **Multas e Outras Penalidades**, apresenta uma taxa de execução de **110,8%**. Destaca-se nesta rubrica, a arrecadação de receita proveniente de Juros de Mora com cerca

de 206,7 mil euros. Por outro lado, as Coimas e Penalidades por Contraordenações apresentaram uma execução inferior (67,5%), contrastando com as Multas e penalidades diversas, que superaram a previsão (114,2%). No conjunto, estes resultados refletem um desempenho heterogéneo, com algumas rubricas a compensarem parcialmente a menor execução das taxas.

3.3.1.3 Rendimentos de Propriedade

O agrupamento **Rendimentos de Propriedade** apresenta uma execução de **103,4%**, com receita gerada no valor de **5,1 milhões de euros**. A receita arrecadada na rubrica **Dividendos**, corresponde à distribuição de dividendos:

- AdTA - Águas do Tejo Atlântico, Grupo Águas de Portugal, exercício 2024;
- Valorsul – Valorização, Tratamento, Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa Oeste, exercício 2024.

Quadro 11 | Rendimentos de Propriedade

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
Juros	761 959,08	698 950,08	91,7%
Dividendos	212 000,00	192 748,90	90,9%
Rendas	3 938 964,20	4 187 974,68	106,3%
Total	4 912 923,28	5 079 673,66	103,4%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas un: euros

3.3.1.4 Transferências Correntes

O agrupamento **Transferências Correntes**, teve uma execução de cerca de **100,8%**.

Quadro 12 | Transferências Correntes

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
Transferências da Administração Central	46 443 638,67	46 826 947,21	100,8%
<i>Estado</i>	<i>46 165 949,00</i>	<i>46 724 563,84</i>	<i>101,2%</i>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 221 365,00	5 221 365,00	100,0%
Fundo Social Municipal	5 301 595,00	5 301 595,00	100,0%
Participação fixa no IRS	12 536 015,00	12 536 015,00	100,0%
Participação no IVA	633 739,00	633 739,00	100,0%
Art.º 35 n.º 5 da Lei 73/2013	3 233 003,00	3 233 003,50	100,0%
Art.º 38 n.º 8 da Lei 73/2013	88 000,00	93 664,34	106,4%
Outras Transferências	1 000,00	108 303,80	10830,4%
Transferência de Competências - Lei 50/2018	19 151 232,00	19 596 878,20	102,3%
<i>Outras Transferências da Administração Central</i>	<i>277 689,67</i>	<i>102 383,37</i>	<i>36,9%</i>
Serviços e fundos autónomos	277 689,67	102 383,37	36,9%
Outras Transferências	67 040,00	69 838,20	104,2%
Total	46 510 678,67	46 896 785,41	100,8%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Esta rubrica, respeita maioritariamente às transferências do Estado, onde 23,7 milhões de euros correspondem à Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) e 19,6 milhões de euros à transferência de competências no domínio da educação, saúde e ação social, ao abrigo da Lei 50/2018 de 16 de agosto.

3.3.1.5 Venda de Bens e Serviços Correntes

A receita total de **Venda de Bens e Serviços Correntes**, com uma execução de **100,1%**, fixou-se em cerca de **4 milhões de euros**.

Página | 36

Quadro 13 | Venda de Bens e Serviços Correntes

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
<i>Venda de Bens</i>	2 039 866,59	1 925 383,42	94,4%
Livros e Documentação Técnica	876,59	2 053,31	234,2%
Publicações e Impressos	20,00	-	0,0%
Produtos Alimentares e Bebidas	1 950 000,00	1 857 269,43	95,2%
Mercadorias	10,00	-	0,0%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	80 000,00	63 487,78	79,4%
Outros	8 960,00	2 572,90	28,7%
<i>Serviços</i>	1 739 083,50	1 800 346,97	103,5%
Serviços Sociais	20,00	-	0,0%
Serviços Recreativos	38 803,50	37 378,50	96,3%
Serviços Culturais	1 600,00	2 268,00	141,8%
Serviços Desportivos	1 221 160,00	1 328 349,56	108,8%
Serviços específicos das Autarquias	351 900,00	314 618,92	89,4%
Outros	125 600,00	117 731,99	93,7%
<i>Rendas</i>	265 000,00	321 467,04	121,3%
Habitação	265 000,00	321 467,04	121,3%
Total	4 043 950,09	4 047 197,43	100,1%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Nesta componente de receita só a rubrica **Venda de Bens** ficou abaixo do valor previsto em orçamento, com uma execução de **94,4 %**.

As rubricas **Serviços e Rendas**, apresentam execuções de **103,5 %** e **121,3 %** respetivamente.

Na rubrica **Serviços** o maior destaque vai para as receitas provenientes de Serviços Desportivos com **1,3 milhões de euros** arrecadados.

3.3.1.6 Receita de Capital

O grau de execução da **Receita de Capital** foi de **22,8 %**, representando, face ao valor previsto, um desvio de **50,3 milhões de euros**.

Quadro 14 | Transferências de Capital

Designação	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Grau de Execução
Transferências da Administração Central	46 187 878,91	14 393 015,41	31,2%
<i>Estado</i>	<i>3 813 156,00</i>	<i>3 813 155,50</i>	<i>100,0%</i>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	580 152,00	580 152,00	100,0%
Art.º 35 n.º 5 da Lei 73/2013	3 233 004,00	3 233 003,50	100,0%
<i>Outras Transferências da Administração Central</i>	<i>42 374 722,91</i>	<i>10 579 859,91</i>	<i>25,0%</i>
Protocolos com a Administração Central	23 249 336,96	4 994 493,80	21,5%
Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados	19 125 355,95	5 585 366,11	29,2%
Serviços e fundos autónomos	30,00	-	0,0%
Outras Transferências	18 319 828,00	-	0,0%
Total	64 507 706,91	14 393 015,41	22,3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Para este resultado contribuiu a baixa execução de **Transferências de Capital (22,3%)**, onde se encontram incluídas as receitas provenientes de fundos comunitários para realização de obras financiadas, cuja execução foi de 10,6 milhões de euros, para uma previsão de 42,4 milhões de euros. O município obteve **5.585.366,11 €** através de participação em **projetos cofinanciados**, evidenciando a captação de financiamento para programas estruturantes.

Quadro 15 | Projetos Comparticipados

Descrição	Execução
3.ª FASE DO PROGRAMA DE APOIO À MOBILIDADE ELÉTRICA NA AP	0,00
CONSTRUÇÃO DE CICLOVIAS NO ÂMBITO DO PORTUGAL CICLÁVEL ODIVELAS-LOURES	0,00
PRR -C3- RESPOSTAS SOCIAIS - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES EM HABITAÇÕES (PIH)	62 957,74
CIDADE EUROPEIA DO DESPORTO 2020	0,00
SERVIÇOS E REDES DE INTERVENÇÃO SOCIAL E SAÚDE - PILAR IDADE +	18 686,98
COMUNIDADES DESFAVORECIDAS NA AML - OIL PONTINHA - FAMÕES	60 821,41
APOIO ICNF	38 054,04
MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO CENTRO CULTURAL DA MALAPOSTA	0,00
RADAR SOCIAL – CRIAÇÃO DE EQUIPAS PARA PROJETO PILOTO	-148 319,56
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE NOVA PONTINHA	594 459,24
ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAMADA - PLATAFORMA ELEVATÓRIA	3 900,00
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE ODIVELAS POENTE	0,00
RESIDÊNCIAS COLABORATIVAS MADRE PAULA	565 272,00
REQUALIFICAÇÃO DA UCSP CANEÇAS	0,00
REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAMADA	1 797 691,47
CERCA DO MOSTEIRO DE ODIVELAS (PARQUE DA CIDADE)	663 500,67
FAMI 2030 - CULTURAS EM HARMONIA	8 678,88
PROJETO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO DE ODIVELAS (PIO II ODIVELAS)	22 677,06
Jl/EB1 AMOREIRA	1 709 697,72
HUB DE INOVAÇÃO DAS PATAMEIRAS (HIP)	181 328,46
PLANO INTEGRADO DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO	0,00
ELABORAÇÃO DO PLANO DE RESILIÊNCIA URBANA A TEMPERATURAS ELEVADAS PARA O CONCELHO DE ODIVELAS	5 960,00
Total	5 585 366,11

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A análise global demonstra que as transferências obtidas pelo Município de Odivelas foram fortemente influenciadas pelo Orçamento do Estado 2025, garantindo a sustentabilidade financeira municipal e a execução de investimentos estratégicos, enquanto os projetos cofinanciados refletem um esforço para captar financiamento externo para o desenvolvimento local.

3.3.1.7 Outras Receitas

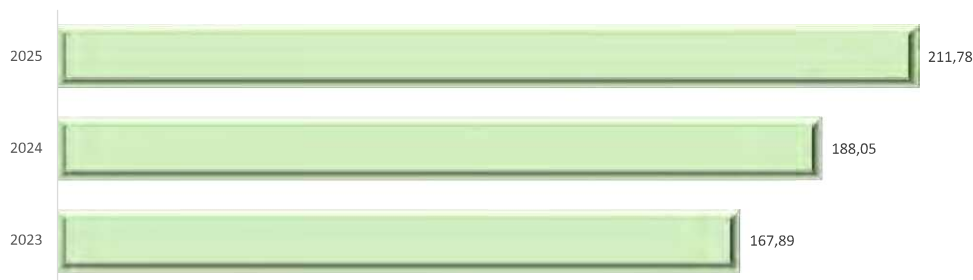
Página | 38

As **Outras Receitas** contemplam a rubrica do Saldo da Gerência Anterior, no montante de **35.032.176,78 €**. Contempla ainda Reposições não Abatidas nos Pagamentos, cujo montante previsto em orçamento foi meramente residual dada a sua especificidade, com uma previsão de **173 000,00 €** e execução de **17.061,39 €**.

3.3.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA

Nos três anos analisados, verifica-se uma evolução claramente crescente da previsão corrigida da receita, passando de 167,89 milhões de euros em 2023 para 188,05 milhões de euros em 2024 (aumento de 12,0%) e atingindo 211,8 milhões de euros em 2025 (crescimento adicional de 12,6%), o que evidencia um reforço consistente das expectativas de arrecadação.

Gráfico 2 | Evolução da Receita Prevista



Por outro lado, a receita efetivamente arrecadada não acompanhou esse crescimento de forma proporcional, refletindo-se numa diminuição da taxa de execução de 64,0% em 2023 para 63,0% em 2024, seguida de uma ligeira recuperação para 63,4% no ano em análise.

Quadro 16 | Evolução da Receita

Receitas	Previsão Corrigida	Receita Cobrada	Taxa Execução
2023			
Receitas Correntes	103 076 796,27	101 272 453,88	98,2%
Receitas de Capital	32 454 394,22	6 009 553,70	18,5%
Outras Receitas	32 365 989,51	254 006,67	0,8%
Total	167 897 180,00	107 536 014,25	64,0%
2024			
Receitas Correntes	111 124 776,24	109 144 765,61	98,2%
Receitas de Capital	41 142 220,58	9 359 490,14	22,7%
Outras Receitas	35 785 921,18	46 011,23	0,1%
Total	188 052 918,00	118 550 266,98	63,0%
2025			
Receitas Correntes	111 562 957,82	119 332 683,68	107,0%
Receitas de Capital	65 172 795,40	14 885 033,89	22,8%
Outras Receitas	35 032 196,78	17 061,39	0,0%
Total	211 767 950,00	134 234 778,96	63,4%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

No ano de 2025 a receita total cobrada segue numa trajetória ascendente, com aumento de 13,2%, representando em termos absolutos um acréscimo em cerca de 15,7 milhões de euros, face a 2024.

Este crescimento, analisado sob a perspetiva da estrutura da receita, resulta essencialmente da variação positiva das Receitas Correntes (9,3%) e, de forma mais expressiva, das Receitas de Capital (59%), apesar da diminuição verificada em Outras Receitas (-62,9%).

Quadro 17 | Evolução da Estrutura da Receita

Receitas	2023		2024		2025		Variação 2024-2025
	Execução	Peso	Execução	Peso	Execução	Peso	
Impostos Diretos	46 011 016,81	42,8%	47 927 751,27	35,7%	55 595 702,60	41,4%	16,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	5 150 816,96	4,8%	4 135 074,87	3,1%	4 014 860,59	3,0%	-2,9%
Rendimentos de Propriedade	8 237 389,67	7,7%	8 887 882,81	6,6%	5 079 673,66	3,8%	-42,8%
Transferências Correntes	37 982 806,35	35,3%	44 324 044,72	33,0%	46 896 785,41	34,9%	5,8%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 602 121,86	3,3%	3 778 321,14	2,8%	4 047 197,43	3,0%	7,1%
Outras Receitas Correntes	288 302,23	0,3%	91 690,80	0,1%	3 698 463,99	2,8%	3933,6%
Correntes	101 272 453,88	94,2%	109 144 765,61	81,3%	119 332 683,68	88,9%	9,3%
Venda de Bens de Investimento	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Transferências de Capital	4 769 584,47	4,4%	9 113 480,92	6,8%	14 393 015,41	10,7%	57,9%
Ativos Financeiros	0,00	0,0%	246 009,22	0,2%	492 018,48	0,4%	100,0%
Passivos Financeiros	1 239 969,23	1,2%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Outras Receitas de Capital	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Capital	6 009 553,70	5,6%	9 359 490,14	7,0%	14 885 033,89	11,1%	59,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	254 006,67	0,2%	46 011,23	0,0%	17 061,39	0,0%	-62,9%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	n.a.
Outras Receitas	254 006,67	0,2%	46 011,23	0,0%	17 061,39	0,0%	-62,9%
Total	107 536 014,25		118 550 266,98		134 234 778,96		13,2%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Verifica-se que o ano de 2025 terminou com uma taxa de execução de 63,4%. Ainda assim, conforme anteriormente referido, ao considerar o saldo de gerência anterior como receita cobrada, a taxa de execução eleva-se para cerca de 79,9%.

3.3.2.1 Evolução das Receitas Correntes

As **Receitas Correntes** cresceram **9,3%** entre 2024 e 2025, totalizando **119,33 milhões de euros** arrecadados. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento das transferências correntes e impostos diretos, consolidando-se como a base financeira do município.

Página | 40

No que respeita às **Receitas de Capital** apresentam um crescimento de **59%** em 2025, passando de 9,36 milhões de euros em 2024 para 14,89 milhões em 2025. Apesar do aumento, continuam representando apenas 11,1% da receita total.

No âmbito destas, destaca-se o aumento das **Transferências de Capital**, que registaram um crescimento de **57,9%**, atingindo **14,39 milhões de euros**. Este desempenho evidencia uma recuperação significativa das receitas de capital, reforçando a tendência de crescimento já observada nos anos anteriores.

As **Outras Receitas** tiveram uma redução acentuada de **62,9%** entre 2024 e 2025, passando de 46 mil euros para apenas 17 mil euros, tendo como único fator a execução da rubrica Reposições não abatidas nos pagamentos. Note-se que, as Reposições não abatidas nos pagamentos são um conceito da contabilidade pública, que se refere à devolução de valores pagos indevidamente, por entidades públicas ou privadas ao Município.

Quadro 18 | Evolução dos Impostos Diretos

Designação	2023	2024	2025	Variação 2024-2025	
				Valor	%
IMI	20 474 002,37	20 768 986,20	21 408 221,17	639 234,97	3,1%
IUC	4 001 284,49	4 043 634,36	4 103 278,92	59 644,56	1,5%
IMT	18 770 565,74	19 927 830,92	26 891 453,48	6 963 622,56	34,9%
Derrama	2 765 164,21	3 187 299,79	3 192 749,03	5 449,24	0,2%
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.
Total	46 011 016,81	47 927 751,27	55 595 702,60	7 667 951,33	16,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

O Quadro 18 apresenta a evolução dos impostos diretos entre os anos de 2023 e 2025. A

análise mostra a variação em termos de valores absolutos e percentuais para cada tipo de imposto (IMI, IUC, IMT e Derrama) e, no final, o total acumulado.

Em **2025**, o total de impostos diretos aumenta, totalizando 55.595.702,60 €, refletindo um crescimento de 16,0% no período entre 2024 e 2025.

O **IMI** (Imposto Municipal sobre Imóveis) apresenta uma leve variação de 3,1% entre 2024 e 2025, passando de 20.768.986,20 € em 2024 para **21.408.221,17 €** em 2025, o que equivale a um aumento de 639.234,97€. Isso indica um crescimento moderado na arrecadação deste imposto.

Página | 41

O **IUC** (Imposto Único de Circulação) obteve um pequeno crescimento de **1,5%** entre 2024 e 2025, com uma variação de 59.644,56€, subindo de 4.043.634,36 € em 2024 para **4.103.278,92 €** em 2025.

O **IMT** (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) regista o maior crescimento, com um aumento de 34,9% de 2024 para 2025. Em 2024, a arrecadação foi de 19.927.830,92 €, e em 2025 verifica-se que foi de **26.891.453,48 €**, representando um aumento de 6.963.622,56 €.

A **Derrama** apresenta o menor aumento, com um crescimento de 0,2% de 2024 para 2025. Em 2024, a arrecadação foi de 3.187.299,79 €, e em 2025 foi de **3.192.749,03 €**, refletindo um aumento de 5.449,24 €.

Assim globalmente, o total dos **Impostos Diretos**, que inclui a soma dos valores de IMI, IUC, IMT e Derrama, mostra uma recuperação após a queda em 2023, com um aumento acumulado de 7.667.951,33 € em comparação com 2024, chegando a um valor de 55.595.702,60 € em 2025, revelando uma tendência de crescimento geral, especialmente devido ao aumento substancial do IMT.

3.3.2.2 Evolução das Transferências Obtidas

A análise da evolução das transferências obtidas pelo Município de Odivelas entre 2023 e 2025 revela um crescimento significativo no volume de recursos transferidos pela

Administração Central, tanto nas transferências correntes quanto nas transferências de capital.

Quadro 19 | Evolução das Transferências Obtidas

	2025	2024	Variação 2024-2025 %	2023
Transferências Correntes	46 896 785,41	44 324 044,72	5,80%	37 982 806,35
Transferências Capital	14 393 015,41	9 113 480,92	57,93%	4 769 584,47
Total	61 289 800,82	53 437 525,64	63,74%	42 752 390,82

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Em 2025, verifica-se um crescimento de 14,69% no total das **transferências obtidas**, atingindo **61.289.800,82 €**. Esse aumento foi impulsionado pelo crescimento de 57,93% nas **transferências de capital**, que passaram de 9.113.480,92 € em 2024 para **14.393.015,41 €** em 2025, e pelo crescimento de 5,80% nas **transferências correntes**, que passaram de 44.324.044,72 € em 2024 para **46.896.785,41 €** em 2025, refletindo a ampliação das transferências do Orçamento do Estado, nomeadamente através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), da Participação no IRS e das Transferências de Competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018 de 16/08.

Em síntese, os dados demonstram uma tendência ascendente na captação de recursos pelo Município de Odivelas, refletindo tanto o crescimento das transferências do Orçamento do Estado quanto à capacidade da autarquia de captar financiamento para investimentos estratégicos.

3.3.3 TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA (N.º 3, ART.º 56.º DA LEI N.º 73/2013 DE 03/09)

A Lei n.º 73/2013, de 03/09 (RFALEI) define uma taxa mínima de 85% para execução da receita orçamental dos Municípios.

No caso de esta taxa de execução não ser alcançada durante dois anos consecutivos, é ativado um alerta precoce de desvios, onde são informados obrigatoriamente os membros do Governo responsáveis pelas áreas de finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do Município.

Esta medida tem como objetivo limitar a sobre orçamentação da receita orçamental, impedindo assim a realização de despesas sem que o seu pagamento esteja garantido pela execução da receita.

No ano 2025 a taxa de execução da receita total (incluindo o saldo de gerência) ficou abaixo da taxa mínima definida para execução da receita, tendo sido alcançado 79,9 %, tal como em 2024, cuja taxa de execução alcançada foi 82,0%.

Quadro 20 | Taxa de Execução da Receita

Taxas de Execução Receita Orçamental (n.º 3, art.º 56.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro)			
Ano	Limite	Taxa de Execução	Margem
2024	85%	82,0%	-3,00%
2025	85%	79,9%	-5,10%

Importante realçar que o Município de Odivelas, contava na sua previsão de receita com os 18.319.768,00 €, relativos ao ressarcimento da instalação do município, em ação judicial que se encontrava a decorrer em tribunal, o que influencia de forma negativa as taxas de execução.

Quadro 21 | Taxa de Execução da Receita (sem valor judicial dos custos de instalação)

Taxas de Execução Receita Orçamental (n.º 3, art.º 56.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro)			
Ano	Limite	Taxa de Execução	Margem
2024	85%	90,90%	5,90%
2025	85%	88,60%	3,60%

Assim, se esse valor não fosse inscrito em orçamento, a taxa de execução da receita total ficaria acima da taxa mínima definida para execução da receita, sendo alcançada a taxa de execução de 88,6 %, em 2025 e a taxa de execução de 90,9% em 2024, ambas cumprindo os valores mínimos estabelecidos.

3.4 ANÁLISE DA DESPESA

3.4.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Quadro 22 apresenta a execução orçamental da despesa em 2025, detalhando os valores para cada categoria de despesa e sua execução em diferentes etapas do processo orçamental.

Quadro 22 | Execução da Despesa

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Faturado	Pagamento	Grau Ex. Orçamental
Despesas com o Pessoal	44 279 501,80	44 534 586,22	42 625 583,00	42 455 835,65	42 282 747,46	41 274 555,63	92,7%
Aquisição de Bens e Serviços	51 458 449,20	55 232 025,81	47 421 701,60	47 341 087,58	38 222 953,62	37 481 364,19	67,9%
Juros e Outros Encargos	451 932,25	461 801,42	338 259,15	338 259,15	338 240,90	338 240,90	73,2%
Transferências e Subsídios Correntes	14 776 968,41	18 731 874,51	16 659 883,50	16 343 821,47	16 255 431,80	16 015 065,20	85,5%
Outras Despesas Correntes	1 167 615,70	1 477 451,81	792 762,43	792 762,43	782 256,22	773 831,41	52,4%
Correntes	112 134 467,36	120 437 739,77	107 838 189,68	107 271 766,28	97 881 630,00	95 883 057,33	79,6%
Aquisição de Bens de Capital	67 587 266,59	87 521 221,14	74 485 157,19	68 282 302,32	41 344 057,51	39 268 738,13	44,9%
Transferências e Subsídios de Capital	998 339,96	2 111 443,00	1 364 790,11	1 019 157,91	954 752,15	886 025,45	42,0%
Outras Despesas Capital	30 000,00	652 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Capital	68 615 606,55	90 285 114,14	75 849 947,30	69 301 460,23	42 298 809,66	40 154 763,58	44,5%
Despesa com Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Despesa com Passivos Financeiros	1 015 096,09	1 045 096,09	1 037 648,30	1 037 648,30	1 037 648,30	1 037 648,30	99,3%
Não Efetiva	1 015 096,09	1 045 096,09	1 037 648,30	1 037 648,30	1 037 648,30	1 037 648,30	99,3%
Total	181 765 170,00	211 767 950,00	184 725 785,28	177 610 874,81	141 218 087,96	137 075 469,21	64,7%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un : euros

No total, a despesa orçamentada teve uma dotação inicial de 181.765.170,00 €, corrigida para 211.767.950,00 € após as alterações orçamentais no período. Deste montante, foram cabimentados 184.725.785,28 € e comprometidos 177.610.874,81 €. O total faturado foi de 141.218.087,96 €, e os pagamentos efetivados somaram 137.075.469,21 €.

Deste modo, o grau de execução orçamental total foi de 64,7%, com uma melhor execução nas despesas correntes (79,6%) e uma execução mais baixa nas despesas de capital (44,5%). No entanto ressalva-se que se, em vez dos pagamentos, se considerar a taxa de execução dos cabimentos (cabimentos/dotações corrigidas), as despesas correntes obtêm uma taxa de 89,5%, as de capital de 84% e uma taxa global de 87,2%.

As **despesas correntes** representam a maior parte da execução orçamental, com uma **dotação inicial de 112.134.467,36 €, corrigida para 120.437.739,77 €**. Os valores cabimentados (ou seja, as dotações cativas) atingiram 107.838.189,68 €, enquanto os compromissos assumidos foram de 107.271.766,28 €. O montante faturado chegou a 97.881.630,00 €, e os pagamentos somaram 95.883.057,33 €.

O grau de execução orçamental das despesas correntes ficou em 79,6%, indicando uma boa execução da dotação corrigida.

As **Despesas com o Pessoal** constituíram o agrupamento com o maior volume de pagamentos, totalizando 41.274.555,63 €. Em segundo lugar surge a **Aquisição de Bens de Capital** (investimento), com 39.268.738,13 €, representando 28,6% do total dos recursos municipais aplicados no reforço dos ativos fixos.

Importa ainda salientar que, se em vez dos pagamentos efetuados forem considerados os compromissos assumidos, o montante da **Aquisição de Bens de Capital** (investimento), ascende a 68,28 milhões de euros, evidenciando um nível de execução e planeamento futuro significativamente superior.

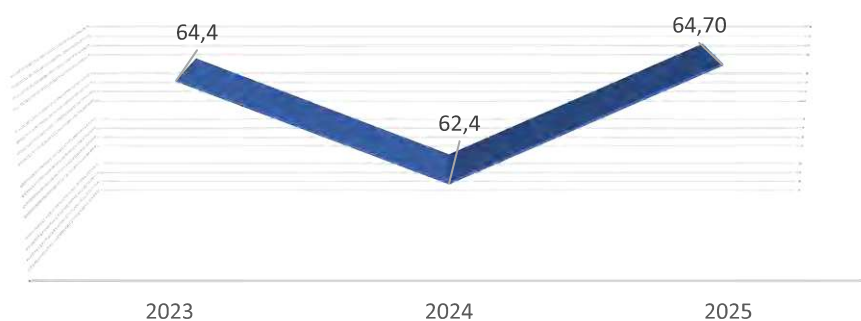
Destaque também, para o agrupamento da **Aquisição de Bens e Serviços** que registou uma execução a rondar os **37,48 milhões de euros**.

Registe-se que os graus de execução elevados dos grupos **Juros e Outros Encargos e Passivos Financeiros**, se referem quase na sua plenitude, aos juros remuneratórios e amortizações de capital do ano, dos empréstimos de médio e longo prazo vigentes, com taxas de execução de **73,2%** e **99,3%**, respetivamente.

3.4.2. TAXA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Verifica-se uma recuperação da taxa de execução de 2024 para 2025, passando de 62,4% para 64,7%, após o decréscimo registado em 2024 face a 2023, quando passou de 64,4% para 62,4%.

Gráfico 3 | Taxa de Execução Orçamental da Despesa



No que diz respeito à taxa execução, a análise pode ser efetuada a vários níveis, a nível do orçamentado, cabimentado, comprometido ou faturado, no entanto aquela que melhor evidencia o equilíbrio financeiro da autarquia, num determinado exercício, é a que relaciona a despesa paga com os compromissos assumidos para com terceiros.

Quadro 23 | Taxa de Execução da Despesa

Designação	Pago vs Comprometido	Pago vs Faturado
	%	%
Despesas com o Pessoal	97%	98%
Aquisição de Bens e Serviços	79%	98%
Juros e Outros Encargos	100%	100%
Transferências e Subsídios Correntes	98%	99%
Outras Despesas Correntes	66%	99%
Aquisição de Bens de Capital	58%	95%
Transferências e Subsídios de Capital	87%	93%
Outras Despesas Capital	0%	0%
Despesa com Ativos Financeiros	0%	0%
Despesa com Passivos Financeiros	100%	100%
Despesa Corrente	89%	98%
Despesa de Capital	58%	95%
Despesa Não Efetiva	100%	100%
Total	77%	97%

As rubricas que maiores taxas de execução obtiveram foram, devido à sua natureza e obrigatoriedade de liquidação, os "Juros e Outros encargos" e "Passivos Financeiros" com 100%, as "Despesas com o pessoal" com 98%.

3.4.3. COMPARATIVO – RESUMO DA RECEITA COBRADA LÍQUIDA E A DESPESA COMPROMETIDA

Verifica-se que em 2025 a receita cobrada líquida, acrescida do valor do saldo de gerência, é inferior à despesa comprometida tendo-se verificado um diferencial de 8.343.919,07 €.

A receita total cobrada líquida registou em 2025 um aumento de 13,23% relativamente ao verificado em 2024.

Na despesa comprometida, tal como no ano anterior, verificou-se um aumento de cerca de 23,88%.

Quadro 24 | Receita Cobrada Líquida vs Despesa Comprometida

Receitas		Despesas	
Designação	Valor	Designação	Valor
Impostos Diretos	55 595 702,60	Despesas com o Pessoal	42 455 835,65
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4 014 860,59	Aquisição de Bens e Serviços	47 341 087,58
Rendimentos de Propriedade	5 079 673,66	Juros e Outros Encargos	338 259,15
Transferências Correntes	46 896 785,41	Transferências e Subsídios Correntes	16 343 821,47
Venda de Bens e Serviços Correntes	4 047 197,43	Outras Despesas Correntes	792 762,43
Outras Receitas Correntes	3 698 463,99		
Correntes	119 332 683,68	Correntes	107 271 766,28
Venda de Bens de Investimento	0,00	Aquisição de Bens de Capital	68 282 302,32
Transferências de Capital	14 393 015,41	Transferências de Capital	1 019 157,91
Ativos Financeiros	492 018,48	Passivos Financeiros	1 037 648,30
Passivos Financeiros	0,00	Outras Despesas Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		
Capital	14 885 033,89	Capital	70 339 108,53
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	17 061,39		
Saldo da Gerência Anterior	35 032 176,78		
Outras Receitas	35 049 238,17		
Total	169 266 955,74	Total	177 610 874,81
		Diferencial	-8 343 919,07

3.4.4. EVOLUÇÃO DA DESPESA

O Quadro 25 apresenta a evolução da despesa corrente e de capital entre os anos de 2023 e 2025, evidenciando a variação na dotação corrigida, cabimento, compromisso, pagamento e grau de execução orçamental para as despesas correntes e de capital.

O montante total das dotações da despesa corrente e de capital cresceu de 167,9 milhões de euros em 2023 para 188,1 milhões de euros em 2024, atingindo 210,7 milhões de euros em 2025. Esse aumento reflete um reforço contínuo das dotações para cobrir despesas correntes e de capital.

As Despesas Correntes representaram a maior parte do orçamento ao longo dos três anos. A dotação corrigida passou de 110,8 milhões de euros em 2023 para 116,6 milhões em 2024 e 120,4 milhões em 2025.

Quadro 25 | Evolução da Despesa

Natureza Despesa	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Ex. Orçamental
2023					
Despesas Correntes	110 840 240,32	97 907 774,76	96 942 421,06	82 913 740,95	74,8%
Despesas de Capital	57 056 939,68	43 009 103,03	31 204 988,60	25 211 740,07	44,2%
Total	167 897 180,00	140 916 877,79	128 147 409,66	108 125 481,02	64,4%
2024					
Despesas Correntes	116 574 615,01	103 917 776,34	102 228 218,62	91 329 658,35	78,3%
Despesas de Capital	71 478 302,99	49 336 155,37	40 309 069,10	26 057 783,42	36,5%
Total	188 052 918,00	153 253 931,71	142 537 287,72	117 387 441,77	62,4%
2025					
Despesas Correntes	120 437 739,77	107 838 189,68	107 271 766,28	95 883 057,33	79,6%
Despesas de Capital	91 330 210,23	76 887 595,60	70 339 108,53	41 192 411,88	45,1%
Total	211 767 950,00	184 725 785,28	177 610 874,81	137 075 469,21	64,7%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Os pagamentos realizados com **Despesas Correntes** foram em 2023 de 82,9 milhões de euros, 91,3 milhões de euros em 2024 e **95,9 milhões de euros em 2025**. Assim, constata-se um crescimento do valor pago ao longo dos anos.

Os pagamentos realizados com as **Despesas de Capital** foram em 2023 de 25,2 milhões de euros, 26,1 milhões de euros em 2024 e **41,2 milhões de euros em 2025**. Assim, constata-se um crescimento do valor pago ao longo dos anos, ainda que a taxa de execução tenha oscilado.

Quadro 26 | Evolução da Estrutura da Despesa

Despesas	2023		2024		2025		Variação 2024-2025
	Pagamentos	Peso	Pagamentos	Peso	Pagamentos	Peso	
Despesas com o Pessoal	35 589 092,62	30,3%	37 739 316,41	27,5%	41 274 555,63	30,1%	9,4%
Aquisição de Bens e Serviços	31 434 333,50	26,8%	37 087 663,07	27,1%	37 481 364,19	27,3%	1,1%
Juros e Outros Encargos	487 341,11	0,4%	523 516,97	0,4%	338 240,90	0,2%	-35,4%
Transferências e Subsídios Correntes	14 995 581,44	12,8%	14 824 933,96	10,8%	16 015 065,20	11,7%	8,0%
Outras Despesas Correntes	407 392,28	0,3%	1 154 227,94	0,8%	773 831,41	0,6%	-33,0%
Correntes	82 913 740,95	70,6%	91 329 658,35	66,6%	95 883 057,33	69,9%	5,0%
Aquisição de Bens de Capital	16 546 223,02	14,1%	24 716 296,40	18,0%	39 268 738,13	28,6%	58,9%
Transferências de Capital	2 058 423,32	1,8%	360 984,80	0,3%	886 025,45	0,6%	145,4%
Passivos Financeiros	6 607 093,73	5,6%	980 486,22	0,7%	1 037 648,30	0,8%	5,8%
Outras Despesas Capital	0,00	0,0%	16,00	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Capital	25 211 740,07	21,5%	26 057 783,42	19,0%	41 192 411,88	30,1%	58,1%
Total	108 125 481,02	92,1%	117 387 441,77	85,6%	137 075 469,21	100,0%	16,8%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A evolução da despesa entre 2023 e 2025 mostra um crescimento contínuo na dotação orçamentada, tanto para despesas correntes quanto de capital. O Quadro 26 apresenta a

evolução da estrutura da despesa do município de Odivelas nos anos de 2023, 2024 e 2025, segmentada em despesas correntes e de capital.

A análise da variação de 2024 para 2025 indica um crescimento global dos pagamentos municipais em 16,8%, passando de 117,4 milhões de euros para 137,1 milhões de euros.

Os pagamentos das Despesas Correntes cresceram 5% de 91,3 milhões de euros em 2024 para 95,9 milhões de euros em 2025, aumentando sua representatividade no orçamento de 66,6% para 69,9%.

Página | 49

Os principais agrupamentos destas foram:

- Despesas com Pessoal que subiram de 37,7 milhões de euros (27,5%) em 2024 para 41,3 milhões de euros (30,1%) em 2025, refletindo um aumento de 9,4%. Esse crescimento reflete as atualizações salariais e políticas de valorização profissional.
- Aquisição de Bens e Serviços cresceu 1,1%, passando de 37,1 milhões de euros para 37,5 milhões de euros, o que correspondeu a 27,3% dos pagamentos em 2025.
- Transferências e Subsídios Correntes com um aumento de 8%, passou para 16 milhões de euros, mantendo um peso relevante de 11,7% do total das despesas pagas.
- Juros e Outros Encargos com uma diminuição significativa de 35,4%, atingindo 338,2 mil euros em 2025, fruto da redução do capital em dívida sujeito a juros, apesar da subida das taxas indexantes aos créditos contratados.
- Aquisição de Bens de Capital, onde se enquadram os investimentos estruturais, apresentaram um crescimento de 58,9% entre 2024 e 2025, totalizando 39,3 milhões de euros, o que demonstra continuidade em investimentos para aumento do património e de infraestruturas.

3.5. DESPESAS COM PESSOAL

O Quadro n.º 27 apresenta uma análise comparativa da execução orçamental relativa às rubricas de pessoal, para o período 2023 a 2025.

Quadro 27 | Despesas com Pessoal

Descrição	Execução			Variação %
	2023	2024	2025	2024-2025
Remunerações Certas e Permanentes	27 419 219,88	29 687 163,90	32 511 554,43	9,5
Titulares de Órgãos de Soberania e Membros de Órgãos Autárquicos	264 430,50	272 428,45	288 488,25	5,9
Pessoal dos Quadros - Regime do Contrato Individual de Trabalho	18 820 590,74	20 613 794,93	22 817 595,32	10,7
Pessoal Contratado a Termo	560 726,00	506 831,23	675 096,02	33,2
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	958 440,47	759 605,83	899 078,14	18,4
Pessoal aguardando Aposentação	25 124,70	35 086,15	25 980,32	-26,0
Pessoal em qualquer outra situação	886 650,80	920 471,50	724 416,83	-21,3
Representação	145 334,62	166 476,04	176 750,31	6,2
Subsídio de Refeição	2 024 866,36	2 115 319,25	2 152 050,00	1,7
Subsídio de Férias e Natal	3 824 274,09	3 824 274,09	4 239 934,30	10,9
Remunerações por Doenças e Maternidade/Paternidade	240 398,80	472 876,43	512 164,94	8,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	776 173,38	853 523,47	884 373,85	3,6
Horas Extraordinárias	155 953,89	155 510,31	163 181,52	4,9
Ajudas de Custo	5 943,36	10 147,53	12 599,52	24,2
Abono para Falhas	42 186,35	44 961,56	45 954,52	2,2
Subsídio de Trabalho Noturno	16 972,34	16 918,47	22 107,94	30,7
Subsídio de Turno	240 612,78	291 000,10	317 657,22	9,2
Outros Suplementos e Prémios	177 368,93	157 805,62	125 734,46	-20,3
Outros Abonos em Numerário ou Espécie	137 135,73	177 179,88	197 138,67	11,3
Segurança Social	7 393 699,36	7 198 629,04	7 878 627,35	9,4
Encargos com a Saúde	270 611,17	0,00	0,00	0,0
Outros Encargos com a Saúde	236 539,44	39 158,40	0,00	-100,0
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	92 309,07	96 527,98	84 459,73	-12,5
Outras Prestações Familiares	7 914,84	2 949,60	7 251,24	145,8
Contribuições para a Segurança Social	6 529 648,04	6 675 284,98	7 210 045,06	8,0
Seguros	203 570,19	337 944,53	541 986,31	60,4
Outras Despesas de Segurança Social	53 106,61	46 763,55	34 885,01	-25,4
Total	35 589 092,62	37 739 316,41	41 274 555,63	9,4

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

No ano de 2025, verificou-se um aumento do executado com Despesas com Pessoal de 9,4% (cerca de 3,5 milhões de euros), por comparação com o período homólogo do ano anterior.

Esta variação das despesas com o pessoal, no ano de 2025, deveu-se sobretudo a:

- Atualização da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 878,41 € (406 trabalhadores abrangidos), totalizando um acréscimo de despesa no valor de 321.600,72 €;
- Aumento salarial de 56,58 € para todos os trabalhadores, com exceção, dos que auferem rendimentos superiores a aproximadamente 2.600€/mês, cuja atualização é de 2,15%, totalizando um acréscimo da despesa de €919.629,20;
- Valorização específica para os Assistentes Operacionais, totalizando um acréscimo da despesa de €209.224,40;
- Mobilidades Intercarreiras, acréscimo da despesa de €117.900,86;
- No que respeita às alterações de posicionamento obrigatório, acréscimo da despesa no valor de €845.776,11

3.6. INVESTIMENTOS

Na contabilidade orçamental, os Bens de Capital referem-se a ativos de longa duração adquiridos pelo setor público para a realização das suas funções. Esses bens não são consumidos imediatamente, mas sim utilizados ao longo do tempo para a prestação de serviços públicos. São o que vulgarmente se denomina de investimentos que aumentam a capacidade produtiva ou operacional de uma entidade pública, a sua distribuição demonstra a prioridade dada a determinadas categorias de bens de capital, refletindo a estratégia de investimento municipal.

3.6.1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Importa realçar a importância/peso que as despesas de investimento (ao nível do compromisso) assumem no Quadro da despesa total de compromissos do município em 2025.

Quadro 28 | Investimentos

Investimentos	Cabimentado	Comprometido	Faturado	Pago	Dívida
Terrenos	1 207 923,00	995 690,00	934 116,00	934 116,00	-
Habitacões	16 954 282,30	16 627 760,12	8 204 228,73	7 826 023,80	378 204,93
Construção	13 241 517,34	13 230 775,16	5 969 952,53	5 631 031,41	338 921,12
Aquisição	865 080,58	549 300,58	549 300,58	549 300,58	-
Reparação e Beneficiação	2 847 684,38	2 847 684,38	1 684 975,62	1 645 691,81	39 283,81
Edifícios	25 518 328,34	25 126 618,49	16 441 771,88	15 172 060,96	1 269 710,92
Instalações de Serviços	2 713 545,41	2 713 545,41	987 524,89	987 524,89	-
Instalações Desportivas e Recreativas	4 194 905,18	4 194 905,18	3 248 003,46	3 153 438,88	94 564,58
Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	23 985,00	23 985,00	-	-	-
Escolas	11 206 530,55	10 814 820,70	8 517 470,49	7 527 895,54	989 574,95
Lares de Terceira Idade	513 470,09	513 470,09	168 970,46	168 970,46	-
Outros	6 865 892,11	6 865 892,11	3 519 802,58	3 334 231,19	185 571,39
Construções Diversas	25 643 302,30	20 500 369,96	11 602 197,62	11 341 915,08	260 282,54
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	14 722 315,80	10 998 747,54	6 690 733,09	6 486 978,27	203 754,82
Iluminação Pública	118 831,25	118 831,25	114 202,20	112 673,32	1 528,88
Parques e Jardins	3 509 126,57	2 337 954,49	1 498 300,17	1 466 643,90	31 656,27
Instalações Desportivas e Recreativas	315 500,78	315 500,78	111 005,59	111 005,59	-
Sinalização e Trânsito	587 349,25	587 349,25	296 786,04	293 957,97	2 828,07
Cemitérios	836 017,20	836 017,20	397 007,91	397 007,91	-
Outros	5 554 161,45	5 305 969,45	2 494 162,62	2 473 648,12	20 514,50
Material de Transporte	1 099 150,14	1 099 150,14	817 726,14	817 726,14	-
Veículos Ligeiros	99 406,14	99 406,14	99 406,14	99 406,14	-
Veículos Pesados	999 744,00	999 744,00	718 320,00	718 320,00	-
Equipamento Informático	1 090 724,19	961 266,69	852 304,08	787 320,14	64 983,94
Software Informático	122 951,85	122 951,85	120 356,37	120 356,37	-
Equipamento Administrativo	461 066,58	461 066,58	321 072,48	303 577,54	17 494,94
Equipamento Básico	1 467 898,55	1 467 898,55	1 293 336,52	1 208 694,41	84 642,11
Ferramentas e Utensílios	4 877,83	4 877,83	2 869,68	2 869,68	-
Artigos e Objetos de Valor	295,20	295,20	295,20	295,20	-
Investimentos Incorpóreos	906 091,05	906 091,05	748 223,36	748 223,36	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	-
Bens de Domínio Público	8 265,86	8 265,86	5 559,45	5 559,45	-
Total	74 485 157,19	68 282 302,32	41 344 057,51	39 268 738,13	2 075 319,38

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

O investimento da autarquia, incluindo a aquisição de bens de capital, representou 28,6% da despesa total, percentagem superior à registada em 2024 (18%), correspondendo a 39.268.738,13 € num total de 137.075.469,21 €. Do montante global de investimento previsto, no valor de 87.521.221,14 €, a autarquia executou fisicamente 41.344.057,51 €, tendo sido liquidados 39.268.738,13 €, o que corresponde a uma taxa de execução financeira de cerca de 95% face ao valor faturado.

Página | 52

A despesa liquidada resume-se essencialmente a seis grandes grupos que representam cerca de 74,4 % do investimento, "Aquisição de Habitações", "Escolas" e "Viadutos e obras complementares", os quais representaram respetivamente, 24,6%, 37,8%, e 12%.

Quadro 29 | Bens de Capital

Investimentos	Execução	Peso
Terrenos	934 116,00	2,4%
Habitações	7 826 023,80	19,9%
Construção	5 631 031,41	14,3%
Aquisição	549 300,58	1,4%
Reparação e Beneficiação	1 645 691,81	4,2%
Edifícios	15 172 060,96	38,6%
Instalações de Serviços	987 524,89	2,5%
Instalações Desportivas e Recreativas	3 153 438,88	8,0%
Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	0,00	0,0%
Escolas	7 527 895,54	19,2%
Lares de Terceira Idade	168 970,46	0,4%
Outros	3 334 231,19	8,5%
Construções Diversas	11 341 915,08	28,9%
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	6 486 978,27	16,5%
Iluminação Pública	112 673,32	0,3%
Parques e Jardins	1 466 643,90	3,7%
Instalações Desportivas e Recreativas	111 005,59	0,3%
Sinalização e Trânsito	293 957,97	0,7%
Cemitérios	397 007,91	1,0%
Outros	2 473 648,12	6,3%
Material de Transporte	817 726,14	2,1%
Veículos Ligeiros	99 406,14	0,3%
Veículos Pesados	718 320,00	1,8%
Equipamento Informático	787 320,14	2,0%
Software Informático	120 356,37	0,3%
Equipamento Administrativo	303 577,54	0,8%
Equipamento Básico	1 208 694,41	3,1%
Ferramentas e Utensílios	2 869,68	0,0%
Artigos e Objetos de Valor	295,20	0,0%
Investimentos Incorpóreos	748 223,36	1,9%
Outros Investimentos	0,00	0,0%
Bens de Domínio Público	5 559,45	0,0%
Total	39 268 738,13	100,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A Habitação representa uma parcela significativa dos investimentos, destacando-se a construção de imóveis com 5.631.031,41 €, (14,3%) como o maior componente desta

categoria. A aquisição de habitações recebeu 549.300,58 € (1,4%), enquanto as ações de reparação e beneficiação com 1.645.691,81 € representam 4,2% do investimento, indicando que 2025 foi um ano de forte aposta na ampliação da oferta habitacional.

Na categoria Edifícios, destaque para as escolas, que receberam 7.527.895,54 € (19,2%), evidenciando que a educação e infraestruturas escolares foram uma prioridade. As instalações de serviços e desportivas também receberam montantes relevantes, reforçando a aposta na melhoria de infraestruturas neste domínio.

Os investimentos em infraestruturas urbanas e equipamentos complementares foram significativos, com maior incidência em viadutos, arruamentos e obras complementares com um valor de 6.486.978,27 € (16,5%). Além disso, destacam-se os investimentos em sinalização e trânsito com um valor de 293.957,97 € (0,7%), reforçando o compromisso com a mobilidade urbana.

Destaque ainda para o Equipamento Informático com um valor de 787.320,14 € (2%), para o Equipamento Administrativo com um valor de 303.577,54€ (0,8%) e Equipamento Básico com um valor de 1.208.694,41 € (3,1%), que visou reforçar a estrutura operacional da autarquia.

O município de Odivelas apresenta uma execução de bens de capital alinhada com a necessidade de expansão e modernização das suas infraestruturas, com 87,4% dos recursos alocados em habitação, edifícios e construções diversas.

Quanto aos compromissos de capital financeiramente por executar neste exercício, fixaram-se num total de 29.013.564,19 €, representando um acréscimo face a 2024.

3.6.1.1 Investimentos executados por Objetivos e Programas

A execução do investimento é desagregada igualmente por objetivos, funções ou finalidades comuns de atividades.

Quadro 30 | Investimentos Executados por Objetivos e Programas

Obj	Prog	Designação	Montante		Peso na Execução
			Previsto	Executado	
1		Funções Gerais	9 628 494,47	4 853 955,19	12,4%
1	111	Administração Geral	6 905 272,93	4 218 001,71	10,74%
1	121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	2 723 221,54	635 953,48	1,62%
2		Funções Sociais	60 700 154,73	27 709 627,62	70,56%
2	2.1.1.	Ensino não Superior	12 631 115,09	7 767 712,48	19,78%
2	2.1.2.	Serviços Auxiliares de Ensino	100,00	-	0,00%
2	2.2.1.	Serviços Individuais de Saúde	5 239 647,58	2 243 318,75	5,71%
2	2.3.2.	Ação Social	3 980 686,07	2 123 224,24	5,41%
2	2.4.1.	Habitação	19 895 630,98	7 799 802,25	19,86%
2	2.4.2.	Ordenamento do território	1 713 062,85	977 243,91	2,49%
2	2.4.3.	Saneamento	515 561,63	81 152,84	0,00%
2	2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	10 663 387,14	4 170 055,00	10,62%
2	2.5.1.	Cultura	2 806 661,76	1 065 893,01	2,71%
2	2.5.2.	Desporto, Lazer e Recreio	3 254 301,63	1 481 225,14	3,77%
3		Funções Económicas	17 192 571,94	6 705 155,32	17,08%
3	3.2.1.	Iluminação Pública	174 658,62	118 090,93	0,30%
3	3.3.1.	Transportes Rodoviários	16 730 352,12	6 567 103,47	16,72%
3	3.4.1.	Mercados e Feiras	112 935,00	-	0,00%
3	3.4.2.	Turismo	17 860,00	13 884,72	0,04%
3	3.5.1.	Potenciar o Desenvolvimento Económico	156 766,20	6 076,20	0,02%
Totais			87 521 221,14	39 268 738,13	100,00%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Assim, verifica-se que em 2025 se privilegiou o investimento relativo à Função Social com cerca de **70,56%** do total executado, seguido da Função Económica com cerca de **17,08%** e seguido das Funções Gerais com cerca de **12,4%**.

3.6.2. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), o Município de Odivelas concedeu, em 2025, um total de 16.901.090,65 € em transferências e subsídios.

Quadro 31 | Transferências e Subsídios Concedidos

Descrição	Execução	Peso
Transferências Correntes	15 824 218,12	93,6%
Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras	0,00	0,0%
Privadas	0,00	0,0%
Administração Central	304 981,20	1,8%
Estado	304 981,20	1,8%
Administração Local	11 223 053,91	66,4%
Municípios	10 902,88	0,1%
Freguesias	7 672 793,61	45,4%
Associações de Municípios	2 024 242,95	12,0%
Outros	1 515 114,47	9,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	4 077 051,84	24,1%
Bombeiros	1 084 318,93	6,4%
Coletividades, Instituições e Associações	1 473 343,48	8,7%
Outras	1 519 389,43	9,0%
Famílias	219 131,17	1,3%
Outras	219 131,17	1,3%
Subsídios	190 847,08	1,1%
Públicas	190 847,08	1,1%
Outras	190 847,08	1,1%
Transferências de Capital	886 025,45	5,2%
Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras	0,00	0,0%
Privadas	0,00	0,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	886 025,45	5,2%
Bombeiros	50 000,00	0,3%
Coletividades, Instituições e Associações	836 025,45	4,9%
Total	16 901 090,65	100,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas un: euros

A maior parte desse montante refere-se a transferências correntes, que ascenderam a 15.824.218,12 € (93,6% do total), refletindo a prioridade dada ao apoio às freguesias, instituições sem fins lucrativos e administração central.

3.6.2.1 Transferências para as Juntas de Freguesia

No quadro do relacionamento institucional com as Freguesias em 2025, realizou-se um balanço das necessidades dentro da matriz de delegação de competências pretendida, de onde resultou um volume de transferências superior ao do ano anterior.

Quadro 32 | Mapa das Transferências Financeiras para as Juntas de Freguesia

Freguesias	Tipologia	Valor
Odivelas	Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências	230 585,96
	Transferência de Competências (DL 57/2019)	2 167 321,87
	Atos Eleitorais	31 762,85
	Dinamização do Comércio Local - Iluminação de Natal	3 000,00
	Licenciamentos Zero - Espaço Público	44 648,70
	Protocolo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	25 000,00
	sub-total	2 502 319,38
Ramada e Caneças	Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências	206 835,52
	Transferência de Competências (DL 57/2019)	1 815 840,12
	Atos Eleitorais	18 150,00
	Dinamização do Comércio Local - Iluminação de Natal	3 000,00
	Licenciamentos Zero - Espaço Público	3 206,50
	Manutenção de Fontes e Lagos	1 823,50
	Protocolo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	25 000,00
	sub-total	2 073 855,64
Pontinha e Famões	Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências	181 717,43
	Transferência de Competências (DL 57/2019)	1 602 304,84
	Atos Eleitorais	20 570,00
	Dinamização do Comércio Local - Iluminação de Natal	3 000,00
	Protocolo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	25 000,00
	Operações Integradas em Comunidades desfavorecidas na Area Metropolitana de Lisboa	20 200,00
	sub-total	1 852 792,27
Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências	141 510,90
	Transferência de Competências (DL 57/2019)	1 056 148,82
	Atos Eleitorais	13 310,00
	Dinamização do Comércio Local - Iluminação de Natal	3 000,00
	Licenciamentos Zero - Espaço Público	4 856,60
	Protocolo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	25 000,00
	sub-total	1 243 826,32
TOTAL		7 672 793,61

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Assim, no ano de 2025 foi transferido o montante global de **7.672.793,61 €**, um aumento de 16,9%, em relação aos valores de 2024 que se ficaram no montante de 6.565.404,96 €.

As transferências financeiras para as Juntas de Freguesia decorreram num quadro de objetivos estabelecidos em sede de negociação, e que se concretizam nos Autos de Transferência de Competências, acrescido do valor relativo ao Licenciamento Zero/Ocupação do Espaço Público, em Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, em transferências no âmbito dos Atos Eleitorais realizados, no âmbito do Protocolo celebrado para a Dinamização do Comércio Local – Iluminação de Natal, e a manutenção das fontes e lagos da Junta da União das Freguesias de Ramada e Caneças.

Quadro 33 | Mapa da Evolução das Transferências Financeiras para as Juntas de Freguesia

Classificação	2022	2023	2024	2025
Despesa Corrente	5 643 419,81	6 463 356,74	6 565 404,96	7 672 793,61
Despesa de Capital	-	-	-	-
TOTAL	5 643 419,81	6 463 356,74	6 565 404,96	7 672 793,61
Diferencial (n) - (n-1)		819 936,93	102 048,22	1 107 388,65

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

3.6.2.2 Outras Transferências

Página | 57

As transferências, para além das anteriormente referidas, incluindo as destinadas às Corporações de Bombeiros e a outras entidades, consubstanciam-se em diversos apoios a Associações, Clubes Desportivos e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estes apoios são, na sua maioria, atribuídos no âmbito de candidaturas ao Regulamento do PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas, procurando-se, desta forma, promover e dinamizar as respetivas atividades.

Destas transferências, destaca-se o montante 2.024.242,95 € (12,1%) para as associações de municípios e 1.526.017,35 € (9,1%) para outras entidades locais. O setor das Instituições Sem Fins Lucrativos recebeu 4.077.051,84 € (24,4%), com particular destaque para os Bombeiros, que beneficiaram de 1.084.318,93 € (6,5%), e para as coletividades, instituições e associações, que receberam 1.473.343,48 € (8,8%), demonstrando o compromisso do município com o setor social e cultural.

Quadro 34 | Mapa de Evolução das Outras Transferências

Classificação	2023	2024	2025
Despesa Corrente	6 972 561,46	8 094 195,75	8 088 466,76
Despesa Capital	2 058 423,32	360 984,80	886 025,45
Total	9 030 984,78	8 455 180,55	8 974 492,21

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas un: euros

As Famílias foram beneficiadas com 219.131,17 € (1,3%), enquanto a Administração Central recebeu 304.981,20 € (1,8%), no âmbito de protocolos e responsabilidades partilhadas entre o município e o Estado.

3.6.2.3 Subsídios

Os subsídios concedidos pelo município, rubricas onde são contabilizados os fluxos financeiros não reembolsáveis do Município para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, somaram 190.847,08 €, dos quais foram transferidos 170.360,26 €, destinados ao programa de tarifários sociais do SIMAR e os 20.486,82 € foram executados no âmbito do Acordo de Redução Tarifária dos Títulos de Transporte - TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., SA.

Quadro 35 | Subsídios Concedidos

Subsídios	Execução	Peso
SIMAR - Tarifários Sociais	170 360,26	89,27%
AML - Acordo de Redução Tarifária dos Títulos de Transporte TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., SA	20 486,82	10,73%
Total	190 847,08	100,00%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas un: euros

3.7. ANÁLISE ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) 2025 são o principal instrumento estratégico de planeamento e gestão das políticas públicas municipais. Trata-se de um documento que define as linhas orientadoras para o desenvolvimento do município no período 2025 a 2029.

3.7.1 EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – GOP's

O Quadro 36 apresenta a execução financeira das Grandes Opções do Plano (GOP's), segmentadas entre o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM), destacando valores como dotação corrigida, cabimento, compromisso e pagamento.

O total da Dotação Corrigida das GOP's foi de 169,16 milhões de euros, dos quais 143,70 milhões (84,95%) foram cabimentados, 136,75 milhões (80,8%) comprometidos e 97,20 milhões (57,5%) efetivamente pagos.

Quadro 36 | Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

Descrição	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Ex. Orçamental	Peso
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	87 521 221,14	74 485 157,19	68 282 302,32	39 268 738,13	44,9%	40,4%
Plano de Atividades Municipais - PAM	81 639 034,40	69 212 800,15	68 470 491,90	57 934 655,72	71,0%	59,6%
GOP'S	169 160 255,54	143 697 957,34	136 752 794,22	97 203 393,85	57,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

O grau de execução orçamental global foi de 57,5%, indicando que pouco mais da metade dos recursos previstos foram executados.

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI), atingiu uma dotação corrigida de 87,5 milhões de euros, dos quais 74,49 milhões (85,11%) foram cabimentados e 68,28 milhões (78%) comprometidos. Os pagamentos efetuados totalizaram 39,27 milhões de euros, resultando em um grau de execução orçamental de 44,9%. O peso relativo do PPI dentro das GOP's é de 40,4%, representando uma parte significativa, mas menor que o PAM.

Página | 59

O PAM com uma dotação corrigida de 81,64 milhões de euros, registou 69,21 milhões (84,8%) de cabimentação e 68,47 milhões (83,9%) de compromissos assumidos. O PAM possui um peso de 59,6% dentro das GOP's. Os pagamentos atingiram 57,93 milhões de euros, refletindo um grau de execução orçamental de 71%. O PAM apresentou uma execução orçamental significativamente superior ao PPI, o que sugere que as despesas em atividades municipais, por terem um caráter mais repetido e frequente, foram mais prevalentes em termos de pagamentos.

O PPI, apesar de comprometido em mais de dois terços dos recursos cabimentados, teve menor liquidação efetiva, resultado dos seus projetos serem de maior complexidade e na sua maior parte de caráter plurianual.

3.7.2 EVOLUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – GOP'S

O Quadro 37 apresenta a evolução da execução das Grandes Opções do Plano (GOP's) nos anos de 2023, 2024 e 2025, destacando os valores de dotação corrigida, cabimento, compromisso e pagamento, além do grau de execução orçamental para cada ano.

Quadro 37 | Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

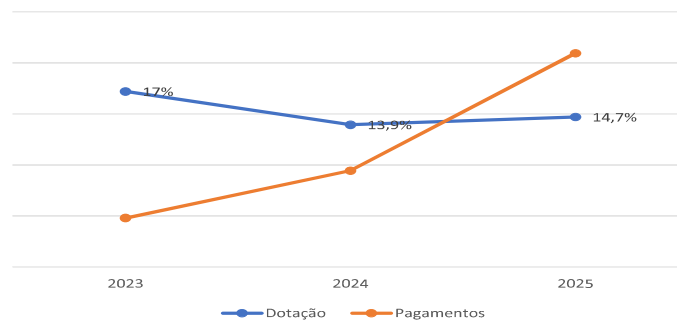
Descrição	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Ex. Orçamental
2023					
PPI	46 915 787,07	34 081 755,67	31 204 988,60	16 546 223,02	35,3%
PAM	82 508 179,07	70 781 230,84	70 012 557,24	56 883 915,05	68,9%
GOP'S	129 423 966,14	104 862 986,51	101 217 545,84	73 430 138,07	56,7%
2024					
PPI	68 592 561,33	47 113 117,27	38 800 816,35	24 716 296,40	36,0%
PAM	78 884 657,36	67 099 672,43	65 597 314,98	55 650 147,31	70,5%
GOP'S	147 477 218,69	114 212 789,70	104 398 131,33	80 366 443,71	54,5%
2025					
PPI	87 521 221,14	74 485 157,19	68 282 302,32	39 268 738,13	44,9%
PAM	81 639 034,40	69 212 800,15	68 470 491,90	57 934 655,72	71,0%
GOP'S	169 160 255,54	143 697 957,34	136 752 794,22	97 203 393,85	57,5%

Observa-se um crescimento contínuo na dotação corrigida, que passou de 129,42 milhões de euros em 2023 para 147,48 milhões em 2024 e, finalmente, 169,16 milhões em 2025, representando um aumento de aproximadamente 30,7% ao longo dos três anos.

O grau de execução orçamental tem-se mantido estável de 56,7% em 2023 para 54,5% em 2024 e 57,5% em 2025.

O volume de pagamentos subiu de 73,43 milhões em 2023 para 80,37 milhões em 2024, atingindo os 97,20 milhões em 2025, mostrando um crescimento maior em relação ao aumento da dotação.

Gráfico 5 | Evolução da Dotação vs Pagamentos



3.7.3 EXECUÇÃO DAS GOP's POR FUNÇÕES

O Quadro 38 detalha a execução das Grandes Opções do Plano (GOP's) por Funções, permitindo uma visão segmentada do orçamento e da sua execução. A análise destaca os valores da dotação corrigida, cabimento, compromisso e pagamento, além do grau de execução orçamental e o peso relativo de cada função dentro do orçamento total.

O total das GOP's para 2025 foi de 169,2 milhões de euros, com 143,7 milhões cabimentados (84,9%), 136,8 milhões comprometidos (80,8%) e 97,2 milhões efetivamente pagos (57,5%).

A maior parte dos recursos foi alocada para a função "Sociais", com 100,1 milhões de euros (56,8%), seguida pelas funções "Gerais" (23,3%), "Económicas" (10,7%) e "Outras" (9,2%).

Quadro 38 | Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's) por Funções

Funções	Designação	Dotação Corrigida	Cabimento	Compromisso	Pagamento	Grau Ex. Orçamental	Peso
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	32 661 428,44	27 041 445,20	26 376 026,55	20 807 935,10	63,7%	21,4%
	1.1.1. Administração Geral	32 661 428,44	27 041 445,20	26 376 026,55	20 807 935,10	63,7%	21,4%
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	4 555 309,85	3 694 610,09	3 612 235,27	1 815 648,83	39,9%	1,9%
	1.2.1. Proteção Civil e Luta contra Incêndios	4 555 309,85	3 694 610,09	3 612 235,27	1 815 648,83	39,9%	1,9%
	subtotal	37 216 738,29	30 736 055,29	29 988 261,82	22 623 583,93	60,8%	23,3%
Sociais	2.1. Educação	28 495 284,24	24 479 761,89	23 999 902,52	19 028 517,08	66,8%	19,6%
	2.1.1. Ensino não Superior	25 483 981,22	22 390 654,24	21 998 944,39	17 431 953,95	68,4%	17,9%
	2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	3 011 303,02	2 089 107,65	2 000 958,13	1 596 563,13	53,0%	1,6%
	2.2. Saúde	5 483 179,73	5 144 098,22	5 137 578,22	2 369 658,78	43,2%	2,4%
	2.2.1. Serviços Individuais de Saúde	5 483 179,73	5 144 098,22	5 137 578,22	2 369 658,78	43,2%	2,4%
	2.3. Segurança e Ação Sociais	7 424 985,92	5 506 301,11	5 281 242,56	4 177 998,01	56,3%	4,3%
	2.3.2. Ação Social	7 424 985,92	5 506 301,11	5 281 242,56	4 177 998,01	56,3%	4,3%
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	48 311 704,23	41 430 344,26	39 885 726,56	24 012 026,77	49,7%	24,7%
	2.4.1. Habitação	22 101 935,19	18 368 148,28	18 351 046,10	9 154 560,59	41,4%	9,4%
	2.4.2. Ordenamento do Território	3 297 495,47	2 154 094,00	2 032 952,56	1 364 270,18	41,4%	1,4%
	2.4.3. Saneamento	7 389 723,67	7 185 507,26	7 185 507,26	6 288 615,12	85,1%	6,5%
	2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	15 522 549,90	13 722 594,72	12 316 220,64	7 204 580,88	46,4%	7,4%
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	10 412 611,14	7 929 408,10	7 700 960,23	5 670 987,70	54,5%	5,8%
	2.5.1. Cultura	4 535 094,31	3 332 617,21	3 306 454,71	2 460 045,85	54,2%	2,5%
	2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	5 877 516,83	4 596 790,89	4 394 505,52	3 210 941,85	54,6%	3,3%
	subtotal	100 127 765,26	84 489 913,58	82 005 410,09	55 259 188,34	55,2%	56,8%
Econ.	3.2. Indústria e Energia	2 622 776,34	1 606 144,28	1 606 144,28	1 306 983,60	49,8%	1,3%
	3.2.1. Iluminação Pública	2 622 776,34	1 606 144,28	1 606 144,28	1 306 983,60	49,8%	1,3%
	3.3. Transportes e Comunicações	19 270 434,36	17 272 934,71	13 592 607,83	8 785 629,34	45,6%	9,0%
	3.3.1. Transportes Rodoviários	19 270 434,36	17 272 934,71	13 592 607,83	8 785 629,34	45,6%	9,0%
	3.4. Comércio e Turismo	269 958,13	142 402,88	127 353,60	82 459,98	30,5%	0,1%
	3.4.1. Mercados e Feiras	121 215,78	23 985,00	23 985,00	-	0,0%	0,0%
	3.4.2. Turismo	148 742,35	118 417,88	103 368,60	82 459,98	55,4%	0,1%
	3.5. Outras Funções Económicas	576 855,54	530 199,61	512 709,61	241 466,82	41,9%	0,2%
	3.5.1. Potenciar o Desenvolvimento Económico	576 855,54	530 199,61	512 709,61	241 466,82	41,9%	0,2%
	subtotal	22 740 024,37	19 551 681,48	15 838 815,32	10 416 539,74	45,8%	10,7%
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	1 508 997,51	1 376 955,50	1 376 955,50	1 376 775,47	91,2%	1,4%
	4.1.1. Relações com Instituições Financeiras	1 496 125,14	1 374 627,68	1 374 627,68	1 374 465,90	91,9%	1,4%
	4.1.2. Encargos com Dívida Adm. Autárquica	12 872,37	2 327,82	2 327,82	2 309,57	17,9%	0,0%
	4.2. Transferências entre Administrações	7 566 730,11	7 543 351,49	7 543 351,49	7 527 306,37	99,5%	7,7%
	4.2.1. Freguesias	7 488 525,01	7 471 022,38	7 471 022,38	7 454 977,26	99,6%	7,7%
	4.2.2. Outras Transferências entre Administrações	78 205,10	72 329,11	72 329,11	72 329,11	92,5%	0,1%
	subtotal	9 075 727,62	8 920 306,99	8 920 306,99	8 904 081,84	98,1%	9,2%
Total GOP's		169 160 255,54	143 697 957,34	136 752 794,22	97 203 393,85	57,5%	100,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

3.7.3.1 Funções Gerais

As Funções Gerais abrangem áreas fundamentais da administração pública e governança, incluindo Serviços Gerais da Administração Pública, Segurança e Ordem Pública, e Proteção Civil e Luta Contra Incêndios. Essas funções são essenciais para garantir o funcionamento adequado dos órgãos administrativos, a segurança dos cidadãos e a resposta a emergências.

As Funções Gerais apresentaram uma dotação corrigida de 37.216.738,29 € e uma execução efetiva de 22.623.583,93 €, o que significa que aproximadamente 60,8 % do valor global destas Funções foi pago.

Na subfunção Administração Geral, que envolve a gestão de bens, infraestrutura e serviços administrativos essenciais, a execução atingiu 63,7 % do valor das dotações corrigidas, com

destaque para as Despesas Gerais de Estrutura que inclui serviços essenciais como água, eletricidade, gás, seguros, segurança, comunicação.

Relevo ainda para os projetos relativos às Viaturas Municipais, utilizadas em diversos serviços, incluindo fiscalização, manutenção urbana e transporte administrativo, executaram 1.646.486,46 € (55,68 %) e para a Inovação e Tecnologia, que desempenha um papel fundamental na modernização dos serviços municipais, garantindo eficiência, segurança dos dados e otimização dos processos administrativos, que alcançou uma execução efetiva de 2.071.127,55 € (72,72%).

Página | 62

As Atividades e Equipamento de Proteção Civil, recebeu uma dotação total de 2.848.271,54€, sendo que 2.384.566,33 € foram cabimentados e comprometidos, mas os pagamentos apenas atingiram 642.886,87 € (22,57 %).

No âmbito destas rubricas, destacam-se como principais projetos de investimento a Divisão da PSP de Odivelas, com uma dotação de 1.994.835,00 €, tendo sido cabimentados e comprometidos 1.724.142,82 €, mas sem registo de pagamentos. Por sua vez, a Esquadra da PSP da Pontinha, com uma dotação de 615.789,55 €, apresentou um nível de execução mais elevado, tendo sido possível comprometer e liquidar 594.980,43 €.

3.7.3.2 Funções Sociais

As Funções Sociais do Município de Odivelas para o ano de 2025 receberam uma dotação global de 100.127.765,26€, os cabimentos atingiram os 84.489.913,58€ e os compromissos os 82.005.410,09 €. Relativamente aos pagamentos somaram 55.259.188,34 €, o que representa 55,19 % da execução orçamental em relação ao montante dotado.

A Educação é 2ª subfunção mais relevante dentro das funções sociais, com uma dotação de 28.495.284,24 € (cerca de 28,5% do orçamento total das funções sociais). Desse valor, 19.028.517,08 € foram pagos, representando 66,8 % de execução.

Os maiores investimentos foram direcionados para a construção, reparação e beneficiação de equipamentos escolares. Destacam-se os seguintes projetos:

- A Escola Secundária de Odivelas com uma dotação corrigida de 747.896,62 €, dos quais foram liquidados durante o ano 728.391,23 €.

- A Requalificação e Modernização da Escola Secundária da Ramada, com uma dotação corrigida de 2.958.476,07 €, dos quais foram liquidados durante o ano 1.379.532,79 €.
- A Requalificação e Modernização da Escola EB2,3 D. Dinis, Odivelas, com um orçamento de 1.283.756,36 €, dos quais 1.033.434,42 € já foram pagos.
- A Construção da nova EB1/JI da Amoreira – Ramada com uma dotação corrigida de 2.478.815,72 €, dos quais foram liquidados durante o ano 2.221.154,21€.

Outro ponto importante é o apoio ao funcionamento das escolas, com uma dotação de 12.011.570,21€, destinados a áreas como refeitórios escolares, apetrechamento e atividades de enriquecimento curricular. Desses, 10.193.602,75 €, foram cabimentados e comprometidos e 9.017.018,74 € foram pagos, representando uma taxa de execução de 75,07%, indicando um bom desempenho na implementação dos recursos.

Para os Serviços Auxiliares de Ensino e Ação Social Escolar, que abrange áreas essenciais para o suporte ao ensino e ao bem-estar dos alunos no município, tais como os Transportes Escolares, Fichas Escolares, Auxílios Económicos e Atividades de Animação e Apoio à família, estava previsto uma dotação global de 3.011.303,02€, sendo que desta foi possível comprometer 2.000.958,13 € e pagar 1.596.563,13€ (53,02%).

A subfunção Saúde obteve um total de dotações de 5.483.179,73 €, sendo que 2.369.658,78€ foram pagos, o que representa 43,22% da execução orçamental.

A maior parte dos investimentos está concentrada na construção, reparação e beneficiação de equipamentos de saúde, com uma dotação de 5.079.493,65 €, e com o valor de 2.145.225,56€ pagos, o que representa 39,12%. Projetos como a Unidade de Saúde de Odivelas Poente (1.698.300,75€ dotados, com 1.207.669,74€ pagos), a Unidade de Saúde da Pontinha (1.780.491,40€ dotados, com 609.376,18€ liquidados) e a Requalificação da UCSP Caneças (720.000,00€ dotados, com 168.907,24 liquidados) apresentam uma execução reduzida.

A Ação Social possui um orçamento total de 7.424.985,92 €, dos quais 4.177.998,01€ foram pagos (56,27% de execução).

Dentre dos quais, destacam-se as seguintes ações:

- Construção e manutenção de equipamentos sociais, com 3.990.991,07 € dotados e 2.123.224,24 € pagos, representando 53,2% de execução.
- Projetos de intervenção social e apoio a entidades sociais, como apoio a comunidades desfavorecidas, programas de apoio alimentar e iniciativas de combate à pobreza, possuem execução elevada, com 3.210.043,68 € de dotação e 1.986.423,08 € liquidados (61,88%).

A área da Habitação recebeu o maior investimento dentro das Funções Sociais, com uma dotação de 22.101.935,19 €. No entanto, a execução orçamental ainda está em fase intermediária, com 9.154.560,59€ pagos (41,42% de execução).

Destaque para o Programa 1.º Direito – Apoio ao Acesso à Habitação que conta com 18.359.512,00 €, sendo 7.173.463,82 € liquidados (39,07% de execução). Esse programa visa facilitar o acesso à habitação para famílias em situação de vulnerabilidade, sendo que a sua taxa de execução indica que parte dos recursos ainda está em processo de implementação.

A análise da execução orçamental das subfunções Ordenamento do Território, Saneamento e Proteção do Meio Ambiente revelam diferentes níveis de execução dos recursos alocados.

O Ordenamento do Território recebeu uma dotação global de 3.297.495,47 €, dos quais 2.154.094,00 € foram cabimentados e 1.364.270,18 € pagos, resultando em uma execução orçamental de 41,37%.

A subfunção Saneamento com uma dotação total de 7.389.723,67 €, dos quais 7.185.507,26€ foram cabimentados e 6.288.615,12 € já foram pagos. Isso indica uma execução financeira muito alta, com 85,10% dos valores comprometidos já liquidados. Realce para os serviços especializados para Tratamento de Águas Residuais com um total cabimentado de 6.620.738,16 € e 6.116.961,37 € pagos.

A subfunção Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza teve os seus investimentos direcionados para higiene pública, conservação do património natural, preservação de espaços verdes, intervenções ambientais e ações de sensibilização. A execução financeira tem avançado de maneira moderada, com 46,90% dos pagamentos efetivamente realizados, o que demonstra que parte dos valores comprometidos ainda não foram liquidados.

Relevo para Conservação e Valorização do Património Natural apresentam uma dotação de 13.915.300,93 € e 6.450.779,77 € pagos. Na criação e manutenção de espaços verdes, destaca-se:

- a Remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa – Odivelas, com uma dotação de 809.564,72€, com o valor cabimentado de 720.116,08 € e pagos 691.175,54 €.
- O Parque Recreativo do Casal Novo e Flor do Minho, Caneças com uma dotação de 639.168,50 €, com o valor cabimentado de 637.168,50€.
- Cerca do Mosteiro (Parque da Cidade) com uma dotação de 4.778.736,92 €, com o valor cabimentado de 4.405.144,90€ e já pagos 2.148.451,71€.

Na função de Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com um orçamento de 10.412.611,14 € e com 5.670.987,70€ pagos (54,46% da execução), destaque para os Equipamentos culturais, com 2.684.850,84 € dotados, dos quais 976.008,27 € foram pagos (36,35% de execução).

Iniciativas de dinamização cultural, que incluem eventos, festivais e apoio a entidades culturais, com 1.077.493,04 €, sendo 939.357,86 € pagos (87,18 de execução), um dos melhores desempenhos entre as funções sociais.

A requalificação do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, um dos projetos de maior investimento dentro do setor cultural, com uma dotação de 1.740.827,35 €, apenas foi possível executar 403.145,10 € (23,16%).

No que concerne à subfunção Desporto, Recreio e Lazer, a dotação total para essas áreas foi de 5.877.516,83 €, tendo sido pagos 3.210.941,85 €, com uma execução de 54,63 %, sendo que a maior parte está direcionada para desenvolvimento da atividade física e desportiva, mas sem esquecer a construção, reparação e manutenção de infraestruturas desportivas.

Destacam-se as intervenções nas Piscinas Municipais, com uma dotação de 890.126,60 €, tendo sido cabimentados e comprometidos 742.516,04 €, e pagos 404.097,36 € (45,40%), e a Construção do Pavilhão Municipal Honório Francisco – Odivelas, com uma dotação de 784.650,00 €, cabimento e compromisso de 568.887,31 €, e pagamento de 477.661,23€, (60,88%). Também as intervenções no Pavilhão Municipal de Odivelas, com uma dotação de 371.565,11€ tendo sido cabimentados e comprometidos 282.230,84 €.

A subfunção Apoio à Juventude, tem uma dotação de 346.783,19 €, tendo sido cabimentado e comprometido o montante de 274.116,01 € e pagamentos no montante de 243.082,59 € (70,10%).

Destacam-se o Festival da Juventude, com uma dotação de 78.055,47 €, e pagamentos de 77.945,97 € com uma execução de 99,86%, e a Construção de Instalações para Escuteiros na Praceta dos Bravios, Casal Novo, Caneças, com uma dotação de 63.718,40€ e pagamentos de 61.698,98 €, com uma execução de 96,83%.

3.7.3.3 Funções Económicas

A análise detalhada das Funções Económicas das Grandes Opções do Plano (GOP) 2025 do Município de Odivelas revela investimentos significativos em infraestrutura, mobilidade e desenvolvimento económico. A dotação total para as funções económicas é de 22.740.024,37€, com pagamentos de 10.416.539,74€, o que revela uma execução de 45,81%.

O setor de Indústria e Energia tem uma dotação total de 2.622.776,34 €, com o maior montante destinado a Consumos de Energia, sendo que 1.188.588,86 € já foram pagos. No âmbito das Intervenções Diversas na Rede Pública de Iluminação, a dotação é de 179.658,62€, tendo sido pagos mais de 118.394,74 € (65,90%).

A subfunção Transportes e Comunicações é a que recebe o maior investimento, totaliza 19.270.434,36 €, com pagamentos de 8.785.629,34 € (45,59%) e com um foco expressivo na requalificação da rede viária, repavimentações e sinalização rodoviária. Entre as ações mais relevantes estão os 2.629.366,98 € para beneficiação da rede viária, dos quais cerca de

1.289.712,83 € (49,05%) já foram pagos, além dos 2.513.093,15 € para repavimentações, com 2.007.722,69 € (79,89%) já liquidados. Também a Execução e Reparação de Passeios, Valetas e Estacionamento, com uma dotação de 2.215.840,00 €, e pagamentos de 815.146,51 €.

Na Sinalização e Trânsito, com uma dotação de 7.639.260,98 €, foram liquidados 2.624.931,01 €, com uma execução de 34,36%.

Página | 67

A mobilidade urbana também recebe atenção especial, com 1.948.342,00 € destinados à Mobilidade AML, um projeto regional que procura melhorar o transporte público e a conectividade entre municípios e que teve uma execução de 100%.

Além disso, destaque para as seguintes intervenções:

- Ligação viária da Rua Dário de Canas à Rotunda da Repsol com uma dotação de 948.213,88 €, dos quais 581.592,57 € já foram pagos (61,34%).
- Remodelação do Espaço Público no Bairro das Patameiras, em Odivelas com uma dotação de 1.978.201,54 €, dos quais 796.067,65 € já foram pagos (40,24%).
- Requalificação da Rua Combatentes do Ultramar, entre Rua Prof. Olga Passos e Rotunda Arnaldo Dias, em Odivelas com uma dotação de 799.406,64 €, dos quais 742.865,43 € já foram pagos (92,93%).

A subfunção Comércio e Turismo conta com uma dotação de 269.958,13 €, e pagamentos de 82.459,98 € (30,55%), sendo que a maior parte está direcionada para iniciativas de promoção turística e requalificação de mercados.

O destaque vai para o projeto Beneficiação e Requalificação de Mercados, com 119.215,78€ de dotação, mas sem execução. A promoção de eventos turísticos e a valorização do património cultural, como a divulgação da marmelada branca e do vinho local, também fazem parte das iniciativas financiadas.

A subfunção Outras Funções Económicas, inclui medidas para estimular o empreendedorismo e a economia local, com projetos como a AGINVEST, com uma dotação de 432.414,64 € e pagamentos de 241.466,82 e registam uma execução de 55,84%.

O Município de Odivelas demonstra um compromisso sólido com a melhoria da infraestrutura e mobilidade, ao passo que algumas iniciativas do foro económico e turístico ficaram ainda aquém para garantir uma execução eficiente dos recursos disponíveis.

3.7.3.4 Outras Funções

Página | 68

A análise funcional detalhada das Outras Funções das Grandes Opções do Plano (GOP's) 2025 do Município de Odivelas revela um orçamento direcionado para operações da dívida autárquica e transferências entre administrações. Esses três grandes grupos totalizaram uma dotação de 9.075.727,62 €, e 8.904.081,84 € (98,11%) em pagamentos efetuados.

A subfunção de operações da dívida autárquica apresenta uma dotação de 1.508.997,51 €, com 1.376.775,47 € comprometidos e pagos (91,24%). A maior parte desse montante está associada ao serviço da dívida junto a instituições financeiras, especialmente a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco BPI, que juntos concentram 1.373.579,63 € em encargos com amortizações e juros.

As transferências entre administrações constituem a maior fatia do orçamento dentro das "Outras Funções", atingindo uma dotação de 7.566.730,11 €. A maior parte desses recursos 7.454.977,26 €, foi transferida para Juntas de Freguesia do Concelho, no âmbito de contratos interadministrativos de delegação de competências e acordos de execução de funções administrativas e operacionais que o Município de Odivelas celebrou com as Juntas de Freguesia.

Ainda no âmbito das transferências, há uma dotação de 78.105,10 € aplicados em quotizações, dos quais 72.329,11€ foi cabimentada e liquidada. Destacam-se as contribuições para associações e entidades públicas, com 69.299,01 € pagos.

De forma geral, o Município demonstra uma gestão financeira muito rigorosa nas "Outras Funções", com elevados níveis de execução orçamental na dívida pública e transferências interadministrativas. A liquidação das obrigações financeiras com bancos e a efetivação das

transferências para Juntas de Freguesia demonstram um modelo de gestão que prioriza a estabilidade financeira e o funcionamento descentralizado dos serviços públicos.

3.7.4 EVOLUÇÃO DAS GOP's POR FUNÇÕES

No que diz respeito às Funções Gerais, observa-se um aumento contínuo do orçamento, que passa de 17 865 006,99 € em 2023, para 20 169 659,45 € em 2024 e atinge 22 623 583,93 € em 2025. Esse crescimento de 2 453 924,48 €, equivalente a 12,2%, reflete um esforço municipal para fortalecer a gestão pública.

Página | 69

Nas Funções Sociais, há um aumento expressivo da execução, passando de 44.503.143,17€ em 2024 para 55 259 188,34 € em 2025, um crescimento de 10.756.045,17 €, equivalente a 24,2%.

O destaque é a Habitação e Serviços Coletivos, que salta de 18.377.757,72 € para 24.012.026,77 €, representando um incremento de 30,7%. Esse aumento é impulsionado pelo Ordenamento do Território, que regista um crescimento de 191%. Por outro lado, o Ensino não Superior regista uma redução de 6%.

A subfunção Saúde apresenta um aumento expressiva de 608,4%, resultado do investimento nesta área.

Nas Funções Económicas, verifica-se uma variação positiva, passando de 6.807.253,50 € em 2024, para 10.416.539,74€ em 2025, um aumento de 53%. Destaque para os Transportes Rodoviários, que cresce 73,5%, refletindo investimentos na melhoria das infraestruturas viárias, ao passo que a Iluminação Pública apresenta uma ligeira redução de 7,9%.

Em relação às Outras Funções, há variação é residual, de 0,2% no executado, com destaque para a redução de 8,5% nas Operações da Dívida Autárquica, reflexo da amortização programada da dívida. Esse ajuste reflete um esforço de gestão financeira prudente, procurando equilíbrio entre a redução da dívida e a otimização dos recursos disponíveis para outras áreas prioritárias.

Quadro 39 | Evolução das Grandes Opções do Plano (GOP's) por Funções

Funções	Designação	Execução			Variação 2024-2025	
		2023	2024	2025	Valor	%
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	16 335 299,15	18 977 694,93	20 807 935,10	1 830 240,17	9,6%
	1.1.1. Administração Geral	16 335 299,15	18 977 694,93	20 807 935,10	1 830 240,17	9,6%
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	1 529 707,84	1 191 964,52	1 815 648,83	623 684,31	52,3%
	1.2.1. Proteção Civil e Luta contra Incêndios	1 529 707,84	1 191 964,52	1 815 648,83	623 684,31	52,3%
	subtotal	17 865 006,99	20 169 659,45	22 623 583,93	2 453 924,48	12,2%
Sociais	2.1. Educação	12 920 100,29	19 977 012,33	19 028 517,08	-948 495,25	-4,7%
	2.1.1. Ensino não Superior	10 966 054,94	18 535 225,20	17 431 953,95	-1 103 271,25	-6,0%
	2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	1 954 045,35	1 441 787,13	1 596 563,13	154 776,00	10,7%
	2.2. Saúde	530 749,11	334 521,55	2 369 658,78	2 035 137,23	608,4%
	2.2.1. Serviços Individuais de Saúde	530 749,11	334 521,55	2 369 658,78	2 035 137,23	608,4%
	2.3. Segurança e Ação Sociais	1 466 421,17	1 655 074,88	4 177 998,01	2 522 923,13	152,4%
	2.3.2. Ação Social	1 466 421,17	1 655 074,88	4 177 998,01	2 522 923,13	152,4%
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	15 356 245,86	18 377 757,72	24 012 026,77	5 634 269,05	30,7%
	2.4.1. Habitação	4 750 272,64	8 350 444,53	9 154 560,59	804 116,06	9,6%
	2.4.2. Ordenamento do Território	755 163,04	468 877,58	1 364 270,18	895 392,60	191,0%
	2.4.3. Saneamento	5 549 691,52	6 015 520,81	6 288 615,12	273 094,31	4,5%
	2.4.4. Abastecimento de Água	987 102,14	-	-	-	-
	2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	3 314 016,52	3 542 914,80	7 204 580,88	3 661 666,08	103,4%
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	4 050 848,88	4 158 776,69	5 670 987,70	1 512 211,01	36,4%
	2.5.1. Cultura	2 253 451,75	2 287 347,39	2 460 045,85	172 698,46	7,6%
	2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	1 797 397,13	1 871 429,30	3 210 941,85	1 339 512,55	71,6%
	subtotal	34 324 365,31	44 503 143,17	55 259 188,34	10 756 045,17	24,2%
Econ.	3.2. Indústria e Energia	1 466 406,64	1 419 049,60	1 306 983,60	-112 066,00	-7,9%
	3.2.1. Iluminação Pública	1 466 406,64	1 419 049,60	1 306 983,60	-112 066,00	-7,9%
	3.3. Transportes e Comunicações	3 990 626,64	5 063 172,20	8 785 629,34	3 722 457,14	73,5%
	3.3.1. Transportes Rodoviários	3 990 626,64	5 063 172,20	8 785 629,34	3 722 457,14	73,5%
	3.4. Comércio e Turismo	244 585,55	75 489,73	82 459,98	6 970,25	9,2%
	3.4.1. Mercados e Feiras	33 963,14	3 116,82	-	-3 116,82	-100,0%
	3.4.2. Turismo	210 622,41	72 372,91	82 459,98	10 087,07	13,9%
	3.5. Outras Funções Económicas	262 671,54	249 541,97	241 466,82	-8 075,15	-3,2%
	3.5.1. Potenciar o Desenvolvimento Económico	262 671,54	249 541,97	241 466,82	-8 075,15	-3,2%
	subtotal	5 964 290,37	6 807 253,50	10 416 539,74	3 609 286,24	53,0%
Outras	4.1. Operações da Dívida Autárquica	7 095 538,87	1 504 956,08	1 376 775,47	-128 180,61	-8,5%
	4.1.1. Relações com Instituições Financeiras	7 093 806,49	1 504 756,67	1 374 465,90	-130 290,77	-8,7%
	4.1.2. Encargos com Dívida Adm. Autárquica	1 732,38	199,41	2 309,57	2 110,16	1058,2%
	4.2. Transferências entre Administrações	7 733 164,86	6 376 000,68	7 527 306,37	1 151 305,69	18,1%
	4.2.1. Freguesias	6 301 356,74	6 306 979,33	7 454 977,26	1 147 997,93	18,2%
	4.2.2. Outras Transferências entre Administrações	1 431 808,12	69 021,35	72 329,11	3 307,76	4,8%
	4.3. Diversas não Especificadas	447 771,67	1 005 430,83	-	-1 005 430,83	-100,0%
	subtotal	15 276 475,40	8 886 387,59	8 904 081,84	17 694,25	0,2%
Total GOP's		73 430 138,07	80 366 443,71	97 203 393,85	16 836 950,14	21,0%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

No que se refere às Transferências entre Administrações, estas sobem 18,1%, enquanto as Outras Transferências registam um aumento de 4,8%.

Assim de uma forma geral, as GOP's aumentam de 80.366.443,71€ em 2024 para 97.203.393,85€ em 2025, representando um crescimento de 16 836 950,14 € ou seja de 21%. Esse crescimento demonstra uma estratégia municipal voltada para o fortalecimento da gestão pública, a ampliação das políticas sociais, principalmente na habitação, e a promoção do desenvolvimento económico, com uma abordagem cautelosa na gestão da dívida pública e uma redistribuição de investimentos em áreas estratégicas.

3.7.5 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FUNÇÕES

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) do Município de Odivelas para 2025 refletiu um conjunto de investimentos estratégicos que foram fundamentais para o desenvolvimento do Concelho. Os projetos abrangeram diversas áreas essenciais, incluindo infraestruturas urbanas, modernização dos serviços e reforço dos serviços sociais, com um especial destaque para a educação e habitação.

Quadro 39 | Plano Plurianual de Investimentos – PPI

Funções	Fase		
	Cabimentos / Lançamentos	Compromissos / Adjudicações	Execução / Pagamentos
Gerais			
Aquisição de Património (Terrenos / Edifícios)	1 872 210,00	1 344 197,00	1 282 623,00
Instalações Municipais	602 721,78	602 721,78	563 937,61
Viaturas Municipais	1 104 717,14	1 104 717,14	821 293,14
Inovação e Tecnologia	1 893 988,90	1 764 531,40	1 548 852,95
Divisão PSP de Odivelas	1 724 142,82	1 724 142,82	-
Esquadra da PSP da Pontinha	594 980,43	594 980,43	594 980,43
Sociais			
Jardins de Infância e Escolas Básicas 1.º Ciclo	3 537 895,97	3 146 186,12	2 136 016,10
Escola Secundária de Odivelas	728 391,23	728 391,23	728 391,23
Requalificação e Modernização da Escola Secundária da Ramada	2 920 927,61	2 920 927,61	1 379 532,79
Requalificação e Modernização da Escola EB2,3 D. Dinis, Odivelas	1 219 281,38	1 219 281,38	1 033 434,42
Construção da nova EB1/JI da Amoreira - Ramada	2 221 154,21	2 221 154,21	2 221 154,21
Unidade de Saúde de Odivelas Poente	1 590 011,72	1 590 011,72	1 207 669,74
Unidade de Saúde da Pontinha	1 715 864,01	1 715 864,01	609 376,18
Comunidades Desfavorecidas na AML OIL Pontinha Famões - Construção da Unidade de Saúde da Urmeira	714 877,70	714 877,70	1 752,75
Requalificação da UCSP Caneças	642 708,67	642 708,67	168 907,24
Instalações na Obra do Padre Abel	480 573,36	480 573,36	136 073,73
Residências Colaborativas Madre Paula	2 298 583,17	2 298 583,17	1 944 184,12
Reabilitação e Conservação de Fogos na Área do Município	428 869,52	428 869,52	314 869,14
Programa 1.º Direito - Apoio ao acesso à Habitação	15 834 524,16	15 823 781,98	7 170 044,42
Reabilitação dos Lotes 57 e 58, B. Olival do Pancas	868 188,80	868 188,80	60 946,20
Construção de Habitação Municipal no Arinto	3 454 730,45	3 454 730,45	2 810 102,28
Construção de Habitação Municipal no Chapim	2 778 764,65	2 778 764,65	1 793 240,75
Construção de Habitação Municipal no Arroja	2 198 235,39	2 187 493,21	800 240,23
Construção de Habitação Municipal nos Pombais	2 534 944,54	2 534 944,54	4 157,40
Construção de Habitação Municipal no Bairro Olival do Pancas	1 972 172,96	1 972 172,96	7 318,50
Parques Infantis	859 127,17	859 127,17	705 830,67
Obra do Padre Abel - Casa Mortuária de Caneças	495 395,91	495 395,91	101 712,12
Remodelação da Frente Urbana do Rio da Costa - Odivelas	720 116,08	720 116,08	691 175,54
Requalificação de Espaços Verdes	1 275 224,82	757 542,74	68 469,19
Cerca do Mosteiro (Parque da Cidade)	4 405 144,90	4 156 952,90	2 148 451,71
Substituição de Contentorização	466 507,09	466 507,09	466 507,09
Requalificação do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo	986 559,75	986 559,75	403 145,10
Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo	509 908,65	509 908,65	224 899,63
Piscinas Municipais	472 960,46	472 960,46	168 991,62
Requalificação/Beneficiação e Ampliação do Pavilhão do Bairro Olaio - Odivelas	452 922,66	452 922,66	371 023,72
Construção do Pavilhão Municipal Honório Francisco - Odivelas	568 887,31	568 887,31	477 661,23
Económicas			
Intervenções Diversas em Arruamentos	2 288 379,79	2 288 379,79	1 174 087,46
Repavimentações Diversas	2 148 292,09	2 148 292,09	2 003 191,19
Construção da T14	1 597 129,55	11 051,55	-
Execução e Reparação de Passeios, Valetas e Estacionamento	1 991 963,41	1 860 135,34	815 146,51
Taludes e Muros de Suporte de Imóveis de Propriedade Municipal	1 409 340,14	357 615,53	20 091,88
Ligação da Rede Viária do Empreendimento Solvillas à Rua Heróis de Chaimite na Póvoa de Santo Adrião	789 700,00	-	-
Ligação Viária da Rua Dário de Canas à Rotunda da Repsol, em Odivelas	838 213,91	838 213,91	581 592,57
Remodelação do Espaço Público no Bairro das Patameiras, em Odivelas	1 978 201,54	1 978 201,54	796 067,65
Requalificação da Rua Combatentes do Ultramar, entre Rua Prof. Olga Passos e Rotunda Arnaldo Dias, em Odivelas	748 902,01	748 902,01	742 865,43

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Nas **Funções Gerais**, o município concretizou importantes investimentos na expansão e modernização do seu património e infraestrutura operacional. A Aquisição de Património (terrenos/edifícios) teve um total de cabimentos de 1.872.210,00 €, enquanto os compromissos assumidos ascenderam a 1.344.197,00 €, sendo 1.282.623,00 € pagos. A renovação da frota municipal também foi um investimento relevante, com 1.104.717,14 € adjudicados e 821.293,14 € pagos, garantindo a melhoria dos serviços prestados à população. Além disso, a Inovação e Tecnologia, com 1.893.988,90 € em cabimentos e 1.548.852,95 € executados, permitiu reforçar a modernização e a eficiência dos serviços municipais.

Ainda nestas funções, relevo para a Divisão Policial de Odivelas, com um cabimento e compromisso de 1.724.142,82 €, e a Esquadra da PSP da Pontinha como investimento integralmente executado e pago no valor de 594.980,43 €.

No âmbito das **Funções Sociais**, a Educação e a Habitação foram áreas prioritárias. A Requalificação e Modernização da Escola Secundária da Ramada contou com um total cabimentado de 2.920.927,61 €, dos quais 1.379.532,79 € foram pagos. Também a Requalificação e Modernização da Escola EB2,3 D. Dinis, Odivelas com 1.219.281,38 € de cabimento e compromisso, teve uma execução de 1.033.434,42 €. A construção da nova EB1/JI da Amoreira – Ramada foi totalmente executada com cabimento e pagamento de 2.221.154,21 €.

Na área da Saúde, foram concretizados investimentos na Unidade de Saúde de Odivelas Poente, onde 1.590.011,72€ foram cabimentados e 1.207.669,743 € pagos, e na Unidade de Saúde da Pontinha, com cabimento de 1.715.864,01 €, teve pagamentos de 609.376,18 €. Ainda o investimento das Residências Colaborativas Madre Paula, com cabimento no valor de 2.298.583,17 e pagamentos no valor de 1.944.184,12 €.

A Habitação foi outro setor que absorveu um volume significativo de recursos, com o Programa 1.º Direito – Apoio ao Acesso à Habitação a representar o maior investimento do PPI 2025, com 15.823.781,98 € comprometidos e 7.170.044,42 € pagos. Mas ainda na Habitação estão a ser desenvolvidos outros projetos nomeadamente:

- Reabilitação dos Lotes 57 e 58;
- Construção de Habitação Municipal no Arinto;

- Construção de Habitação Municipal no Chapim;
- Construção de Habitação Municipal no Arroja;
- Construção de Habitação Municipal nos Pombais;
- Construção de Habitação Municipal no Bairro Olival do Pancas

com cabimento superior a 13,8 milhões de euros e pagamentos superiores a 5,4 milhões de euros.

Página | 73

Além disso, foram cabimentados 1.275.2024,82 € para a Requalificação de Espaços Verdes, e 4.405.144,90 € para a Cerca do Mosteiro (Parque da Cidade), dos quais foram pagos 2.148.451,71 €.

Nas **Funções Económicas**, os investimentos focaram-se na melhoria da infraestrutura urbana e na mobilidade. As Repavimentações Diversas foram um dos projetos mais relevantes, com um cabimento de 2.288.379,79 €, dos quais 1.174.087,46 € foram pagos, contribuindo para a requalificação das vias municipais. Destaque para a Remodelação do Espaço Público no Bairro das Patameiras, em Odivelas, com cabimentos de 1.978.201,54 €, teve 796.067,65 € executados..

O PPI 2025 revela uma execução significativa dos investimentos planeados, assegurando a modernização da cidade e a melhoria da qualidade de vida da população. Os recursos foram aplicados de forma estratégica, com destaque para a habitação, a requalificação de infraestruturas escolares e o reforço das condições de mobilidade urbana, confirmando o compromisso do município com o desenvolvimento sustentável e equilibrado do Concelho.

3.5.6 EVOLUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FUNÇÕES

A evolução do Plano Plurianual de Investimento (PPI) do Município de Odivelas entre os anos de 2023 e 2025 revelou um aumento significativo dos investimentos municipais, com um crescimento de 58,9% na execução financeira, passando de 24.716.296,40 € em 2024 para 39.268.738,13 € em 2025, refletindo uma aposta estratégica na modernização da infraestrutura e no reforço dos serviços públicos essenciais.

No que se refere às **Funções Gerais**, houve um aumento de 133,1% no investimento total, subindo de 2.082.591,80 € em 2024 para 4.853.955,19 € em 2025. Este aumento está

relacionado principalmente com a subfunção Segurança e Ordem Públicas, uma vez que foram inscritas as obras relativas à Divisão Policial de Odivelas e à Esquadra da PSP da Pontinha, o que implicou um aumento de 6.328,1%.

As **Funções Sociais** foram as grandes beneficiadas no PPI de 2025, com um aumento de 8.122.814,69 €, equivalente a 41,5% em relação ao ano anterior, consolidando-se como a principal prioridade do município.

A Habitação recebeu um forte incremento, passando de 8.258.944,25 € em 2024 para 13.028.254,00 € em 2025, um crescimento expressivo de 57,7%. Também a área da Saúde, com um crescimento de 1.594% que passa de um valor de 132.424,19€ em 2024 para 2.243.318,75 €, em 2025. Esse aumento reflete investimentos substanciais na ampliação e modernização das infraestruturas de saúde.

No entanto, a Educação sofreu uma redução de 19,7%, com os recursos a cair de 9.674.589,86 € em 2024 para 7.767.712,48 €, em 2025. A Ação Social, por sua vez, teve um crescimento relevante, aumentando 1.621,9%, reforçando o compromisso do município com o bem-estar social.

Quadro 40 | Evolução do PPI por Funções

Funções	Designação	Execução			Variação 2024-2025	
		2023	2024	2025	Valor	%
Gerais	1.1. Serviços Gerais da Administração Pública	2 995 776,14	2 072 698,42	4 218 001,71	2 145 303,29	103,5%
	1.1.1. Administração Geral	2 995 776,14	2 072 698,42	4 218 001,71	2 145 303,29	103,5%
	1.2. Segurança e Ordem Públicas	21 139,65	9 893,38	635 953,48	626 060,10	6328,1%
	1.2.1. Proteção Civil e Luta contra Incêndios	21 139,65	9 893,38	635 953,48	626 060,10	6328,1%
	subtotal	3 016 915,79	2 082 591,80	4 853 955,19	2 771 363,39	133,1%
Sociais	2.1. Educação	3 687 078,69	9 674 589,86	7 767 712,48	-1 906 877,38	-19,7%
	2.1.1. Ensino não Superior	3 687 078,69	9 674 589,86	7 767 712,48	-1 906 877,38	-19,7%
	2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	2.2. Saúde	520 076,73	132 424,19	2 243 318,75	2 110 894,56	1594,0%
	2.2.1. Serviços Individuais de Saúde	520 076,73	132 424,19	2 243 318,75	2 110 894,56	1594,0%
	2.3. Segurança e Ação Sociais	56 091,43	123 310,40	2 123 224,24	1 999 913,84	1621,9%
	2.3.2. Ação Social	56 091,43	123 310,40	2 123 224,24	1 999 913,84	1621,9%
	2.4. Habitação e Serviços Coletivos	5 113 208,80	8 258 944,25	13 028 254,00	4 769 309,75	57,7%
	2.4.1. Habitação	3 909 131,29	7 212 489,59	7 799 802,25	587 312,66	8,1%
	2.4.2. Ordenamento do Território	530 500,76	292 986,71	977 243,91	684 257,20	233,5%
	2.4.3. Saneamento	0,00	0,00	81 152,84	81 152,84	100,0%
	2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conservação Natureza	673 576,75	753 467,95	4 170 055,00	3 416 587,05	453,4%
	2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 623 094,64	1 397 544,23	2 547 118,15	1 149 573,92	82,3%
	2.5.1. Cultura	1 190 403,46	947 656,17	1 065 893,01	118 236,84	12,5%
	2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	432 691,18	449 888,06	1 481 225,14	1 031 337,08	229,2%
	subtotal	10 999 550,29	19 586 812,93	27 709 627,62	8 122 814,69	41,5%
Econ.	3.2. Indústria e Energia	18 239,25	106 905,18	118 090,93	11 185,75	10,5%
	3.2.1. Iluminação Pública	18 239,25	106 905,18	118 090,93	11 185,75	10,5%
	3.3. Transportes e Comunicações	2 446 297,79	2 912 561,31	6 567 103,47	3 654 542,16	125,5%
	3.3.1. Transportes Rodoviários	2 446 297,79	2 912 561,31	6 567 103,47	3 654 542,16	125,5%
	3.4. Comércio e Turismo	63 775,88	21 615,16	13 884,72	-7 730,44	-35,8%
	3.4.1. Mercados e Feiras	31 687,64	0,00	0,00	0,00	0,0%
	3.4.2. Turismo	32 088,24	21 615,16	13 884,72	-7 730,44	-35,8%
	3.5. Outras Funções Económicas	1 444,02	5 810,02	6 076,20	266,18	4,6%
	3.5.1. Potenciar o Desenvolvimento Económico	1 444,02	5 810,02	6 076,20	266,18	4,6%
	subtotal	2 529 756,94	3 046 891,67	6 705 155,32	3 658 263,65	120,1%
Outras	4.2. Transferências entre Administrações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	4.2.2. Outras Transferências entre Administrações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
	subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total PPI		16 546 223,02	24 716 296,40	39 268 738,13	14 552 441,73	58,9%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Outras funções sociais também registaram crescimento, como a Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, que aumentou 453,4%, com uma execução de 4.170.055,00 €.

Nas **Funções Económicas**, observou-se um crescimento de 120,1%, subindo de 3.046.891,67 € para 6.705.155,32 € em 2025. Dentro destas, os Transportes e Comunicações foram a que mais cresceu, recebendo 6.567.103,47 €, um aumento de 125,5%.

Página | 75

De uma forma geral, o PPI do Município de Odivelas em 2025 registou um aumento significativo, consolidando a educação, habitação e transportes como áreas prioritárias. A estratégia financeira evidenciou um crescimento sustentável e um esforço para garantir a modernização da infraestrutura urbana, o apoio social e o desenvolvimento económico do Concelho.

3.8 RECEITA VS DESPESA

Quadro 41 | Execução Mensal

Mês	Receita Cobrada			Variação 2024-25	Despesa Paga			Variação 2024-25
	2023	2024	2025		2023	2024	2025	
Janeiro	7 370 684,84	8 549 452,08	10 351 929,07	21,1%	5 281 652,90	6 730 696,21	7 740 152,26	15,0%
Fevereiro	6 362 456,38	7 319 302,54	6 998 578,81	-4,4%	7 948 535,31	8 168 882,80	8 616 464,53	5,5%
Março	6 476 104,46	6 087 653,53	9 629 907,84	58,2%	14 386 123,32	8 961 671,81	8 813 051,01	-1,7%
Abril	8 133 906,29	7 576 570,01	10 358 025,10	36,7%	6 140 571,68	12 062 845,17	8 394 569,54	-30,4%
Maior	6 078 882,47	7 875 318,16	8 618 185,86	9,4%	9 601 638,25	11 599 274,40	11 209 358,28	-3,4%
Junho	16 658 025,27	16 407 796,38	15 282 973,85	-6,9%	10 043 068,83	9 725 472,40	10 502 913,88	8,0%
Julho	6 689 701,92	9 581 612,81	14 572 075,97	52,1%	7 686 360,32	9 004 667,37	13 203 136,29	46,6%
Agosto	10 045 522,88	7 882 398,38	9 148 652,90	16,1%	7 592 940,55	8 225 136,66	11 096 485,93	34,9%
Setembro	9 751 812,80	11 935 481,18	14 396 444,99	20,6%	6 638 428,00	8 959 954,67	10 906 182,61	21,7%
Outubro	6 287 083,91	8 617 997,52	9 885 758,04	14,7%	5 902 806,46	9 457 226,67	13 173 649,76	39,3%
Novembro	8 753 191,99	9 229 373,63	10 115 820,38	9,6%	12 323 989,70	10 266 013,79	12 730 929,01	24,0%
Dezembro	14 928 641,04	17 487 310,76	14 876 426,15	-14,9%	10 411 175,86	14 225 599,82	20 688 576,11	45,4%
Total	107 536 014,25	118 550 266,98	134 234 778,96	13,2%	103 957 291,18	117 387 441,77	137 075 469,21	16,8%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A análise da execução mensal (Quadro 41) da receita e despesa do Município de Odivelas nos anos de 2023, 2024 e 2025 evidencia um crescimento significativo na arrecadação de receitas, acompanhado por um aumento das despesas municipais. No ano em análise, 2025, verifica-se uma subida relevante tanto na receita cobrada quanto na despesa paga, refletindo a dinâmica orçamental da autarquia.

A receita cobrada pelo município apresentou um crescimento expressivo em 2025. Enquanto nos anos anteriores os valores arrecadados foram de 107.536.014,25 € (2023) e

118.550.266,98 € (2024), no presente exercício houve um aumento significativo, atingindo 134.234.778,96 €, o que representa um crescimento de 13,2% face ao ano anterior.

A distribuição da receita ao longo do ano segue um padrão sazonal devido à cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), que ocorre nos meses de junho, setembro e dezembro. Esses períodos coincidem com os meses de maior arrecadação, verificando-se que em junho de 2025 a receita cobrada foi de 15.282.973,85 €, um valor ligeiramente inferior ao mesmo mês de 2024 (16.407.796,38 €, uma variação negativa de 6,9 %). No entanto, a arrecadação em setembro e dezembro impulsionou o crescimento anual, reforçando a importância deste imposto para as finanças municipais.

Página | 76

No que concerne à despesa, verifica-se que também aumentou ao longo dos três anos analisados. Em 2023, o total pago foi de 103.957.291,18 €, subindo para 117.387.441,77 € em 2024 e atingindo 137.075.469,21 € em 2025, um crescimento de 16,8%.

O mês de dezembro destaca-se como o de maior execução da despesa, com um total de 20.688.576,11 €. Esse aumento expressivo reflete o esforço da autarquia para transitar para o novo exercício com o menor nível de dívida possível, uma estratégia recorrente no fecho do ano financeiro.

Um aspeto relevante na análise da despesa é a variação registada no mês de abril de 2025, onde se verifica um decréscimo significativo em relação ao mesmo mês de 2024.

A evolução da receita e da despesa do Município de Odivelas em 2025 evidencia um crescimento sustentado das finanças municipais. O aumento da arrecadação deve-se, em grande parte, ao impacto do IMI, cujo pagamento concentra-se em três meses do ano, justificando os picos de receita em junho, setembro e dezembro. Por outro lado, a despesa acompanha essa tendência de crescimento, com um esforço adicional no último mês do ano de forma a reduzir compromissos financeiros em aberto.

3.9 EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de

setembro, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Verifica-se assim que este equilíbrio foi cumprido em 2025 em termos orçamentais e de execução (receita cobrada/pagamentos), quer no momento inicial da sua aprovação, quer em sede de execução do mesmo.

Assim, se atendermos à Receita Corrente Cobrada, à Despesa Corrente paga e amortizações de empréstimos de MLP pagas até ao final do ano, verifica-se que a "Regra do Equilíbrio Orçamental" foi cumprida conforme se demonstra no Quadro seguinte:

Quadro 42 | Equilíbrio Orçamental

Orçamento	Receita Bruta Corrente Orçada	Saldo de Gerência Consignado a Despesa Corrente	Despesa Corrente Orçada	Média das Amortizações de EMLP	Diferença	Conceito de equilíbrio da RFALEI
	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)+(2)>(3)+(4)	
Inicial	108 126 091,89	6 321 017,76	112 134 467,36	1 425 343,00	887 299,29	cumpre
Final	111 562 957,82	35 032 176,78	120 437 739,77	1 471 738,01	24 685 656,82	cumpre
Executado*	119 332 683,68		95 883 057,33	1 471 738,01	21 977 888,34	cumpre

*despesa paga em substituição da despesa corrente orçada, e a receita cobrada bruta em vez da receita bruta corrente orçada

Conclui-se da análise do quadro supra que o Município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 21.977.88,34 € para financiamento de investimento.

3.10 RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

O mapa de Resumo dos Fluxos de Caixa funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria. O resultado dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2025, aparece refletido no Quadro 43, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam 135.671.419,95 €, sendo que 134.234.778,96 € são provenientes de receitas orçamentais e 1.436.640,99 € são resultantes de Operações de Tesouraria.

Quadro 43 | Resumo dos Fluxos de Caixa

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência Anterior		45 288 567,05	Despesas Orçamentais		137 075 469,21
Execução Orçamental	43 169 764,15		Correntes	95 883 057,33	
Operações de Tesouraria	2 118 802,90		Capital	41 192 411,88	
Receitas Orçamentais		134 234 778,96	Operações de Tesouraria		744 200,47
Correntes	119 332 683,68		Saldo para a Gerência Seguinte		43 140 317,32
Capital	14 885 033,89		Execução Orçamental	40 329 073,90	
Outras	17 061,39		Operações de Tesouraria	2 811 243,42	
Operações de Tesouraria		1 436 640,99			
Total		180 959 987,00	Total		180 959 987,00

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Desta forma, sendo a despesa global mais operações de tesouraria (137.819.669,68 €) superior em 2.148.249,73 € à receita efetivamente cobrada mais operações de tesouraria e existindo um saldo de gerência anterior de 45.288.567,05 €, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 43.140.317,32 €. Este saldo é constituído por 40.329.073,90 € de saldo de operações orçamentais e por 2.811.243,02 € de saldo de operações de tesouraria.

4. INDICADORES DE NATUREZA ORÇAMENTAL

4.1 RÁCIOS DA ESTRUTURA DA RECETTA

A análise da estrutura da receita do município no período de 2023 a 2025 evidencia alterações relevantes no modelo de financiamento, com particular incidência entre 2024 e 2025. Verifica-se uma recuperação do peso dos impostos diretos no total das receitas, que aumenta de 40,4% em 2024 para 41,4% em 2025 (+1,0 p.p.), embora permaneça abaixo do nível registado em 2023.

O rácio das receitas próprias face às receitas totais mantém uma trajetória descendente, passando de 54,7% em 2024 para 54,0% em 2025 (-0,7 p.p.), traduzindo uma diminuição da autonomia financeira do município. Em paralelo, as transferências totais reforçam o seu peso na estrutura da receita, aumentando de 45,1% para 45,7% (+0,6 p.p.), o que evidencia uma maior dependência de financiamento externo, designadamente do Orçamento do Estado e de fundos comunitários.

Quadro 44 | Rácios da Estrutura da Receita

Descrição	2023	2024	2025	Variação (p.p.) 2024-2025
Impostos Diretos / Receitas Totais	42,8%	40,4%	41,4%	1 p.p.
Receitas Próprias / Receitas Totais	58,9%	54,7%	54,0%	-0,72 p.p.
Transferências Correntes / Receitas Correntes	37,5%	40,6%	39,3%	1,31 p.p.
Transferências Totais / Receitas Totais	39,8%	45,1%	45,7%	0,58 p.p.
Receitas Correntes / Receitas Totais	94,2%	92,1%	88,9%	-3,17 p.p.
Receitas de Capital / Receitas Totais	5,6%	7,9%	11,1%	3,19 p.p.

No que respeita às transferências correntes, observa-se uma redução de 40,6% para 39,3% (-1,3 p.p.), mantendo, ainda assim, um peso significativo no total das receitas correntes.

Página | 79

Destaca-se igualmente uma alteração estrutural relevante na composição da receita, com a diminuição do peso das receitas correntes de 92,1% para 88,9% (-3,2 p.p.) e o aumento das receitas de capital de 7,9% para 11,1% (+3,2 p.p.). Esta evolução traduz um reforço das componentes associadas ao investimento municipal, nomeadamente através de transferências de capital e financiamento de projetos.

Em síntese, o período em análise caracteriza-se por uma redução da autonomia financeira, um aumento da dependência de transferências e uma reconfiguração da estrutura da receita, com maior peso das receitas de capital. Estas dinâmicas refletem uma maior orientação da atividade financeira para o investimento e para o recurso a financiamento externo.

4.2 RÁCIOS DA ESTRUTURA DA DESPESA

A análise da estrutura da despesa do município no período de 2023 a 2025 evidencia uma alteração estrutural significativa na afetação dos recursos, particularmente entre 2024 e 2025, caracterizada por uma forte reorientação para a componente de capital e investimento.

Quadro 45 | Rácios da Estrutura da Despesa

Descrição	2023	2024	2025	Variação (p.p.) 2024-2025
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	32,9%	32,1%	30,1%	-2,04 p.p.
Investimento / Despesas Totais	15,3%	21,1%	28,6%	7,59 p.p.
Serviço da Dívida / Despesas Totais	6,1%	0,8%	0,8%	-0,08 p.p.
Despesas Correntes / Despesas Totais	76,7%	77,8%	69,9%	-7,85 p.p.
Despesas Capital / Despesas Totais	23,3%	22,2%	30,1%	7,85 p.p.

O peso das despesas com pessoal face às despesas totais regista uma redução, passando de 32,1% em 2024 para 30,1% em 2025 (-2,0 p.p.), traduzindo uma diminuição relativa dos encargos com recursos humanos na estrutura da despesa.

O investimento apresenta um crescimento expressivo, aumentando de 21,1% em 2024 para 28,6% em 2025 (+7,5 p.p.), evidenciando um reforço significativo da despesa associada à execução de projetos e à realização de infraestruturas municipais.

O rácio do serviço da dívida mantém-se inalterado em 0,8%, não se registando variação entre 2024 e 2025, confirmando a estabilidade dos encargos financeiros e o seu reduzido peso na estrutura da despesa.

Página | 80

As despesas correntes registam uma diminuição acentuada, passando de 77,8% para 69,9% (-7,9 p.p.), refletindo uma redução significativa do seu peso relativo. Em sentido inverso, as despesas de capital aumentam de forma expressiva, de 22,2% para 30,1% (+7,9 p.p.), evidenciando uma clara reconfiguração da estrutura da despesa.

Em síntese, o período em análise caracteriza-se por uma forte reorientação da despesa municipal, com redução do peso das despesas correntes e reforço expressivo das despesas de capital, em particular do investimento, traduzindo uma alteração estrutural na política de despesa e uma maior afetação de recursos ao investimento.

4.3 RÁCIOS FINANCEIROS

A análise dos rácios financeiros do município no período de 2023 a 2025 evidencia uma evolução globalmente estável, com alterações relevantes ao nível da dependência de transferências, da cobertura da despesa e da estrutura de financiamento.

Quadro 45 | Rácios Financeiros

Descrição	2023	2024	2025
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	35,1%	34,6%	34,6%
Transferências do OE / Despesas Totais	23,9%	37,7%	34,1%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	122,1%	119,5%	124,5%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	23,8%	35,9%	36,1%
Receita Total / Despesa Total	99,5%	101,0%	97,9%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	4,9%	0,0%	0,0%
Impostos Diretos / Despesa Total	42,6%	40,8%	40,6%

O rácio das despesas com pessoal face às receitas correntes apresenta uma ligeira redução de 35,1% em 2023 para 34,6% em 2024, mantendo-se estável em 2025 (34,6%). Esta

evolução traduz uma estabilização do peso dos encargos com pessoal relativamente à capacidade corrente de financiamento do município.

O peso das transferências do Orçamento do Estado nas despesas totais aumenta significativamente de 23,9% em 2023 para 37,7% em 2024, reduzindo posteriormente para 34,1% em 2025. Apesar da diminuição em 2025, o rácio mantém-se acima do nível de 2023, evidenciando um reforço da dependência de financiamento proveniente do Estado.

Página | 81

O rácio de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes mantém-se consistentemente acima de 100%, passando de 122,1% em 2023 para 119,5% em 2024 e aumentando para 124,5% em 2025. Este indicador confirma a capacidade do município para financiar integralmente as despesas correntes com receitas correntes, evidenciando uma situação de equilíbrio estrutural nesta componente.

No que respeita às receitas de capital face às despesas de capital, verifica-se um aumento significativo de 23,8% em 2023 para 35,9% em 2024 e 36,1% em 2025, refletindo um reforço da capacidade de financiamento do investimento através de receitas de capital.

O rácio entre a receita total e a despesa total apresenta uma evolução oscilante, passando de 99,5% em 2023 para 101,0% em 2024 e reduzindo para 97,9% em 2025. Esta evolução traduz uma situação de equilíbrio global em 2024 e de défice nos anos de 2023 e 2025.

O peso dos passivos financeiros nas despesas de capital reduz-se de 4,9% em 2023 para 0,0% em 2024, mantendo-se nulo em 2025, evidenciando a ausência de recurso a financiamento por via de endividamento para suportar investimento nos dois últimos anos.

Por fim, o rácio dos impostos diretos face à despesa total apresenta uma ligeira redução ao longo do período, passando de 42,6% em 2023 para 40,8% em 2024 e 40,6% em 2025, indicando uma diminuição do peso relativo da receita fiscal no financiamento da despesa.

Em síntese, o período em análise caracteriza-se por uma situação de equilíbrio ao nível das operações correntes, uma maior dependência de transferências do Orçamento do Estado face a 2023, a eliminação do recurso a passivos financeiros para financiamento do

investimento e uma ligeira redução do peso da receita fiscal na estrutura global de financiamento da despesa.

4.4 VERIFICAÇÃO DO EQUILÍBRIO SUBSTANCIAL

A regra do equilíbrio orçamental estabelece que as receitas correntes devem ser suficientes para financiar as despesas correntes, gerando preferencialmente um excedente destinado ao financiamento das despesas de capital, reduzindo a necessidade de recurso a endividamento.

Página | 82

Quadro 46 | Resumo da Execução Orçamental da Receita e da Despesa

Descrição	Valor
Receitas Correntes	119 332 683,68
Despesas Correntes	95 883 057,33
Saldo Corrente	23 449 626,35
Receitas de Capital	14 885 033,89
Despesas de Capital	41 192 411,88
Saldo Capital	-26 307 377,99
Outras Receitas	17 061,39
Outras Despesas	0,00
Saldo Total	-2 840 690,25
Saldo Inicial	43 169 764,15
Saldo Final	40 329 073,90

O município apresenta um saldo corrente positivo de 23.449.626,35 €, resultante de receitas correntes de 119.332.683,68 € e despesas correntes de 95.883.057,33 €. Este resultado evidencia que as receitas correntes são mais do que suficientes para cobrir as despesas correntes, assegurando o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental na componente corrente.

O saldo de capital é negativo em -26.307.377,99 €, refletindo o facto de as receitas de capital (14.885.033,89 €) serem significativamente inferiores às despesas de capital (41.192.411,88 €). Esta situação traduz um nível de investimento superior à capacidade de financiamento por via de receitas de capital.

O saldo total apresenta um valor negativo de -2.840.690,25 €, evidenciando um défice na execução global do exercício. Ainda assim, o município dispõe de um saldo inicial de 43.169.764,15 €, que permite absorver este resultado, conduzindo a um saldo final positivo de 40.329.073,90 €.

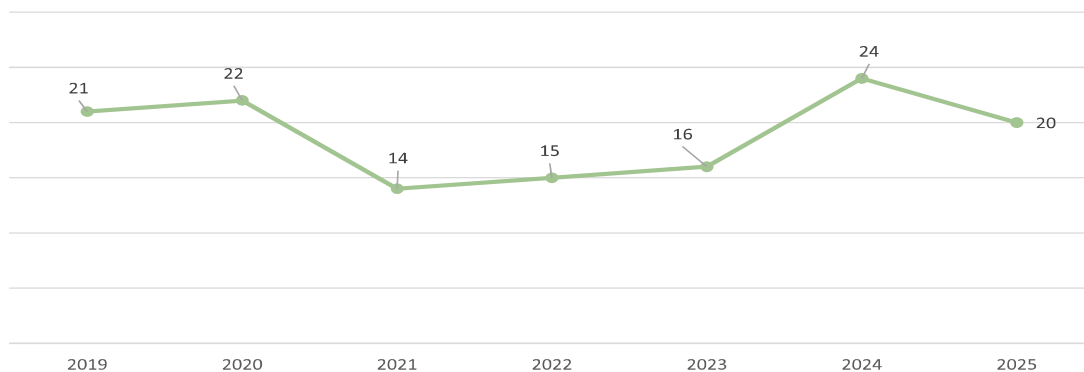
Em síntese, o município cumpre a regra do equilíbrio orçamental na componente corrente, apresentando um excedente significativo que contribui para o financiamento do investimento. O défice verificado na componente de capital e no saldo global é compensado pela utilização de disponibilidades acumuladas, mantendo-se um nível elevado de saldo final. Esta evolução evidencia uma situação financeira equilibrada no curto prazo, com capacidade de financiamento do investimento suportada por excedentes correntes e por reservas financeiras acumuladas.

4.5 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) no final de 2025 do Município de Odivelas foi de 20 dias, cumprindo-se desta forma com enorme margem a legislação aplicável, ou seja, o PMP 2025 ficou muito abaixo do limite a partir do qual a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), inclui uma Autarquia na lista de incumprimento nesta matéria (90 dias).

A evolução do prazo médio de pagamento no período de 2019 a 2025 evidencia uma trajetória marcada por uma melhoria significativa após um período de degradação temporária.

Gráfico 6 | Evolução Prazo Médio de Pagamento (PMP)



Em 2025 verifica-se uma melhoria, com a redução do prazo para 20 dias, embora o indicador permaneça em níveis superiores aos registados entre 2021 e 2023.

Em síntese, o prazo médio de pagamento apresenta um desempenho globalmente positivo no período analisado, mantendo-se sempre em níveis reduzidos e compatíveis com uma boa capacidade de pagamento. Contudo, a evolução recente evidencia um agravamento face aos níveis mais favoráveis observados em 2021, justificando acompanhamento contínuo da gestão de tesouraria e dos prazos de liquidação a fornecedores.

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança aliás do que já acontecia no normativo anterior, mas tendo agora em consideração a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A análise económico-financeira que agora se apresenta sintetiza os resultados alcançados pelo Município, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024.

5.1 ANÁLISE AO BALANÇO

5.1.1 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA E APRECIACÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS

Tendo por base a informação constante nos Balanços dos anos 2024 e 2025, apresentamos nos mapas abaixo a estrutura patrimonial da Autarquia bem como a respetiva evolução naquele período.

5.1.1.1 Análise do Ativo

Em 2025, o Ativo do Município atingiu cerca de 452,1 milhões de euros registando um aumento de 5,3% face ao ano anterior.

Quadro 47 | Evolução do Balanço

Rubricas	2025	Peso	2024	Peso	Variação 2024-2025
Ativo					
Ativo não corrente	374 127 890,49	82,8%	351 739 785,94	77,8%	6,4%
Ativos fixos tangíveis	334 687 952,88	74,0%	311 584 956,42	68,9%	7,4%
Propriedades de Investimento	238 000,00	0,1%	238 000,00	0,1%	0,0%
Ativos intangíveis	162 311,79	0,0%	148 068,91	0,0%	9,6%
Participações financeiras	35 150 162,46	7,8%	35 403 797,78	7,8%	-0,7%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	3 813 986,52	0,8%	4 306 005,00	1,0%	-11,4%
Clientes, contribuintes e utentes	74 012,50	0,0%	57 444,91	0,0%	28,8%
Diferimentos			48,58	0,0%	100,0%
Outras contas a receber	1 464,34	0,0%	1 464,34	0,0%	0,0%
Ativo corrente	77 977 539,11	17,2%	77 429 860,39	17,1%	0,7%
Inventários	75 395,74	0,0%	74 381,10	0,0%	1,4%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	111 281,65	0,0%	111 281,65	0,0%	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	425 091,77	0,1%	720 678,76	0,2%	-41,0%
Estado e outros entes públicos	203 943,55	0,0%	239 303,59	0,1%	-14,8%
Outras contas a receber	33 659 885,41	7,4%	30 531 601,95	6,8%	10,2%
Diferimentos	361 623,67	0,1%	464 046,29	0,1%	-22,1%
Caixa e depósitos	43 140 317,32	9,5%	45 288 567,05	10,0%	-4,7%
Total Ativo	452 105 429,60	100,0%	429 169 646,33	94,9%	5,3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Ativo não Corrente

A estrutura do Ativo não Corrente em 2025, evidência que os Ativos Fixos tangíveis continuam a ter um peso determinante no Ativo total, representando um peso de 74,0%.

Ativo Corrente

No que respeita ao Ativo Corrente, a rubrica com maior expressão no período em análise continua a ser Caixa e depósitos, representando 9,5% do Ativo total, tendo registado um decréscimo de 4,7% face ao ano anterior.

As rubricas Outras Contas a Receber, e Inventários registaram um aumento de 10,2% face a 2024. Já a rubrica Clientes, contribuintes e utentes regista uma diminuição de 41% face a 2024.

5. 1. 1.2. Análise do Património Líquido e do Passivo

O Património Líquido atinge em 2025, o montante de 411.035.804,13 € verificando-se um acréscimo de 3,8% em relação ao ano anterior. É constituído maioritariamente pelo Património/Capital que totaliza 259.793.491,98 €.

Os Resultados Transitados em 2025 mantêm-se positivos em sequência do resultado líquido positivo do ano de 2024.

Quadro 48 | Evolução dos Resultados Líquidos

Rubricas	2025	Peso	2024	Peso	Variação 2024-2025
Património Líquido					
Património/Capital	259 793 491,98	63,2%	259 793 491,98	65,6%	0,0%
Reservas	4 156 955,56	1,0%	4 156 955,56	1,1%	0,0%
Resultados Transitados	12 621 615,45	3,1%	8 439 063,97	2,1%	49,6%
Ajustamentos em ativos financeiros	30 420 576,73	7,4%	30 705 581,59	7,8%	-0,9%
Outras variações no património líquido	97 841 164,94	23,8%	88 567 401,20	22,4%	10,5%
Resultado líquido do período	6 201 999,47	1,5%	4 182 551,48	1,1%	48,3%
Total Património Líquido	411 035 804,13	100,0%	395 845 045,78	100,0%	3,8%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Os Resultados Líquidos apurados a 31 de dezembro de 2025 atingem o montante de 6.201.999,47 €.

No que respeita ao Passivo, em 31 de dezembro de 2025 o montante apurado cifra-se em 41.069.625,47 € registando um acréscimo na ordem dos 23,2%, relativamente a 31 de dezembro do ano transato.

Quadro 49 | Evolução do Passivo

Rubricas	2025	Peso	2024	Peso	Variação 2025-2024
Passivo					
Passivo não corrente	11 573 651,02	28,2%	11 915 823,68	35,8%	-2,9%
Provisões	1 051 413,12	2,6%	1 003 228,52	3,0%	4,8%
Financiamentos obtidos	7 778 232,30	18,9%	8 867 683,87	26,6%	-12,3%
Outras contas a pagar	2 744 005,60	6,7%	2 044 911,29	6,1%	34,2%
Passivo corrente	29 495 974,45	71,8%	21 408 776,87	64,2%	37,8%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	303 864,17	0,7%	171 481,68	0,5%	77,2%
Fornecedores	2 686 022,85	6,5%	2 838 078,32	8,5%	-5,4%
Estado e outros entes públicos	988 246,30	2,4%	397 770,57	1,2%	148,4%
Financiamentos obtidos	1 066 899,36	2,6%	1 015 096,09	3,0%	5,1%
Fornecedores de investimentos	171 757,42	0,4%	926 443,92	2,8%	-81,5%
Outras contas a pagar	11 736 697,35	28,6%	9 502 992,95	28,5%	23,5%
Diferimentos	12 542 487,00	30,5%	6 556 913,34	19,7%	91,3%
Total Passivo	41 069 625,47	100,0%	33 324 600,55	100,0%	23,2%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Passivo não corrente

O Passivo não corrente representa 28,2% do total do Passivo, sendo que a rubrica “Financiamentos obtidos” é a que tem maior expressão, registando um peso de 18,9%. Na rubrica "Outras contas a pagar" verificou-se um acréscimo de 23,5% face a 2024.

Passivo corrente

No que respeita ao Passivo corrente, representa 71,8% do total do Passivo sendo de salientar em 2025 o aumento na rubrica “Estado e outros entes públicos”, decorrente do facto de os descontos obrigatórios com o pessoal relativo a dezembro só serem pagos em janeiro de 2026.

Página | 87

5.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

5.2.1 ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CUSTOS E PROVEITOS E DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Tendo por base a informação constante da Demonstração de Resultados, o quadro abaixo detalha para os exercícios de 2024 e de 2025, a estrutura de Custos e Proveitos, os resultados obtidos e a sua evolução naquele período.

No que respeita aos Resultados Operacionais, o montante apurado em 2025 foi de 5.855.598,83 €, e considera o saldo entre os proveitos e custos relativos à atividade normal do Município, sendo os mais relevantes, naquela data, do lado dos Proveitos, os Impostos e Taxas e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos e do lado dos Custos os Fornecimentos e Serviços Externos, os Gastos com Pessoal e as Transferências e subsídios concedidos.

No que respeita aos Resultados Financeiros em 2025 foram positivos no montante de 17.922.884,40 € face ao saldo também positivo de 14.947.381,66 € registado em 2024.

Do comparativo entre os Custos e Proveitos acima elencados foi apurado em 2025 o Resultado Líquido no montante de 6.201.999,47 €, representando um aumento de 48,3%, face aos 4.182.551,48 € apurados em 2024.

Quadro 50 | Demonstração de Resultados (DR) – Estrutura e Evolução

Rendimentos e Gastos	2025	2024	Variação 2024-2025
Impostos, contribuições e taxas	60 059 967,44	52 478 280,34	14,4%
Vendas	2 253 203,19	1 781 176,02	26,5%
Prestações de serviços e concessões	4 217 295,47	4 307 859,52	-2,1%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 477 261,57	44 740 794,86	6,1%
Rendimentos /Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	430 073,44	132 767,78	223,9%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-41 076,02	-40 352,25	1,8%
Fornecimentos e serviços externos	-44 170 170,05	-41 188 207,83	7,2%
Gastos com Pessoal	-41 039 535,84	-37 141 101,74	10,5%
Transferências e subsídios correntes concedidos	-16 530 103,00	-15 085 366,23	9,6%
Prestações sociais	-219 584,86	-147 227,63	49,1%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	32 316,88	-209 154,42	n.a.
Provisões (aumentos/reduções)	-48 184,60	404 285,36	-111,9%
Outros rendimentos	8 621 251,40	7 799 373,83	10,5%
Outros gastos	-3 119 830,62	-2 885 745,95	8,1%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	17 922 884,40	14 947 381,66	19,9%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-12 067 285,57	-11 421 000,80	5,7%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	5 855 598,83	3 526 380,86	66,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	691 526,53	1 179 690,58	-41,4%
Juros e gastos similares suportados	-345 125,89	-523 519,96	-34,1%
Resultado antes de impostos	6 201 999,47	4 182 551,48	48,3%
Resultado líquido do período	6 201 999,47	4 182 551,48	48,3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

5.3 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os indicadores económico-financeiros estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) e são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro 51 | Rácios da Estrutura do Balanço

Descrição	2024	2025	Variação (p.p.) 2024-2025
Estrutura do Ativo			
Ativo não corrente / Ativo Total	82,0%	82,8%	0,8 p.p.
Ativo corrente / Ativo Total	18,0%	17,2%	-0,8 p.p.
Estrutura do Passivo			
Passivo Corrente / Passivo total	64,2%	71,8%	7,6 p.p.
Análise do Passivo			
- Coeficiente de Endividamento a Curto Prazo			
Passivo corrente / Património líquido	5,4%	7,2%	1,8 p.p.
- Coeficiente de Endividamento a Longo Prazo			
Passivo não corrente / Património líquido	3,0%	2,8%	-0,2 p.p.
Índices de Liquidez			
Caixa e depósitos / Passivo corrente	211,5%	146,3%	-65,2 p.p.
Ativo corrente / Passivo corrente	361,7%	264,4%	-97,3 p.p.

A análise dos rácios evidencia uma evolução clara na estrutura financeira do município entre 2024 e 2025, mantendo-se uma base sólida, mas com sinais de maior pressão no curto prazo.

A estrutura do ativo reforça o peso do ativo não corrente, que aumenta de 82,0% para 82,8%. Esta evolução confirma a forte componente de investimento estrutural típica da atividade municipal, associada a infraestruturas e património público. Em paralelo, o ativo corrente diminui de 18,0% para 17,2%, reduzindo ligeiramente a disponibilidade de recursos de curto prazo.

Na estrutura do passivo, verifica-se um aumento expressivo do passivo corrente, que passa de 64,2% para 71,8%. Esta evolução traduz uma maior concentração de responsabilidades no curto prazo, aumentando a exigência sobre a gestão de tesouraria.

Ao nível do endividamento, o coeficiente de curto prazo cresce de 5,4% para 7,2%, confirmando o reforço do peso das obrigações imediatas. Por outro lado, o endividamento de longo prazo reduz-se ligeiramente de 3,0% para 2,8%, evidenciando contenção no recurso a financiamento estrutural e contribuindo para a estabilidade financeira global.

Os índices de liquidez apresentam uma diminuição significativa. A liquidez imediata desce de 211,5% para 146,3% e a liquidez geral de 361,7% para 264,4%. Apesar desta redução, ambos os indicadores permanecem claramente acima de níveis de referência, assegurando a capacidade do município para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

Em síntese, o município mantém uma posição financeira globalmente equilibrada, com baixo nível de endividamento e liquidez ainda confortável. No entanto, o aumento do peso do passivo corrente e a redução dos rácios de liquidez evidenciam uma maior pressão no curto prazo, exigindo uma gestão rigorosa da tesouraria e dos compromissos assumidos.

5.4 Endividamento Municipal

5.4.1 Stock da Dívida | Estrutura e Evolução

O quadro 52 apresenta a evolução do stock da dívida entre 2023 e 2025, evidenciando uma tendência de redução. Em 2023, a dívida de médio e longo prazo iniciou-se em 16.230.390,68 € e reduziu para 8.845.131,66 € no final do ano do 2025, uma redução de 45,5%.

Quadro 52 | Stock da Dívida

Descrição	2023	2024	2025
1 - Dívida de Médio e Longo Prazo no início do período	16 230 390,68	10 863 266,18	9 882 779,96
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	1 239 969,23	0,00	0,00
3 - Juros capitalizados	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	6 607 093,73	980 486,22	1 037 648,30
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00
Dívida no final do período (1+2+3-4)	10 863 266,18	9 882 779,96	8 845 131,66
Taxa de Variação da Dívida	-33,1%	-9,0%	-10,5%

A análise da evolução da dívida de médio e longo prazo do município entre 2023 e 2025 evidencia uma trajetória consistente de redução, refletindo uma estratégia clara de consolidação financeira.

Em 2023, o município inicia o período com um nível de dívida elevado (16,2 milhões de euros), registando, ainda assim, um volume significativo de amortizações (6,6 milhões de euros), apesar de ter recorrido a novos empréstimos no montante de cerca de 1,24 milhões de euros. Este esforço traduz-se numa redução expressiva da dívida no final do período para 10,9 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 33,1%.

Nos anos seguintes, o município mantém uma política de não contratação de novos empréstimos, o que demonstra uma orientação prudente e focada na redução do endividamento. Em 2024, a dívida continua a diminuir, ainda que a um ritmo mais moderado, com amortizações na ordem dos 980 mil euros, conduzindo a uma redução de 9,0% e fixando a dívida em cerca de 9,9 milhões de euros no final do ano.

Em 2025, verifica-se a continuidade desta tendência, com um ligeiro aumento do volume de amortizações (cerca de 1,04 milhões de euros), o que permite reduzir a dívida para 8,85 milhões de euros. A taxa de variação de -10,5% confirma um reforço do esforço de amortização face ao ano anterior.

5.4.2. SERVIÇO DA DÍVIDA | ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

No quadro seguinte apresentam-se os financiamentos bancários contratados a médio e longo prazo, bem como, os encargos suportados em 2025:

Quadro 53 | Serviço da Dívida

Data da Aprovação pela AM	Finalidade do Empréstimo	Caracterização do Empréstimo	Capital		Encargos do Ano		Encargos do Ano Vencidos e Não Pagos	Dívida em 31 de Dezembro
			Contratado	Utilizado	Amortização	Juros		
Médio e Longo Prazo								
26/03/2018	Investimento (N)	Caixa Geral de Depósitos	17 625 652,78	17 625 652,78	545 629,82	210 784,78	0,00	5 031 145,14
27/08/2020	SIMAR - Inv. Rede Água	Banco Português de Investimento	4 858 355,00	4 286 206,93	389 655,18	114 061,57	0,00	3 506 896,62
27/08/2020	SIMAR - Viaturas de Recolha de Resíduos Sólidos	Banco Português de Investimento	632 874,00	511 816,53	102 363,30	11 084,98	0,00	307 089,90
Total			23 116 881,78	22 423 676,24	1 037 648,30	335 931,33	0,00	8 845 131,66

No exercício em análise, o município registou **amortizações totais de cerca de 1,04 milhões de euros**, distribuídas pelas três operações, com maior incidência no empréstimo da Caixa Geral de Depósitos. Os **juros suportados ascendem a aproximadamente 336 mil euros**, refletindo encargos financeiros ainda relevantes, mas compatíveis com o volume de dívida existente.

Importa destacar que **não existem encargos vencidos e não pagos**, o que confirma o cumprimento integral das obrigações financeiras e uma gestão rigorosa da dívida.

No final do período, a dívida total situa-se em cerca de **8,85 milhões de euros**, em linha com a trajetória de redução observada anteriormente. Esta evolução demonstra que o município continua a cumprir uma estratégia consistente de amortização, sem recurso a novo

endividamento, mantendo simultaneamente a capacidade de financiar investimentos estruturais relevantes.

Quadro 54 | Evolução do Serviço da Dívida

Descrição	2023	2024	2025
Juros	485 608,73	523 317,56	335 931,33
Amortizações	6 607 093,73	980 486,22	1 037 648,30
Total	7 092 702,46	1 503 803,78	1 373 579,63
Taxa de Variação	546,2%	21,2%	91,3%

un: euros

A evolução dos encargos com a dívida evidencia um esforço extraordinário em 2023, com um total de cerca de 7,1 milhões de euros, impulsionado sobretudo por amortizações muito elevadas (6,6 milhões de euros). Este ano marca um momento de forte redução do stock de dívida, refletido também na elevada taxa de variação.

Em 2024, os encargos diminuem significativamente para cerca de 1,5 milhões de euros, resultado da normalização do volume de amortizações. Apesar de um ligeiro aumento dos juros, o município entra numa fase de maior estabilidade financeira, com níveis de encargos mais equilibrados e sustentáveis.

Em 2025, mantém-se a trajetória de consolidação, com uma nova redução dos encargos totais para cerca de 1,37 milhões de euros. A diminuição dos juros, aliada a um nível consistente de amortizações, confirma o controlo da dívida e reforça a sustentabilidade financeira do município a médio e longo prazo.

5.4.3. LIMITE DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Nos termos do nº2 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do Município deve englobar os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas, reportado a 1 de janeiro de 2025, evidencia uma situação financeira globalmente equilibrada e com margem significativa face aos limites legais de endividamento.

Quadro 55 | Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas

Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município de Odivelas, a 1 de Janeiro de 2025	
Demonstração do cálculo dos limites da dívida total municipal para 2025	
	MONTANTE (euros)
Receita Corrente Líquida 2022	122 546 804,97
Receita Corrente Líquida 2023	127 232 944,83
Receita Corrente Líquida 2024	139 882 173,25
Total da Receita Corrente Líquida 2022 - 2025	389 661 923,05
Média da receita Corrente Líquida	129 887 307,68
Limite da dívida Total	194 830 961,53
Situação da dívida total municipal a 1 de Janeiro de 2025	
	MONTANTE (euros)
Total das dívidas a terceiros	16 958 725,62
Contribuição SM/AM/SEL/Entidades Participadas	770 401,62
Dívida Total	17 729 127,24
Total da Dívida não orçamental	2 118 802,90
Total do Capital Excecionado	0
Dívida Total excluindo Não Orçamental, Capital Excecionado e FAM	15 610 324,34
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2025	
	MONTANTE (euros)
Total das dívidas a terceiros	16 437 240,48
Contribuição SM/AM/SEL/Entidades Participadas	1 983 580,89
Dívida Total	18 420 821,37
Total da Dívida não orçamental	2 811 243,42
Total do Capital Excecionado	0
Total do FAM	0
Dívida Total excluindo Não Orçamental, Capital Excecionado e FAM	15 609 577,95
Situação face aos limites	
	MONTANTE (euros)
Margem Absoluta	179 221 383,58
Margem Utilizável	71 688 553,43

A média da receita corrente líquida dos anos de 2022 a 2024 ascende a cerca de 129,9 milhões de euros, fixando o limite da dívida total em aproximadamente 194,8 milhões de euros. Em termos de dívida efetiva relevante para este cálculo, o município apresenta valores de cerca de 15,6 milhões de euros, quer no início quer no final de 2025, o que demonstra estabilidade do nível de endividamento ao longo do período.

Apesar de se verificar um ligeiro aumento da dívida total entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 (de cerca de 17,7 milhões para 18,4 milhões de euros), este crescimento é acompanhado por variações em componentes específicas, nomeadamente contribuições para entidades participadas e dívida não orçamental. Ainda assim, a dívida relevante para efeitos de limite legal mantém-se praticamente inalterada. Assim, o município dispõe de uma margem absoluta de cerca de 179,2 milhões de euros e uma margem utilizável de aproximadamente 71,7 milhões de euros, o que confirma uma folga substancial na

capacidade de endividamento e uma posição financeira confortável face às restrições legais aplicáveis.

O Município de Odivelas não excedeu o limite de dívida total em 2025, tendo gerado fluxos financeiros que permitiram fazer face às responsabilidades assumidas.

5.4.4 RÁCIO DA DÍVIDA TOTAL

Página | 94

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o valor da dívida total do grupo municipal, em cada exercício, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores.

De acordo com o mapa demonstrativo, a média da receita corrente líquida dos exercícios de 2022 a 2024 ascende a 129.887.307,68 €, correspondendo a um limite da dívida total de 194.830.961,53 €. Considerando o valor da dívida total relevante — excluindo dívida não orçamental, capital excecionado e FAM — de 15.609.577,95 €, apura-se um rácio aproximado de 0,12, significativamente inferior ao limite legal de 1,5.

Este resultado evidencia uma posição financeira sólida e o cumprimento confortável dos limites legais de endividamento, demonstrando a capacidade do Município para manter uma gestão equilibrada, assegurando simultaneamente margem para a concretização de investimentos e para o apoio às diversas áreas de intervenção municipal.

5.4.5. REDUÇÃO DO PRAZO EM ATRASO

No âmbito da Lei do Orçamento do Estado para 2025 (LOE/2025), mantém-se o enquadramento de controlo e prevenção dos pagamentos em atraso, reforçando os princípios de disciplina orçamental e de cumprimento atempado das obrigações pelos municípios, bem como a monitorização através da plataforma da DGAL. À semelhança do regime anterior, a exigência centra-se na redução de atrasos sempre que existam; contudo, não se verificando pagamentos em atraso no Município em setembro de 2024 nem em 31 de dezembro de 2025, mantém-se o cumprimento integral deste princípio, não existindo obrigações específicas de redução, mas apenas a necessidade de assegurar a continuidade de uma gestão financeira rigorosa.

Quadro 57 | Redução dos Pagamentos em Atraso (Artigo 129º Lei OE/2025)

Período	Pagamentos em Atraso	Redução
À data de 30/09/2024	-	
À data de 31/12/2025	-	

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística (SNC) - Dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldos a 31/12/2025)

5.5. Indicadores de Gestão Financeira

Página | 95

Os indicadores económico-financeiros decorrentes da implementação do SNC-AP, permitem fazer uma análise do equilíbrio financeiro da entidade, dando a conhecer as diferentes origens de entradas de fundos a que recorre para se financiar e avaliar a capacidade em solver os seus compromissos

5.5.1. INDICADORES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez avaliam a capacidade da entidade para gerar meios líquidos suficientes não só à satisfação dos compromissos financeiros de curto prazo, mas também para manter o normal funcionamento da atividade, sendo obtidos com base nos ativos de maior liquidez e passivos com maior grau de exigibilidade.

A leitura dos dados a seguir, permite-nos aferir que o Município tem capacidade para cumprir as suas responsabilidades mais exigíveis, ou seja a totalidade das dívidas a pagar a curto prazo, poderão ser satisfeitas recorrendo a meios financeiros líquidos, ainda que todos os indicadores tenham uma ligeira diminuição, quando comparados com o ano anterior.

Quadro 58 | Indicadores de Liquidez

Indicadores de liquidez	2024	2025	Δ	Observações
Liquidez Geral	3,62	2,64	↓	indicador expressa o grau de cobertura do exigível a curto prazo, determina a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos de curto prazo. O ideal é que o rácio seja superior a 1, a entidade estará tanto melhor financeiramente quanto maior for.
Liquidez Reduzida	3,61	2,64	↓	Indicador mais prudente que o da liquidez geral, pois exclui os inventários que dificilmente no imediato podem ser convertidos em dinheiro. O ideal é que o rácio seja superior a 1, a entidade estará tanto melhor financeiramente quanto maior for.
Liquidez Imediata	2,12	1,46	↓	Neste indicador são consideradas apenas as disponibilidades líquidas, refletindo apenas o valor imediato disponível para fazer face às dívidas de curto prazo. O ideal é que o rácio seja superior a 1, a entidade estará tanto melhor financeiramente quanto maior for.

Os indicadores de liquidez evidenciam a capacidade do município para cumprir as suas obrigações de curto prazo. Em 2024, a situação apresentava-se bastante confortável, com

níveis de liquidez elevados, traduzindo uma folga significativa entre os recursos disponíveis e as responsabilidades imediatas. Em 2025, observa-se uma redução desses indicadores, refletindo uma diminuição dessa margem de segurança.

Ainda assim, a posição financeira mantém-se sólida. O município continua a dispor de recursos suficientes para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, mesmo quando considerados apenas os meios mais líquidos, como caixa e depósitos. Em síntese, apesar da redução dos rácios, a liquidez permanece em níveis adequados, evidenciando uma gestão financeira equilibrada e sem riscos relevantes no curto prazo.

5.5.2. INDICADORES DE RENTABILIDADE

Os indicadores de rentabilidade são indicadores de eficiência económica, permitindo avaliar se a entidade é rentável, valores elevados e positivos evidenciam um bom desempenho. Estes indicadores, medem a capacidade dos capitais investidos e da atividade da entidade para gerar rendimentos. Fazemos aqui a ressalva de que o desempenho das entidades públicas não é medido pelo lucro, logo o resultado líquido não reflete necessariamente o valor do serviço público prestado, já que o objetivo não é a obtenção de lucro, mas sim a prossecução do interesse público.

A análise dos indicadores de rentabilidade evidencia uma **melhoria global do desempenho económico do município em 2025**, ainda que dentro de um contexto em que o objetivo principal não é a geração de lucro.

Quadro 59 | Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	2024	2025	Δ	Observações
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios	0,58	0,90	↗	Mede a capacidade para gerar resultados operacionais, traduzindo a rentabilidade da entidade após terem sido suportados todos os gastos de exploração. Quanto maior o rácio mais elevado é o desempenho.
Taxa de Margem Bruta	0,99	0,99	→	Mede a rentabilidade das vendas após a dedução dos impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como do custo dos produtos vendidos. Quanto maior o rácio, maior a rentabilidade das vendas
Rentabilidade do Património Líquido	0,01	0,02	↗	Mede a remuneração potencial do património líquido da entidade, ou seja, mostra a percentagem de lucro auferido em relação ao total do património líquido. Quanto mais elevado o indicador, maior o crescimento.
Rentabilidade Operacional do Ativo	0,01	0,01	→	Mostra qual a capacidade dos ativos da entidade em gerar lucro, avaliando assim a eficiência na afetação e gestão dos capitais investidos. Quanto maior for o indicador, melhor será a performance operacional da entidade

A **rentabilidade operacional do volume de negócios** apresenta um aumento significativo, passando de 0,58 para 0,90, o que demonstra uma maior capacidade de gerar resultados a partir da atividade corrente, traduzindo uma melhoria na eficiência operacional. Por sua vez, a **taxa de margem bruta** mantém-se estável em 0,99, evidenciando consistência na relação entre receitas e custos diretos, sem alterações relevantes na estrutura operacional.

A **rentabilidade do património líquido** aumenta de 0,01 para 0,02, indicando uma ligeira melhoria na capacidade de gerar resultados face aos recursos próprios, ainda que em níveis naturalmente reduzidos no contexto municipal. Já a **rentabilidade operacional do ativo** permanece estável em 0,01, demonstrando que a eficiência na utilização dos ativos se mantém constante.

Em síntese, os indicadores apontam para uma **evolução positiva, sobretudo ao nível da atividade operacional**, mantendo-se a estabilidade nos restantes rácios. O município revela uma gestão consistente e eficiente, com melhoria na geração de resultados sem comprometer o equilíbrio financeiro global.

5.5.3. INDICADORES DE ESTRUTURA FINANCEIRA

Os indicadores de estrutura financeira permitem avaliar a capacidade financeira para fazer face aos compromissos da entidade e analisar o grau de dependência financeira face a entidades externas.

Quadro 60 | Indicadores de Estrutura Financeira

	2024	2025	Δ	Observações
Independência Financeira	0,97	0,97	→	Avalia a capacidade de endividamento da entidade e capacidade para fazer face ao seus compromissos de médio e longo prazo, assim como o grau de independência financeira financeira em relação aos credores. O rácio deve variar entre 0 e 1
Solvabilidade	11,878	10,008	↘	Representa o grau de cobertura do endividamento pelo património líquido, visando perceber qual a capacidade que a entidade tem em pagar as suas obrigações a médio longo prazo. Quanto mais baixo for rácio maior é a vulnerabilidade da entidade, sendo o valor de referência a unidade
Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	6,74	16,97	↗	Permite avaliar se a entidade tem capacidade de gerar resultados suficientes para cobrir as suas obrigações de natureza financeira. Quanto maior for o rácio maior é a capacidade de gerar resultados suficientes para cumprir as obrigações financeiras.
Endividamento	8,42%	9,99%	↗	O rácio avalia o grau de dependência financeira da entidade face a terceiros. Quanto mais elevado for este rácio, maior será a vulnerabilidade da entidade

A análise dos indicadores financeiros evidencia uma **estrutura globalmente sólida do município**, ainda que com alguns sinais de agravamento em 2025.

A **independência financeira** mantém-se elevada e estável nos 0,97, demonstrando que o município continua a financiar-se maioritariamente com recursos próprios, com reduzida dependência de terceiros. A **solvabilidade**, apesar de apresentar uma ligeira diminuição (de 11,878 para 10,008), permanece em níveis muito elevados, evidenciando uma forte capacidade para cumprir obrigações de médio e longo prazo e uma posição patrimonial robusta.

O **Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros** apresenta uma evolução muito positiva, passando de 6,74 para 16,97. Estes valores indicam que a entidade dispõe de uma capacidade elevada para suportar os seus encargos financeiros, gerando recursos várias vezes superiores ao necessário para a sua cobertura. O aumento verificado traduz um reforço significativo dessa capacidade, evidenciando uma situação financeira sólida e um menor risco associado ao cumprimento das obrigações financeiras. Finalmente, o **nível de endividamento** apresenta um ligeiro aumento (de 8,42% para 9,99%), traduzindo uma pequena subida da dependência face a terceiros, embora continue em níveis reduzidos.

Em síntese, o município mantém uma **posição financeira muito sólida e estável**, com elevada autonomia e forte capacidade de solvência, apesar de se registarem sinais de pressão ao nível dos encargos financeiros e um ligeiro aumento do endividamento.

5.5.4. INDICADORES DE ATIVIDADE

O indicador de atividade Prazo Médio de Pagamento (PMP), apurado pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), não corresponde ao tempo efetivo de pagamento de cada fatura individual. Trata-se de um indicador estimado, calculado com base em valores globais — como o total de aquisições e o montante em dívida a fornecedores — permitindo aferir, de forma geral, se os pagamentos são efetuados dentro de prazos adequados.

Quadro 61 | Indicadores de Atividade

	2024	2025	Δ	Observações
Prazo Médio de Pagamento	24	20	↘	Tempo médio que uma entidade demora a pagar aos seus fornecedores

No caso do Município de Odivelas, a variação do Prazo Médio de Pagamento (PMP) não resulta de dificuldades de liquidez, mas de fatores operacionais associados ao processo de

validação de faturas. À data de fecho do exercício, permanecem responsabilidades em fase de conferência, o que influencia o saldo de fornecedores registado.

Ainda assim, verifica-se uma ligeira redução desse saldo, passando de 2.838.078,32 € em 2024 para 2.686.022,85 € em 2025. Em paralelo, a atividade municipal aumentou, refletida no crescimento dos fornecimentos e serviços externos, que atingiram cerca de 44,17 milhões de euros em 2025, face a 41,19 milhões de euros em 2024, evidenciando um maior volume de despesa e de faturas em processamento.

Página | 99

Adicionalmente, o volume de pagamentos a fornecedores, na ordem dos 37,48 milhões de euros em 2025, demonstra uma efetiva capacidade de cumprimento das obrigações. Assim, a redução do PMP traduz uma melhoria na eficiência da gestão dos pagamentos, não refletindo qualquer deterioração da situação financeira, mas sim uma resposta adequada do Município aos seus compromissos.

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE GESTÃO

A contabilidade de gestão assume um papel estratégico no planeamento e controlo das organizações, permitindo uma análise detalhada dos custos e rendimentos associados às suas atividades. Para além de apoiar a gestão operacional, constitui um instrumento fundamental na definição de políticas e estratégias, promovendo maior transparência na afetação de recursos e uma gestão orientada para resultados. Neste contexto, a sua aplicação contribui para uma tomada de decisão mais informada, eficaz e eficiente por parte dos gestores e dirigentes públicos.

No setor público, a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP27), enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, estabelece os princípios e requisitos para o desenvolvimento de sistemas de contabilidade de gestão. Em 2025, o Município de Odivelas deu continuidade à implementação deste sistema, permitindo o apuramento de custos e rendimentos segundo diferentes perspetivas analíticas, nomeadamente por funções, bens e serviços. Apesar dos progressos alcançados, o sistema encontra-se ainda em fase de consolidação, exigindo aperfeiçoamento contínuo e evolução para um modelo mais integrado e abrangente.

Num contexto de crescente descentralização de competências, nomeadamente nas áreas da educação, ação social e saúde, a contabilidade de gestão revela-se essencial para assegurar o apuramento rigoroso dos custos e a avaliação dos resultados.

6.1 PLANO DE CONTAS

Página | 100

O plano de contas utilizado pelo município está de acordo com o plano recomendado na NPC 27, descrito no Manual de Implementação SNC-AP da Comissão de Normalização Contabilística.

Quadro 62 | Plano de Contas

Código	Descrição
92	RECLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS E DOS RENDIMENTOS
92.5	Rendimentos diretos
93	CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA
93.1	Assembleia Municipal
93.2	Executivo Municipal
93.3	Estrutura Orgânica
93.3.1	Presidência
93.3.1.01	Gabinete de apoio à Presidência
93.3.1.02	Serviço Municipal de Proteção Civil (I-08)
93.3.1.03	Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo
93.3.1.04	Serviço de Veterinário Municipal (I-18)
93.3.1.07	Gabinete de Planeamento Estratégico e Mobilidade Urbana
93.3.1.08	Gabinete de Gestão e Controlo de Projetos Cofinanciados
93.3.2	Direção Municipal
93.3.2.0A	Direção Municipal de Gestão e Administração Geral
93.3.2.0B	Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial
93.3.2.01	Departamento Jurídico e de Gestão Administrativa
93.3.2.02	Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico
93.3.2.03	Departamento Obras Municipais e Habitação
93.3.2.04	Departamento de Desporto, Juventude, Cultura e Turismo
93.3.2.05	Departamento de Educação e Intervenção Social
93.3.2.06	Departamento de Gestão Ambiental e Transportes
93.3.2.07	Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico
94	CUSTOS POR FUNÇÕES
94.01	Funções Gerais
94.01.01	Serviços Gerais de Administração Pública
94.01.02	Segurança e Ordem Públicas
94.02	Funções Sociais
94.02.01	Educação
94.02.02	Saúde
94.02.03	Segurança e Ações Sociais
94.02.04	Habitação e Serviços Coletivos
94.02.05	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
94.03	Funções Económicas
94.03.01	Encargos com Funções Económicas
94.03.02	Indústria e Energia
94.03.03	Transportes e Comunicações
94.03.04	Comércio e Turismo
94.03.05	Outras Funções Económicas
94.04	Outras Funções
94.04.01	Operações da Dívida Autárquica
94.04.02	Transferência entre Administrações
94.04.03	Diversas Não Especificadas
98	RESULTADOS
98.1	Custos e Proveitos Afetos às Funções
98.2	Custos não Afetos às Funções
98.3	Proveitos não Afetos às Funções

6.2 METODOLOGIA DE AFETAÇÃO DE CUSTOS E RENDIMENTOS



A imputação de custos na aplicação de Pessoal contempla a totalidade dos encargos associados aos recursos humanos. Este processo tem por base o carregamento das contas analíticas dos colaboradores, permitindo a adequada afetação dos custos aos respetivos centros de responsabilidade ou unidades orgânicas, tais como a Loja do Cidadão, Bibliotecas, Estabelecimentos de Ensino, Aginvest, Start-In, entre outros.

Os restantes encargos, nomeadamente os associados à estrutura orgânica, são considerados como gastos indiretos, sendo posteriormente objeto de imputação de acordo com os critérios definidos no sistema de contabilidade de gestão.

Na aplicação do **Imobilizado**, procede-se ao registo dos bens adquiridos com a respetiva associação à conta analítica, bem como à recolha de toda a informação necessária ao cálculo e reconhecimento contabilístico das amortizações e dos abates. Enquanto os abates são registados ao longo do exercício, as amortizações são apuradas e reconhecidas contabilisticamente apenas no final do período.

Relativamente às aquisições de serviços, a classificação das requisições permite a sua afetação direta às correspondentes contas analíticas. Nos casos em que os encargos respeitam a múltiplos centros de responsabilidade, a respetiva repartição é efetuada através de notas de lançamento, de acordo com critérios de imputação previamente definidos.

A aplicação de **Máquinas e Viaturas (MAQ)** assegura a gestão do parque automóvel municipal, permitindo a associação de uma conta analítica a cada matrícula. Nesta aplicação são registados e imputados os encargos diretamente relacionados com cada viatura ou equipamento, designadamente despesas com reparações, lavagens, combustíveis, entre outros. A validação destes registos é efetuada pelo Setor de Contabilidade Financeira e de Gestão, garantindo a correta afetação dos custos.

A imputação dos custos indiretos é realizada com base no critério de repartição proporcional aos custos diretos. Assim, o montante registado na conta 93 – Classificação Orgânica é distribuído após o apuramento dos custos diretos, tendo por referência as diferentes dimensões analíticas, como atividades, edifícios, funções ou serviços.

Concluído o apuramento dos custos diretos e a distribuição dos custos indiretos, procedeu-se ao encerramento das contas de custos e de rendimentos da contabilidade de gestão, com transferência para as contas de apuramento de resultados. Estes procedimentos permitiram determinar o **resultado líquido**, o qual foi posteriormente validado por reconciliação com a contabilidade patrimonial.

6.3. RESULTADO LÍQUIDO

Importa salientar que os valores apresentados incluem movimentos contabilísticos de acréscimos e diferimentos, os quais não são considerados na ótica orçamental, podendo, por esse motivo, divergir dos valores constantes da análise orçamental.

Quadro 63 | Resultado Líquido

	2024	2025	Variação %
Gastos	-108 925 073	-118 584 239	9%
Rendimentos	113 107 625	124 786 238	10%
Resultado Líquido	4 182 551	6 201 999	48%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

O **Resultado Líquido** registou um crescimento de 48%, passando de 4,18 milhões de euros em 2024 para 6,20 milhões de euros em 2025.

Esta evolução resulta de um aumento dos rendimentos na ordem dos 10%, superior ao crescimento dos gastos, que se situou em cerca de 9%. Deste modo, apesar do acréscimo dos custos, verificou-se uma melhoria do resultado, evidenciando uma evolução favorável do desempenho económico do Município.

6.3.1. Análise ao Resultado Líquido

A análise da demonstração de resultados por funções para 2025 evidencia um **resultado líquido global positivo de 6,20 milhões de euros**, refletindo um equilíbrio entre o crescimento dos rendimentos e o controlo dos gastos.

Quadro 64 | Resultado Líquido por Funções

2025		Gastos Diretos	Gastos Indiretos	Gastos Totais	Rendimentos Totais	Resultado Líquido
Funções Gerais	Serviços Gerais de Administração Pública	-5 073 857	-1 694 905	-6 768 762	43 509 108	36 740 345
	Segurança e Ordem Públicas	-1 250 075	-417 583	-1 667 658	198 225	-1 469 433
	Funções Gerais Total	-6 323 932	-2 112 488	-8 436 420	43 707 333	35 270 913
Funções Sociais	Educação	-28 949 905	-9 683 380	-38 633 285	19 145 010	-19 488 275
	Saúde	-2 152 401	-719 002	-2 871 403	2 032 007	-839 396
	Habituação e Serviços Coletivos	-13 351 443	-4 464 913	-17 816 356	4 598 037	-13 218 319
	Segurança e Ações Sociais	-4 785 014	-1 604 795	-6 389 808	6 626 829	237 020
	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	-10 548 123	-3 526 022	-14 074 145	1 707 082	-12 367 063
	Funções Sociais Total	-59 786 886	-19 998 112	-79 784 999	34 108 965	-45 676 034
Funções Económicas	Comércio e Turismo	-420 462	-140 454	-560 916	3 334 790	2 773 874
	Indústria e Energia	-878 815	-293 565	-1 172 380	8 308 231	7 135 851
	Transportes e Comunicações	-7 401 186	-2 472 342	-9 873 528	4 490 296	-5 383 231
	Encargos com Funções Económicas	-676 926	-226 125	-903 051		-903 051
	Outras Funções Económicas	-1 126 481	-376 297	-1 502 778	27 257 591	25 754 813
	Funções Económicas Total	-10 503 870	-3 508 783	-14 012 653	43 390 909	29 378 256
Outras Funções	Transferência entre Administrações	-9 549 766	-3 190 067	-12 739 834		-12 739 834
	Diversas não Especificadas	-2 706 302	-904 031	-3 610 334	3 579 032	-31 302
	Outras Funções Total	-12 256 068	-4 094 099	-16 350 167	3 579 032	-12 771 135
Total		-88 870 757	-29 713 482	-118 584 239	124 786 238	6 201 999

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

As **Funções Gerais** apresentam um contributo claramente positivo (+35,27 milhões de euros), sendo a principal fonte de financiamento líquido do Município. Este resultado decorre do elevado volume de rendimentos (43,7 milhões de euros), nomeadamente de receitas fiscais e transferências do Estado, que superam largamente os gastos associados. Em sentido oposto, as **Funções Sociais** registam um resultado negativo expressivo (-45,68 milhões de euros), refletindo a natureza destas funções, fortemente orientadas para a prestação de serviços públicos essenciais — como educação, habitação e apoio social — cujo financiamento não é integralmente coberto por rendimentos próprios.

As **Funções Económicas** apresentam um contributo positivo relevante (+29,38 milhões de euros), impulsionado sobretudo pelas rubricas de Outras Funções Económicas e Indústria e Energia, cujos rendimentos superam significativamente os gastos. Por outro lado, áreas como Transportes e Comunicações continuam a apresentar resultados negativos, refletindo o peso do investimento e dos custos operacionais. Já as **Outras Funções** registam um saldo negativo (-12,77 milhões de euros), essencialmente explicado pelas Transferências entre Administrações (nomeadamente para Juntas de Freguesia e AML), que constituem encargos sem correspondência direta em rendimentos.

Globalmente, verifica-se que os excedentes gerados nas Funções Gerais e Económicas compensam os défices estruturais das Funções Sociais e das Outras Funções, evidenciando

um modelo de gestão típico do setor público, em que as áreas geradoras de receita suportam as funções de carácter social e redistributivo.

6.4 ANÁLISE AOS GASTOS

6.4.1 Gastos diretos e indiretos

Os gastos diretos correspondem àqueles que podem ser inequivocamente associados a um único objeto de custo, existindo uma relação direta de causa-efeito, como sucede com os consumos de materiais ou com a mão de obra diretamente imputada. Por sua vez, os gastos indiretos — ou comuns — não são diretamente atribuíveis a um objeto específico, exigindo a sua repartição por diferentes atividades, funções, bens ou serviços, com base em critérios de imputação adequados. Incluem-se nesta categoria, entre outros, os encargos com manutenção, funcionamento de edifícios, depreciações, comunicações, segurança, limpeza e custos administrativos.

No período em análise, os gastos diretos registaram um crescimento de 11%, reforçando o seu peso relativo no total, de 74% para 75%, o que evidencia uma maior capacidade de imputação direta aos objetos de custo. Em contrapartida, os gastos indiretos apresentaram um aumento mais moderado, na ordem dos 3%, traduzindo-se numa ligeira redução do seu peso relativo, de 26% para 25%.

Quadro 65 | Gastos diretos / indiretos

	2024	2025	% 25/24	Peso 2024	Peso 2025
Gastos Diretos	-80 094 497	-88 870 757	11%	74%	75%
Gastos Indiretos	-28 830 576	-29 713 482	3%	26%	25%
Total Gastos	-108 925 073	-118 584 239	9%	100%	100%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Sempre que exista possibilidade de identificação e associação direta do gasto ao respetivo objeto de custo, deve proceder-se à sua correta imputação na conta analítica correspondente. Nos casos em que tal não seja viável no momento do registo inicial, recorre-se à utilização de notas de lançamento, com vista à reafetação adequada dos custos às respetivas contas analíticas.

6.4.2. Gastos por Unidade Orgânica

No Município de Odivelas, os gastos associados à estrutura orgânica, classificados como indiretos, evidenciaram um crescimento global moderado de cerca de 3% entre 2024 e 2025, refletindo comportamentos distintos entre as diferentes unidades orgânicas.

Destaca-se, neste contexto, o aumento registado no Executivo Municipal, na ordem dos 11%, o que poderá estar associado a um reforço da atividade, maior intensidade operacional ou incremento de encargos de suporte à decisão e execução política. Em sentido inverso, a Assembleia Municipal apresentou uma redução significativa de aproximadamente 32%, indicando uma diminuição relevante dos encargos associados ao seu funcionamento no período em análise.

Página | 106

Quadro 66 | Gastos por Unidade Orgânica

Descrição		2024	2025	% 25/24
Executivo Municipal		-1 333 693	-1 478 911	11%
Assembleia Municipal		-153 699	-103 831	-32%
Presidência	Gabinete de apoio à Presidência	-625 617	-585 903	-6%
	Gabinete Comunicação Relações Públicas e Protocolo	-1 354 749	-1 181 847	-13%
	Gabinete de Planeamento Estratégico e Mobilidade Urbana	-401 690	-376 819	-6%
	Gabinete de Gestão e Controlo de Projetos Cofinanciados	-209 502	-278 097	33%
	Serviço Municipal de Proteção Civil (I-08)	-454 182	-487 028	7%
	Serviço de Veterinário Municipal (I-18)	-470 169	-641 233	36%
Direção Municipal	Direção Municipal de Gestão e Administração Geral	-210 294	-182 584	-13%
	Direção Municipal de Ordenamento e Intervenção Territorial	-130 603	-190 186	46%
	Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico	-2 806 558	-3 109 478	11%
	Departamento de Gestão Ambiental e Transportes	-1 687 438	-1 835 301	9%
	Departamento de Educação e Intervenção Social	-4 740 733	-4 218 981	-11%
	Departamento de Desporto, Juventude, Cultura e Turismo	-2 915 093	-2 849 427	-2%
	Departamento Jurídico e de Gestão Administrativa	-4 964 428	-5 041 405	2%
	Departamento Obras Municipais e Habitação	-2 481 824	-2 507 000	1%
	Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico	-3 890 304	-4 645 452	19%
Total Gastos Indiretos		-28 830 576	-29 713 482	3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

6.4.3. Gastos com Pessoal

À semelhança do que tem vindo a ser realizado para os restantes gastos, também no âmbito dos encargos com o pessoal se tem privilegiado a sua imputação direta sempre que seja possível a sua identificação com uma atividade, edifício, função ou serviço específico.

Deste modo, assegura-se uma maior fiabilidade na determinação dos custos totais, aproximando-os da realidade operacional e reforçando a sua utilidade enquanto instrumento de suporte à análise e à tomada de decisão.

Quadro 67 | Gastos com Pessoal

		2024	Peso 2024	2025	Peso 2025	Nr Funcionários	Valor P/ Funcionário
Executivo Municipal		-1 243 808	3%	-1 404 809	3%	43	-32 670
Assembleia Municipal		-132 798	0%	-103 098	0%	37	-2 786
Estrutura Orgânica	Presidência	-2 751 165	7%	-2 942 312	7%	104	-28 291
	Direção Municipal	-17 893 401	49%	-18 941 148	46%	640	-29 596
		-22 021 172	60%	-23 391 368	57%	824	-28 388
Funções Gerais	Serviços Gerais de Administração Pública	-157 996	0%	-168 131	0%	5	-33 626
Funções Sociais	Educação	-11 020 271	30%	-12 686 654	31%	790	-16 059
	Segurança e Ações Sociais	-416 602	1%	-558 984	1%	17	-32 881
	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	-1 557 708	4%	-2 200 333	5%	88	-25 004
	Saúde	-226 183	1%	-471 603	1%	24	-19 650
Funções Económicas	Habituação e Serviços Coletivos	-350 322	1%	-462 756	1%	21	-22 036
	Comércio e Turismo	-70 876	0%	-91 235	0%	4	-22 809
	Outras Funções Económicas	-876 889	2%	-996 874	2%	32	-31 152
		-14 676 848	40%	-17 636 599	43%	981	-17 978
		-36 698 019	100%	-41 027 967	100%	1 805	-22 730

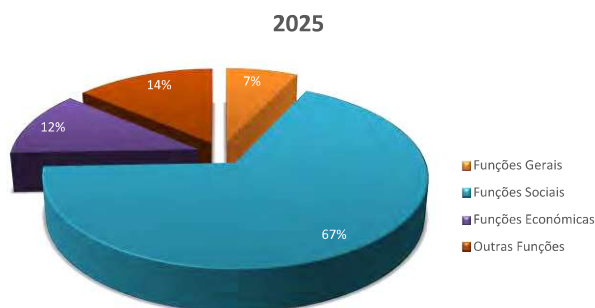
Em 2025, cerca de 43% dos gastos com pessoal encontram-se diretamente imputados às respetivas funções, evidenciando um esforço de afetação rigorosa dos encargos aos objetos de custo. Dentro deste universo, destaca-se o peso das Funções Sociais, que concentram aproximadamente 39% dos gastos diretamente afetos, com particular relevância para a área da Educação (31%). Esta concentração reflete, em grande medida, o impacto da transferência de competências para as autarquias locais, traduzindo-se num reforço significativo dos recursos humanos afetos a este setor.

Por outro lado, os restantes 57% dos encargos com pessoal correspondem a gastos sem afetação direta, sendo, por isso, tratados como custos indiretos. Esta realidade evidencia a existência de uma componente relevante de recursos humanos associados a funções de suporte, coordenação e gestão transversal, cuja imputação exige a aplicação de critérios de repartição. Neste contexto, reforça-se a importância do contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de imputação, de modo a aumentar progressivamente o grau de afetação direta e, consequentemente, a precisão da informação para efeitos de análise e tomada de decisão.

6.4.4. Gastos por Funções

O gráfico evidencia a distribuição dos gastos por funções no exercício de 2025, destacando uma forte concentração nas Funções Sociais, que representam 67% do total. Este peso dominante confirma o foco da atividade municipal nas áreas sociais, como a educação, ação social e outras responsabilidades transferidas para as autarquias, assumindo-se como a principal prioridade na afetação de recursos.

Gráfico 7 | Gastos por Funções



As Outras Funções representam 14% dos gastos, mantendo uma expressão relevante no conjunto da despesa, enquanto as Funções Económicas correspondem a 12%, refletindo o esforço municipal em áreas de desenvolvimento e dinamização económica. Por sua vez, as Funções Gerais apresentam um peso mais reduzido (7%), indicando que os encargos com a estrutura de suporte e administração se mantêm relativamente controlados face ao total.

Globalmente, a estrutura da despesa revela uma clara orientação para funções de natureza social, acompanhada por uma distribuição equilibrada nas restantes áreas, evidenciando uma gestão alinhada com as competências e prioridades estratégicas do Município.

Quadro 68 | Gastos por Funções

	2024	Peso 2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Funções Gerais	-7 474 036	7%	-8 436 420	7%	13%
Funções Sociais	-75 474 564	69%	-79 784 999	67%	6%
Funções Económicas	-10 707 140	10%	-14 012 653	12%	31%
Outras Funções	-15 269 333	14%	-16 350 167	14%	7%
Total Gastos p/ Funções	-108 925 073	100%	-118 584 239	100%	9%

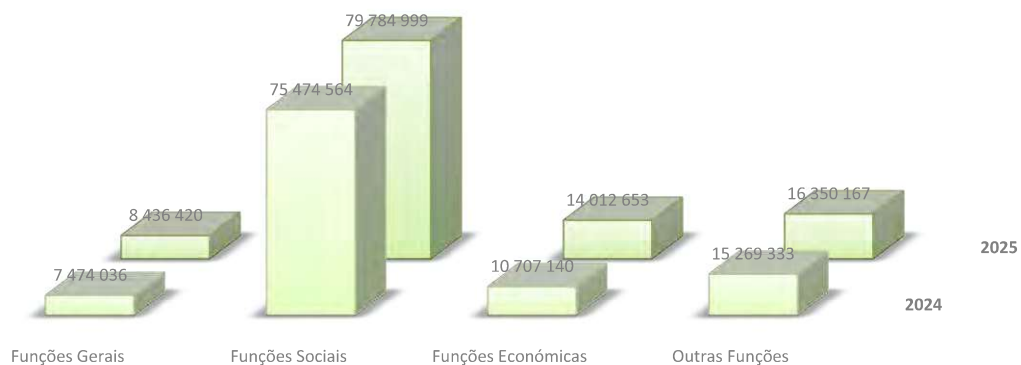
Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Os gastos registaram um aumento global de 9% entre 2024 e 2025, refletindo uma intensificação da atividade municipal e um acréscimo generalizado dos encargos nas diferentes áreas funcionais.

A análise por funções evidencia comportamentos distintos. As **Funções Económicas** registaram o crescimento mais expressivo (+31%), aumentando também o seu peso relativo de 10% para 12%, o que poderá indicar um reforço do investimento e da intervenção municipal em áreas de dinamização económica. As **Funções Gerais** cresceram 13%, mantendo, contudo, o seu peso estável nos 7%, o que sugere um aumento proporcional à atividade global. Já as **Outras Funções** apresentaram um crescimento de 7%, sem alteração do seu peso relativo (14%).

Gráfico 8 | Evolução dos Gastos por Funções



Por sua vez, as **Funções Sociais**, que continuam a representar a maior fatia da despesa, com 67% do total em 2025, registaram um crescimento mais moderado (+6%), tendo ainda assim reduzido ligeiramente o seu peso relativo face a 2024 (69%). Esta evolução pode indicar uma redistribuição relativa dos recursos, apesar do aumento absoluto dos gastos, mantendo-se, contudo, como a principal área de intervenção do Município.

6.4.4.1. Gastos nas Funções Gerais

A análise dos gastos nas **Funções Gerais** evidencia um crescimento global de 13% entre 2024 e 2025, refletindo um aumento dos encargos associados à estrutura administrativa e de suporte do Município.

Quadro 69 | Evolução dos Gastos das Funções Gerais

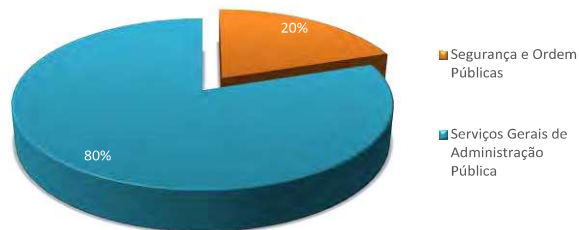
	2024	2025	Peso 2025	% 24/25
Segurança e Ordem Públicas	-1 592 841	-1 667 658	20%	5%
Serviços Gerais de Administração Pública	-5 881 195	-6 768 762	80%	15%
Total	-7 474 036	-8 436 420	100%	13%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A análise dos gastos nas **Funções Gerais** evidencia um crescimento global de 13% entre 2024 e 2025, refletindo um aumento dos encargos associados à estrutura administrativa e de suporte do Município.

Gráfico 9 | Estrutura das Funções Gerais



O gráfico evidencia que, no âmbito das Funções Gerais, cerca de 80% dos gastos estão concentrados nos Serviços Gerais de Administração Pública, refletindo essencialmente encargos associados ao funcionamento da estrutura municipal, nomeadamente despesas com edifícios, manutenção, utilidades e outros custos operacionais de suporte.

Os restantes 20% correspondem a gastos com Segurança e Ordem Públicas, incluindo encargos com a Proteção Civil, como bombeiros, PSP e outras despesas relacionadas com a prevenção e combate a incêndios.

Esta distribuição demonstra uma clara predominância dos custos de funcionamento e suporte administrativo no total das Funções Gerais, mantendo, contudo, uma componente relevante associada à segurança e proteção das populações, evidenciando o equilíbrio entre funções de suporte interno e responsabilidades externas do Município.

6.4.4.2. Gastos nas Funções Sociais

A análise dos gastos nas Funções Sociais evidencia um crescimento global de 6% entre 2024 e 2025, mantendo-se como a principal área de despesa do Município.

Quadro 70 | Evolução dos Gastos das Funções Sociais

	2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Educação	-37 141 450	-38 633 285	48%	4%
Habituação e Serviços Coletivos	-17 916 984	-17 816 356	22%	-1%
Saúde	-2 758 546	-2 871 403	4%	4%
Segurança e Ações Sociais	-4 766 570	-6 389 808	8%	34%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	-12 891 013	-14 074 145	18%	9%
Total	-75 474 564	-79 784 999	100%	6%

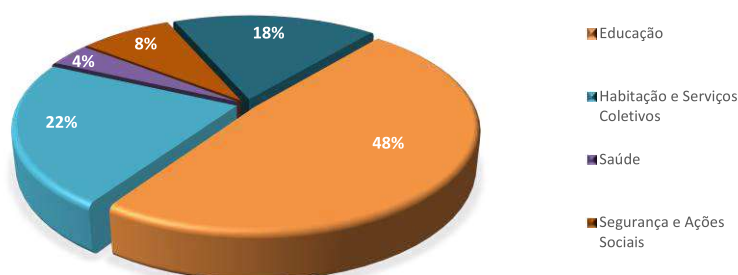
Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A **Educação** continua a assumir um peso dominante, representando 48% do total em 2025, com um aumento de 4%, refletindo o impacto contínuo da transferência de competências e o reforço dos encargos nesta área. Segue-se a **Habituação e Serviços Coletivos**, com 22% do total, apresentando uma ligeira redução de 1%, o que poderá indicar alguma estabilização dos custos associados a estas atividades. Os **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos** representam 18% da despesa, com um crescimento de 9%, evidenciando um reforço da atividade nestes domínios.

Por sua vez, a **Segurança e Ações Sociais**, registou o aumento mais expressivo (+34%), passando a representar 8% do total, o que pode refletir um maior investimento em políticas sociais e apoio à população. A área da **Saúde**, com um peso de 4%, também apresentou um crescimento de 4%, embora mantendo uma expressão relativamente reduzida no conjunto das funções sociais. Globalmente, observa-se uma estrutura fortemente centrada na Educação, acompanhada por dinâmicas de crescimento diferenciadas nas restantes áreas.

Gráfico 10 | Estrutura das Funções Sociais



O gráfico evidencia a distribuição dos gastos das Funções Sociais em 2025, destacando uma forte concentração na área da **Educação**, que absorve 48% do total. Este peso significativo resulta, em grande medida, da transferência de competências para o Município, traduzindo-se num reforço do investimento nas escolas do concelho, com vista a garantir o acesso universal ao ensino e a promoção de uma sociedade mais qualificada e participativa.

A **Habitação e Serviços Coletivos** representam 22% dos gastos, refletindo a relevância das políticas municipais na garantia de condições habitacionais dignas e no acesso a serviços essenciais. Por sua vez, os **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**, com um peso de 18%, evidenciam a importância destas áreas na promoção do bem-estar social, cultural e individual, contribuindo para a coesão e qualidade de vida da população.

Por fim, a área da **Saúde**, com 4% dos gastos, mantém uma expressão mais reduzida no conjunto das funções sociais, ainda que relevante no apoio às necessidades básicas da população.

Globalmente, a estrutura da despesa social demonstra um claro foco na educação, complementado por uma distribuição equilibrada pelas restantes áreas fundamentais ao desenvolvimento social..

6.4.4.3. Gastos nas Funções Económicas

A análise das Funções Económicas evidencia um crescimento global significativo de 31% entre 2024 e 2025, refletindo um reforço expressivo da intervenção municipal nas áreas de desenvolvimento económico e infraestruturas.

Quadro 71 | Evolução dos Gastos das Funções Económicas

	2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Comércio e Turismo	-598 574	-560 916	4%	-6%
Encargos com Funções Económicas	-869 553	-903 051	6%	4%
Indústria e Energia	-1 798 665	-1 172 380	8%	-35%
Transportes e Comunicações	-6 073 099	-9 873 528	70%	63%
Outras Funções Económicas	-1 367 249	-1 502 778	11%	10%
Total	-10 707 140	-14 012 653	100%	31%

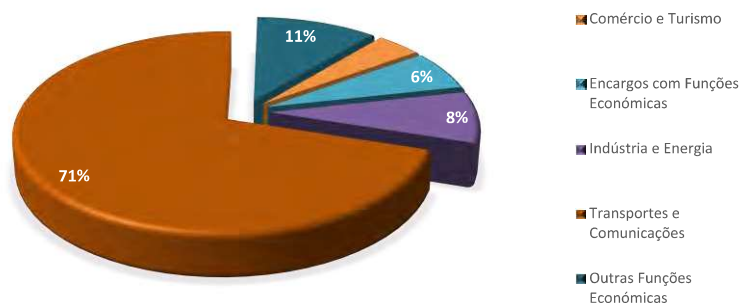
Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Destaca-se a rubrica de **Transportes e Comunicações**, que representa 70% do total em 2025 e registou um aumento muito expressivo de 63%, sendo o principal fator explicativo da evolução global desta função. Este crescimento poderá estar associado a investimentos em mobilidade, infraestruturas e melhoria das acessibilidades. As **Outras Funções Económicas** também apresentaram um aumento relevante (+10%), passando a representar 11% do total, enquanto os **Encargos com Funções Económicas** cresceram 4%, mantendo um peso de 6%.

Por outro lado, a área de **Indústria e Energia** registou uma redução significativa de 35%, diminuindo o seu peso relativo para 8%, o que poderá indicar uma reorientação de recursos para outras áreas consideradas prioritárias. Já o **Comércio e Turismo** apresentou uma ligeira diminuição de 6%, com um peso reduzido de 4%. Globalmente, verifica-se uma clara concentração do investimento nas áreas de transportes e comunicações, evidenciando uma aposta estratégica na melhoria das infraestruturas e da mobilidade.

Gráfico 11 | Estrutura das Funções Económicas



O gráfico das Funções Económicas em 2025 evidencia uma forte concentração da despesa na área de Transportes e Comunicações, que representa cerca de 71% do total. Esta predominância confirma que o crescimento global de 31% nesta função foi impulsionado essencialmente por esta rubrica, a qual registou um aumento muito expressivo (+63%), refletindo uma clara aposta na mobilidade e nas infraestruturas.

As restantes áreas apresentam um peso significativamente inferior e uma evolução mais moderada ou negativa. Os Encargos com Funções Económicas (6%) e as Outras

Funções Económicas (11%) registam crescimentos contidos, enquanto a Indústria e Energia (8%) evidencia uma redução acentuada (-35%), sugerindo uma reorientação de recursos. O Comércio e Turismo, com um peso residual, também apresenta uma ligeira diminuição.

Em síntese, a estrutura da despesa nas Funções Económicas revela uma forte concentração na mobilidade, sendo este o principal fator explicativo do aumento global, evidenciando uma prioridade estratégica do Município nesta área.

6.4.4.4. Gastos nas Outras Funções

A análise das Outras Funções evidencia um crescimento global de 7% entre 2024 e 2025, refletindo um aumento moderado dos encargos nesta categoria.

Quadro 72 | Evolução dos Gastos das Outras Funções

	2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Transferência entre Administrações	-11 664 360	-12 739 834	78%	9%
Diversas não Especificadas	-3 604 973	-3 610 334	22%	0%
Total	-15 269 333	-16 350 167	100%	7%

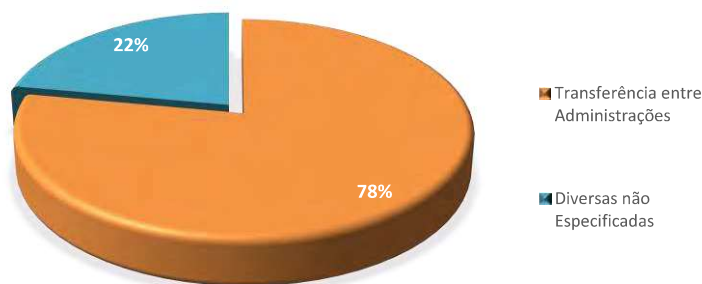
Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A rubrica de **Transferências entre Administrações** assume um peso claramente dominante, representando 78% do total em 2025, e registou um crescimento de 9%. Esta evolução indica um reforço das transferências financeiras para outras entidades públicas, constituindo o principal fator explicativo do aumento global desta função. Por sua vez, a categoria de **Diversas não Especificadas**, com um peso de 22%, manteve-se praticamente estável (0%), não contribuindo de forma significativa para a variação total.

Globalmente, verifica-se uma estrutura concentrada nas transferências interadministrativas, evidenciando a relevância deste tipo de despesa no contexto da atividade municipal, com uma evolução global sustentada e sem variações abruptas nas restantes componentes.

Gráfico 12 | Estrutura das Outras Funções



O gráfico relativo às **Outras Funções** evidencia uma estrutura fortemente concentrada nas **Transferências entre Administrações**, que representam 78% do total em 2025. Esta componente registou um crescimento de 9%, sendo o principal fator responsável pelo aumento global de 7% nesta função. Estas transferências estão maioritariamente associadas a fluxos financeiros para as Juntas de Freguesia e para a Área Metropolitana de Lisboa (AML), refletindo o papel do Município na redistribuição de recursos no âmbito da administração local.

Por sua vez, as **Despesas Diversas não Especificadas**, com um peso de 22%, mantiveram-se praticamente estáveis, não contribuindo de forma significativa para a variação global dos gastos.

Em síntese, a evolução das Outras Funções é explicada essencialmente pelo aumento das transferências interadministrativas, evidenciando a relevância desta componente na estrutura da despesa municipal e o seu impacto direto na variação global desta função

6.5 ANÁLISE AOS RENDIMENTOS

6.5.1 Rendimentos por Funções

A análise dos rendimentos por funções evidencia um crescimento global de 10% em 2025, correspondente a um acréscimo de cerca de 11,7 milhões de euros face ao ano anterior, refletindo uma evolução positiva da capacidade de geração de receita do Município.

Quadro 73 | Evolução dos Rendimentos

	2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Funções Gerais	41 783 996	43 707 333	35%	5%
Funções Sociais	38 253 830	34 108 965	27%	-11%
Funções Económicas	29 971 354	43 390 909	35%	45%
Outras Funções	3 098 445	3 579 032	3%	16%
Total	113 107 625	124 786 238	100%	10%

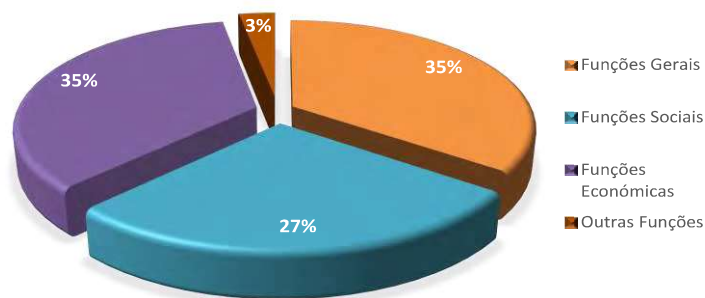
Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas un: euros

Destaca-se o forte crescimento das **Funções Económicas** (+45%), que passam a representar 35% do total dos rendimentos, ao nível das **Funções Gerais**, também com 35%, evidenciando um reforço significativo das receitas associadas à atividade económica. Por sua vez, as **Funções Gerais** registaram um aumento mais moderado (+5%), mantendo um peso relevante e estável na estrutura global. Em sentido contrário, as **Funções Sociais** apresentaram uma redução de 11%, diminuindo o seu peso relativo para 27%, o que poderá refletir uma menor captação de rendimentos nesta área ou uma reconfiguração das fontes de financiamento.

As **Outras Funções**, apesar de representarem apenas 3% do total, registaram um crescimento de 16%, ainda que com impacto limitado no conjunto global. Em síntese, o aumento dos rendimentos em 2025 é impulsionado sobretudo pelo desempenho das Funções Económicas, evidenciando uma alteração na estrutura das receitas e uma maior relevância desta área no financiamento da atividade municipal.

O gráfico seguinte evidencia a distribuição dos **rendimentos por funções em 2025**, confirmando uma estrutura mais equilibrada entre as principais áreas, na sequência de um crescimento global de 10% face a 2024.

Gráfico 12 | Estrutura dos Rendimentos



Destacam-se as **Funções Económicas**, que registaram um aumento muito expressivo (+45%), passando a representar 35% do total dos rendimentos. Este valor coloca-as ao nível das **Funções Gerais**, que, apesar de um crescimento mais moderado (+5%), mantêm igualmente um peso de 35%, integrando receitas provenientes de IMI, FEF, IRS e IVA, bem como da cobrança de coimas e penalidades por contraordenações.

Esta convergência evidencia uma alteração relevante na estrutura das receitas, traduzindo um reforço do contributo das atividades de natureza económica para o financiamento municipal, a par da manutenção da importância estrutural das receitas de carácter mais estável e recorrente.

Por outro lado, as **Funções Sociais** registaram uma redução significativa (-11%), diminuindo o seu peso para 27%, o que traduz uma menor expressão relativa desta componente no total dos rendimentos. As **Outras Funções**, embora tenham crescido 16%, continuam a ter um peso residual (3%). Globalmente, observa-se uma reconfiguração da estrutura dos rendimentos, com reforço das áreas económicas e manutenção da relevância das funções gerais.

6.6 ANÁLISES DIVERSAS

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da contabilidade de gestão têm vindo a ser progressivamente reforçados, com vista à correta imputação de gastos e rendimentos às respetivas contas analíticas, em conformidade com os critérios definidos pela Divisão Financeira e de Aprovisionamento. Este processo tem permitido assegurar maior rigor, consistência e fiabilidade na produção de informação para análise.

Página | 118

Com o objetivo de promover uma afetação mais eficiente dos recursos e otimizar a prestação de serviços públicos, o Município prossegue a melhoria do bem-estar dos munícipes, em alinhamento com a sua missão institucional. Neste contexto, a contabilidade de gestão afirma-se como um instrumento estratégico fundamental de suporte à tomada de decisão.

Em 2025, foi dada continuidade ao processo de alocação de gastos e rendimentos, reforçando o tratamento analítico da informação, conforme evidenciado nos quadros apresentados seguidamente..

6.6.1. Gastos por Natureza

O total dos gastos registou um crescimento de 9% entre 2024 e 2025, refletindo um aumento generalizado das diferentes componentes da despesa. Este acréscimo resulta tanto da evolução dos **gastos diretos** como dos **gastos indiretos**, ainda que estes últimos tenham apresentado um crescimento mais moderado (+3%), reduzindo ligeiramente o seu peso relativo de 26% para 25%.

Quadro 74 | Gastos por Natureza

	2024	2025	% 25/24	Peso 2024	Peso 2025
Mão-de-obra	-14 676 848	-17 642 386	20%	13%	15%
Serviços	-42 360 654	-45 862 252	8%	39%	39%
Transferências	-14 886 711	-16 517 070	11%	14%	14%
Depreciação Amortização	-8 168 969	-8 845 523	8%	7%	7%
Materiais	-1 315	-3 526	168%	0%	0%
Gastos Indiretos	-28 830 576	-29 713 482	3%	26%	25%
Total Gastos	-108 925 073	-118 584 239	9%	100%	100%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Ao nível dos gastos diretos, destaca-se o aumento da **mão de obra** (+20%), reforçando o seu peso para 15%, o que evidencia o impacto do reforço de recursos humanos, especialmente

nas áreas sociais. Os **serviços**, que continuam a representar a maior fatia da despesa (39%), cresceram 8%, refletindo a intensificação da atividade operacional. As **transferências** registaram um aumento de 11%, mantendo um peso de 14%, enquanto as **depreciações e amortizações** cresceram 8%, traduzindo o efeito do investimento realizado. Os **materiais**, apesar de apresentarem uma variação percentual elevada, mantêm uma expressão residual.

A análise detalhada por função evidencia diferentes padrões de composição da despesa. Nas **Funções Sociais**, que representam a maior parcela dos gastos (67%), verifica-se um forte peso da **mão de obra** e dos **serviços**, sobretudo na área da Educação, refletindo a transferência de competências e a necessidade de recursos humanos para a prestação de serviços públicos.

Quadro 75 | Gastos por função e natureza

Funções	Detalhe Funções	Serviços	Mão-de-obra	Transferências	Depreciação Amortização	Materiais	Gastos Indiretos	Total 2025	Total 2024	% 24/25	Peso 2025	Peso 2024
Funções Gerais	Segurança e Ordem Públicas	-47 725	-5 788	-1 179 622	-16 940		-417 583	-1 667 658	-1 592 841	5%	1%	1%
	Serviços Gerais de Administração Pública	-4 635 308	-168 131		-269 910	-508	-1 694 905	-6 768 762	-5 881 195	15%	6%	5%
Funções Gerais Total		-4 683 034	-173 919	-1 179 622	-286 850	-508	-2 112 488	-8 436 420	-7 474 036	13%	7%	7%
Funções Sociais	Educação	-10 981 892	-12 686 654	-2 801 574	-2 479 785		-9 683 380	-38 633 285	-37 141 450	4%	33%	34%
	Habituação e Serviços Coletivos	-11 957 265	-462 756	-132 801	-798 621		-4 464 913	-17 816 356	-17 916 984	-1%	15%	16%
	Saúde	-1 594 929	-471 603	-935	-84 933		-719 002	-2 758 546	-2 758 546	4%	2%	3%
	Segurança e Ações Sociais	-1 652 322	-558 984	-2 002 441	-570 707	-562	-1 604 795	-6 389 808	-4 766 570	34%	5%	4%
	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	-6 003 760	-2 200 333	-857 599	-1 485 047	-1 385	-3 526 022	-14 074 145	-12 891 013	9%	12%	12%
Funções Sociais Total		-32 190 167	-16 380 330	-5 795 349	-5 419 093	-1 947	-19 998 112	-79 784 999	-75 474 584	6%	67%	69%
Funções Económicas	Comércio e Turismo	-245 750	-91 235	-12 000	-71 478		-140 454	-560 916	-598 574	-6%	0%	1%
	Encargos com Funções Económicas	-676 926					-226 125	-903 051	-869 553	4%	1%	1%
	Indústria e Energia	-878 815					-293 565	-1 172 380	-1 798 665	-35%	1%	2%
	Outras Funções Económicas	-112 783	-996 874	-13 500	-2 252	-1 071	-376 297	-1 502 778	-1 367 249	10%	1%	1%
	Transportes e Comunicações	-4 580 222		-10 418	-2 810 546		-2 472 342	-9 873 528	-6 073 099	63%	8%	6%
Funções Económicas Total		-6 494 496	-1 088 109	-35 918	-2 884 276	-1 071	-3 508 783	-14 012 653	-10 707 140	31%	12%	10%
Outras Funções	Diversas não Especificadas	-2 414 171	-29	-83 793	-208 310		-904 031	-3 610 334	-3 604 973	0%	3%	3%
	Transferência entre Administrações	-80 384		-9 422 388	-46 994		-3 190 067	-12 739 834	-11 664 360	9%	11%	11%
Outras Funções Total		-2 494 555	-29	-9 508 181	-255 304		-4 094 099	-16 350 167	-15 269 333	7%	14%	14%
Total		-45 862 252	-17 642 386	-16 517 070	-8 845 523	-3 526	-29 713 482	-118 584 239	-108 925 073	9%	100%	100%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

UTL - euros

Nas **Funções Gerais**, observa-se uma predominância dos **gastos indiretos** e dos **serviços**, associados ao funcionamento da estrutura administrativa e dos edifícios municipais, evidenciando o peso dos encargos de suporte à atividade global do Município.

Nas **Funções Económicas**, os gastos concentram-se essencialmente em **serviços**, com destaque para a área de Transportes e Comunicações, que explica grande parte do crescimento desta função. Verifica-se também a presença de custos indiretos relevantes, associados ao suporte das operações.

Por sua vez, nas **Outras Funções**, predominam claramente as **transferências**, nomeadamente para Juntas de Freguesia e para a Área Metropolitana de Lisboa, constituindo a principal natureza de despesa nesta função, complementada por uma componente de gastos indiretos.

Globalmente, a leitura conjunta dos dois quadros evidencia uma estrutura de gastos coerente com a atividade municipal, combinando custos diretos associados à execução das políticas públicas com custos indiretos necessários ao funcionamento e suporte da organização.

6.6.1. Gastos com Associações Humanitárias de Bombeiros

Página | 120

Os gastos com associações de bombeiros registaram um crescimento global moderado de 3%, evidenciando uma evolução global estável desta componente da despesa municipal.

Quadro 76 | Evolução dos Gastos com Associações Humanitárias de Bombeiros

	2024	Peso 2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Ass. Humanitária Bombeiros Voluntários Odivelas	-597 801	39%	-590 858	37%	-1%
Ass. Humanitária Bombeiros Voluntários Caneças	-476 292	31%	-518 845	33%	9%
Ass. Humanitária Bombeiros Voluntários Pontinha	-468 504	30%	-479 775	30%	2%
TOTAL	-1 542 597	100%	-1 589 478	100%	3%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A análise por entidade revela comportamentos diferenciados. Destaca-se o aumento dos encargos com os **Bombeiros de Caneças** (+9%), e em sentido contrário, os **Bombeiros de Odivelas** registaram uma ligeira redução (-1%). Já os **Bombeiros da Pontinha** apresentaram um crescimento residual (+2%), indicando uma evolução alinhada com a tendência global.

Em termos globais, a estrutura desta despesa revela-se relativamente equilibrada, com variações pouco acentuadas entre entidades, traduzindo uma política de financiamento estável.

6.6.2. Gastos com Edifícios Municipais

Os encargos com os edifícios municipais registaram um aumento significativo de 25% entre 2024 e 2025, correspondendo a um acréscimo global de cerca de 881 mil euros. Esta evolução evidencia um reforço relevante dos custos associados à manutenção, funcionamento e gestão do património edificado do Município.

A análise detalhada revela que este crescimento não foi homogéneo, sendo fortemente influenciado por aumentos expressivos em alguns equipamentos específicos. Destaca-se, de forma particularmente relevante, o **Edifício do Comando Distrital da PSP da Pontinha**, com um crescimento muito acentuado (+1305%), passando a representar 18% do total em 2025, o que indica um aumento excecional de encargos nesta infraestrutura.

Quadro 77 | Evolução dos Gastos com Edifícios Municipais

	2024	Peso 2024	2025	Peso 2025	% 25/24
Edifício do Comando Distrital da PSP da Pontinha	-55 440	2%	-779 112	18%	1305%
Edifício - Av. Amália Rodrigues, n.º 20, Urb Ribeirada (I-22 E I-24)	-658 038	19%	-687 727	16%	5%
Edifício (I-45) - Av. Amália Rodrigues, nº27, Urbanização da Ribeirada	-619 088	17%	-596 343	13%	-4%
Edifício - Quinta da Memória - Paços do Concelho (I-05)	-384 251	11%	-367 798	8%	-4%
Edifício - Rua Laura Alves, n.º 5, - Urb Ribeirada (I-17 / I-59)	-326 836	9%	-340 124	8%	4%
Edifício - Rua Laura Aires, n.º 6 - Arroja (I-16)	-207 076	6%	-258 688	6%	25%
Pavilhão Industrial do Parque de Máquinas da D.T.O. - Avenida das Oliveiras Pedernais I-21	-234 134	7%	-230 928	5%	-1%
Julgado de Paz (I-45) - Edifício - Av. Amália Rodrigues, nº27 (antigo Lote 7) Ribeirada	-204 399	6%	-219 835	5%	8%
Edifício CAELO - Maria Lamas - Rua da Memória, nº 2 A Odivelas (I-11)	-235 795	7%	-214 407	5%	-9%
Parque do Alvito (Viaturas Abandonadas) (I-42)	-169 949	5%	-167 426	4%	-1%
Canil Municipal - Parque dos Bichos (CORACO) (I-43)	-99 229	3%	-155 951	4%	57%
Edifício - D. Dinis 96 (I-06)	-105 495	3%	-89 581	2%	-15%
CAO'S - Centro de Artes e Ofícios - Praceta Sacadura Cabral, 7 - Pombais (I-44)	-41 934	1%	-84 389	2%	101%
Setor de Arquivo Municipal e Histórico - Rua Vitorino Nemésio, n.ºs 9 e 11 - Póvoa de Santo Ac	-13 793	0%	-62 627	1%	354%
Arquivo Municipal - Rua dos Combatentes Ultramar, Odivelas (I-26, I-30)	-39 725	1%	-39 295	1%	-1%
Gabinete de Inserção Profissional - GIP Imigrante - (I-87) - Rua Roque Gameiro, nr 18 Lj B	-50 671	1%	-38 219	1%	-25%
Parques e Jardins e outros locais	-41 438	1%	-36 575	1%	-12%
Edifício - Rua da Escola n.º 10, Bairro Vale do Forno - Odivelas (I-55)	-22 595	1%	-22 527	1%	0%
Armazém - Fracção - Rua Correia Garção, 11 c/v - Codível (I-41)	-26 853	1%	-21 300	0%	-21%
Edifício - Rua Laura Aires, n.º 13 - Arroja (I-35)	-9 411	0%	-9 621	0%	2%
Loja Atendimento Social, Rua Roque Gameiro, nr 18 Lj A	-418	0%	-7 644	0%	1729%
Loja Municipal - Espaço de Recobro Programa Gato (I-86)	-2 238	0%	-559	0%	-75%
Edifício do Comando Distrital da PSP da Póvoa de Santo Adrião	-724	0%	-448	0%	-38%
Edifício do Comando Distrital da PSP da Odivelas	-325	0%	-201	0%	-38%
TOTAL	-3 549 855	100%	-4 431 324	100%	25%

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

Também o **Setor de Arquivo Municipal e Histórico** (+354%) e o **CAO's - Centro de Artes e Ofícios** (+101%) registaram aumentos significativos, ainda que com menor peso relativo. Adicionalmente, verifica-se um crescimento relevante no **Canil Municipal** (+57%) e no edifício da **Rua Laura Aires (Arroja)** (+25%).

Por outro lado, algumas infraestruturas registaram reduções de encargos, contribuindo para atenuar parcialmente o crescimento global. É o caso de edifícios como a **Quinta da Memória**, **Av. Amália Rodrigues (n.º 27)** e o **Edifício CAELO**, bem como de outras instalações com variações negativas ou estáveis. Ainda assim, estas reduções não foram suficientes para compensar os aumentos mais expressivos verificados noutras unidades.

Globalmente, a evolução dos encargos com edifícios municipais reflete uma maior pressão sobre os custos de funcionamento e manutenção, possivelmente associada ao aumento da utilização dos espaços, necessidade de intervenções específicas ou atualização de custos energéticos e operacionais. Esta dinâmica reforça a importância de monitorizar de forma contínua estes encargos, dada a sua relevância no conjunto dos gastos indiretos do Município.

6.6.3. Serviços (Gastos e Rendimentos)

O quadro apresentado evidencia os gastos e rendimentos associados aos diferentes serviços prestados pelo Município de Odivelas, permitindo uma leitura integrada do seu desempenho económico e do nível de cobertura dos custos por parte das receitas geradas.

Quadro 78 | Serviços (Gastos e Rendimentos)

2025		Biblioteca Municipal D. Dinis	Casa da Juventude	Cemitério de Odivelas	Centro de Exposições de Odivelas	Hortas Urbanas	Loja do Turismo	Parque Estacionamento Egas Moniz	Pavilhão Multiusos de Odivelas	Piscina Municipal	Start In	Veterinário e Canil Municipal
Gastos	Serviços	-264 230	-83 229	-34 734	-216 906	-1 427	-35 801	-137 888	-945 702	-867 848	-20 882	-109 220
	Mão-de-obra	-786 889		-160 110			-91 235			-345 494	-21 110	-2 751
	Depreciação Amortização	-112 961	-22 342	-133 165	-83 738		-60	-2 719	-348 095	-60 455		-4 929
	Materiais	-1 174								-212		
	Gastos Indiretos	-391 615	-35 265	-109 570	-100 429	-477	-42 456	-46 969	-432 189	-425 579	-14 027	-39 050
Gastos Total		-1 556 889	-140 836	-437 578	-401 073	-1 904	-169 552	-187 576	-1 725 986	-1 699 588	-56 019	-155 951
Rendimentos		52 820	8 349	172 509	35 866	3 166	38 027	43 177	235 514	1 190 570	2 135	128 979
TOTAL		-1 504 050	-132 486	-265 069	-365 207	1 262	-131 525	-144 399	-1 490 472	-509 018	-53 884	-26 972

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

UTC: euros

Nos últimos meses, a Divisão Financeira tem vindo a reforçar o processo de identificação, registo e validação dos movimentos associados a estes serviços, através de uma análise sistemática e detalhada, com vista a assegurar a fiabilidade, atualidade e exaustividade da informação. Este trabalho tem permitido melhorar a qualidade dos dados disponíveis, contribuindo para uma maior transparência e consistência na análise dos resultados por serviço.

Importa ainda salientar que os valores apresentados se encontram sujeitos a revisões e eventuais ajustamentos, decorrentes de processos de reconciliação, reclassificação ou atualização de critérios de imputação. Esta dinâmica é inerente à natureza evolutiva da contabilidade de gestão, garantindo que a informação produzida reflete, de forma cada vez mais rigorosa, a realidade económica dos serviços municipais e constitui um suporte sólido à tomada de decisão.

6.6.4. Gastos com Agrupamentos de Escolas

Os gastos com os agrupamentos de escolas encontram-se discriminados por tipologia de custo, permitindo uma análise detalhada da estrutura da despesa associada ao funcionamento do sistema educativo no concelho.

Quadro 79 | Gastos com Agrupamentos de Escolas

	2025									
	TOTAL 2024	Alunos 2024	Gastos Correntes	Investimento	Pessoal	Refeição	TOTAL 2025	Alunos 2025	Valor / Aluno 2024	Valor / Aluno 2025
Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino	-4 612 120	2 734	-832 008	-575 534	-2 405 552	-1 108 141	-4 921 235	2 750	-1 687	-1 790
Agrupamento de Escolas D. Dinis	-2 771 987	1 531	-538 126	-466 264	-1 141 095	-868 681	-3 014 166	1 525	-1 811	-1 977
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas	-2 991 656	1 552	-542 537	-288 183	-1 459 901	-804 049	-3 094 671	1 514	-1 928	-2 044
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja	-3 484 897	1 718	-627 579	-599 525	-1 521 282	-917 344	-3 665 730	1 687	-2 028	-2 173
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	-3 897 314	1 926	-791 736	-786 156	-1 655 920	-1 271 574	-4 505 386	2 086	-2 024	-2 160
Agrupamento de Escolas de Caneças	-4 444 840	2 917	-738 918	-322 880	-2 369 966	-1 036 867	-4 468 630	2 964	-1 524	-1 508
Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette	-5 423 364	2 967	-875 260	-643 649	-2 693 540	-1 292 955	-5 505 404	2 994	-1 828	-1 839
Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire	-5 097 065	2 967	-659 678	-497 049	-2 669 077	-1 334 104	-5 159 908	2 960	-1 718	-1 743
Escola Não Agrupada	-1 790 082	1 358	-580 743	-247 487	-962 529	-132 897	-1 923 656	1 378	-1 318	-1 396
TOTAL	-34 513 325	19 670	-6 186 584	-4 426 727	-16 678 862	-8 766 612	-36 258 786	19 858	-1 755	-1 826

Fonte: Sistema de Normalização Contabilística - Câmara Municipal de Odivelas

un: euros

A utilização do **número de alunos como indutor de custo** constitui um critério relevante e adequado, possibilitando o cálculo do custo médio por aluno em cada agrupamento. Este indicador permite não só comparar a eficiência relativa entre diferentes unidades escolares, como também identificar eventuais assimetrias na afetação de recursos, tendo em conta a dimensão e as especificidades de cada estabelecimento de ensino.

Adicionalmente, esta abordagem facilita a monitorização da evolução dos custos ao longo do tempo e o suporte à tomada de decisão, nomeadamente na definição de políticas de afetação de recursos, planeamento de investimentos e avaliação do impacto da transferência de competências na área da educação. Desta forma, reforça-se a capacidade do Município para assegurar uma gestão mais eficiente, transparente e orientada para resultados no setor educativo.

6.6.5. FFD – Fundo de Financiamento de Descentralização

O quadro evidencia o impacto financeiro da assunção de competências pelo Município de Odivelas nas áreas da **Educação, Ação Social e Saúde**, no âmbito do processo de descentralização administrativa.

De forma global, verifica-se que a **despesa total (20,75 milhões de euros)** ultrapassa os **rendimentos associados (cerca de 19,61 milhões de euros)**, originando um saldo negativo de aproximadamente **1,14 milhões de euros**. Esta diferença demonstra que as transferências da Administração Central e as receitas próprias não são suficientes para cobrir integralmente os encargos assumidos, implicando um esforço financeiro adicional por parte do Município.

Quadro 80 | Fundo de Financiamento de Descentralização

2025	Receitas Transferidas AC	Receitas Próprias	Despesa	Saldo
Educação	16 639 763	345 294 -	17 689 178 -	704 121
Ação Social	880 119	-	1 294 458 -	414 339
Saúde	1 744 456	-	1 767 960 -	23 504
Total Geral	19 264 338	345 294 -	20 751 596 -	1 141 964

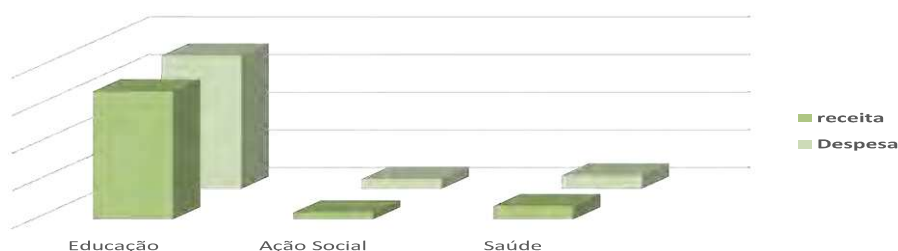
Por áreas, destaca-se a **Educação**, que concentra a maior dimensão financeira, apresentando um saldo negativo de cerca de **704 mil euros**, refletindo o elevado volume de despesa associado ao funcionamento das escolas. A **Ação Social** evidencia também um défice relevante (-414 mil euros), enquanto a **Saúde** apresenta um impacto negativo mais reduzido (-23 mil euros), ainda que igualmente indicativo de insuficiência de financiamento.

Página | 124

Em síntese, o quadro confirma que a transferência de competências implicou a assunção de novos encargos estruturais por parte do Município, os quais não eram anteriormente registados. Esta realidade reforça a importância de monitorizar de forma contínua o equilíbrio entre receitas e despesas nestas áreas, bem como de avaliar a adequação dos mecanismos de financiamento transferidos pela Administração Central.

O gráfico reforça a análise anteriormente apresentada, no contexto da transferência de competências.

Gráfico 13 | Fundo de Financiamento de Descentralização



Na Educação, observa-se a maior expressão financeira, com a despesa a superar visivelmente a receita, confirmando o peso significativo desta área no orçamento municipal e o correspondente esforço adicional suportado pelo Município. Esta diferença está alinhada com o impacto da gestão direta das escolas, que implica encargos elevados e recorrentes.

Nas áreas da Ação Social e da Saúde, embora os montantes sejam inferiores, mantém-se a tendência: a despesa excede a receita, evidenciando que o financiamento transferido não cobre integralmente os custos associados às novas competências. Ainda que o desfasamento seja menos expressivo do que na Educação, continua a representar um encargo adicional para o Município.

Página | 125

Em síntese, o gráfico ilustra de forma visual o défice estrutural associado à descentralização destas áreas, reforçando a conclusão de que o Município assumiu responsabilidades financeiras acrescidas, sendo necessário um acompanhamento contínuo para garantir a sustentabilidade destas competências a médio e longo prazo..

7. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício apurado em 2025, no montante de **6.201.999,47 €** (seis milhões, duzentos e um mil, novecentos e noventa e nove euros, e quarenta e sete cêntimos), que se encontra evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, seja incorporado na totalidade na conta 56.1 — “Resultados Transitados”.

8. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após a data de relato das demonstrações financeiras, ocorreu um evento relevante no âmbito de um processo judicial intentado pelo Município de Odivelas contra o Estado Português, no qual era solicitado o pagamento de uma indemnização destinada ao ressarcimento dos custos suportados com a instalação do Município, no montante de 18.319.768 euros. Neste contexto, foi proferida decisão pelo Tribunal da Relação que recusou o pedido de indemnização apresentado pelo Município.

O referido facto não teve impacto no reconhecimento, mensuração ou divulgação dos ativos e passivos, nem afeta o desempenho económico-financeiro do período, nem as demonstrações financeiras em apreço.